



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião do 25º Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

Palácio do Planalto, 1º de abril de 2008

Mais uma vez, os meus agradecimentos pelo fato de os conselheiros e as conselheiras serem militantes aguerridos das reuniões que fazemos aqui a cada três meses. Segundo, quero dizer que é sempre muito difícil a gente chegar, quando já houve a exposição sobre a área econômica, e eu não quero repetir nem o que o Guido falou e nem o que o ministro Veloso falou. Mas queria abordar um tema com vocês, porque eu me sinto uma espécie de animador das coisas que eu acho que devem acontecer no nosso Brasil.

Vocês sabem que a crise americana preocupa todas as pessoas de bom senso, eu diria, todas as pessoas que têm juízo, porque nós sabemos a importância dos Estados Unidos no comércio mundial, tanto a sua capacidade de venda, quanto a sua capacidade de compra. E nós sabemos que se uma recessão prolongada acontecer nos Estados Unidos, pode ter reflexos na economia mundial e, certamente, o Brasil não estará imune a uma crise profunda nos Estados Unidos. Essa crise, diferentemente de outras crises, é uma crise que a gente vai tomando pílulas, todo santo dia, porque ela não aparece na sua totalidade. É como se fosse uma CPI, todo dia aparece uma notícia, todo dia aparece uma denúncia, todo dia aparece uma coisa, e nós ainda não temos o quadro montado da crise americana.

O dado é que ela é grave, pelas proporções das exigências que o governo americano já teve que participar, já é grave por conta da participação dos bancos centrais europeus, tendo que enxertar dinheiro e criando alguns Proer para evitar que instituições que pareciam inatingíveis e foram atingidas, que participavam de uma jogatina, porque aquilo era uma jogatina, essa é a



verdade. As pessoas não se contentaram em ganhar muito dinheiro, quiseram ganhar muito e muito fácil. Aconteceu o que aconteceu.

A única diferença que nós temos agora, de outras crises – não vou nem pegar a crise de 1929, mas também não vou pegar apenas a crise asiática, mas outras crises que o continente e que o mundo passou, que tiveram repercussões mais fortes nos países mais pobres – é que existem coisas novas nesse mundo. Existem os chamados *BRICS*, existe uma capacidade de crescimento de países que há muito tempo não cresciam, existe a consolidação de um processo democrático na África. Para dar um exemplo para vocês, Angola, que fez a sua independência em 1975 e entrou em guerra civil no mesmo ano, faz apenas dois anos que Angola está vivendo um tempo de paz e a economia está crescendo acima de 20%. Portanto, é uma novidade extraordinária de um país que está quase na nossa cara, e outros países africanos que estão crescendo. Então, é verdade que o chamado mundo desenvolvido, via Estados Unidos, tem uma crise, mas é verdade que outros países estão em situações que não estavam em outros momentos de crise no mundo.

No caso do Brasil, nós temos que ter muito cuidado porque, embora estejamos em uma situação infinitamente melhor, a nossa vulnerabilidade é menor do que em qualquer outro momento, mas nós precisamos saber que nós ainda estamos consolidando determinado jeito de governar este País e nós pretendemos não facilitar um milímetro sequer. Nós nem vamos comer muitas bacias de jabuticaba, nem vamos comer caroço. Vamos continuar do jeito que nós estamos porque está bem.

Eu acho que nós temos que acompanhar, acompanhar direitinho, tomando as medidas que tivermos que tomar. Temos que ter uma política. Por isso a política industrial não foi lançada ainda, porque quando ela estava quase pronta para seus debates finais, nós resolvemos introduzir a discussão, dentro da política industrial, da questão das exportações, para ver que tipo de política



de exportação nós vamos adotar dentro da política industrial, para favorecer a relação do Brasil com o mundo. Eu penso que dentro de 10 ou 15 dias, mais ou menos, nós poderemos estar anunciando a política industrial.

Agora, vocês sabem que nem sempre as coisas que são aprovadas, transformadas em lei, começam a funcionar do jeito que a gente gostaria ou imaginava – antes de fazer a lei –, no dia seguinte. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, tem lugares no Brasil em que as pessoas criaram dificuldades para a Lei. Alguns até aumentaram impostos, em função do medo de reduzir a cobrança do ICMS. Obviamente que uma política industrial não vai resolver todos os problemas do Brasil, mas ela vai dar uma direção e vai mostrar que acabou o tempo em que a gente achava que a própria sorte do mercado iria definir que tipo de política industrial nós queríamos. Na verdade, nós estamos fazendo isso sem que haja um projeto delineado, como pretendemos apresentar agora, e eu acho que isso é extremamente importante para o Brasil.

Eu tenho viajado o Brasil nesses últimos dias, nessas últimas semanas, por conta do PAC. Eu penso que muita gente, nem dentro do governo e nem no meio empresarial, ainda não tem noção do impacto que o PAC está causando neste País. Muitas vezes, nós trabalhamos apenas em função das “macrocoisas” que acontecem no Brasil e, muitas vezes, a gente deixa de perceber as chamadas “microcoisas” que acontecem, em dezenas ou milhares de micromunicípios, e que terminam resultando em benefícios extraordinários.

Hoje, eu diria que em quase todos os estados da Federação, pelo menos em metade ou 60% dos municípios tem alguma obra em andamento. Isso significa que a construção civil vai trabalhar mais do que já trabalhou em qualquer outro momento, que a economia vai crescer... Eu não sei se é correto ou não, mas acho que o IBGE deveria fazer uma investigação do crescimento da economia, do emprego, da distribuição de renda, também nas pequenas e médias cidades brasileiras, e não ficar preso apenas às regiões metropolitanas,



porque elas mostram um lado da fotografia. Talvez falte o joelho, a canela, a coxa, ou seja, alguma coisa precisa ser feita para mostrar essa dimensão do Brasil que as pesquisas, muitas vezes, não conhecem, ou porque fica muito caro pesquisar com mais profundidade.

Eu tive a oportunidade, nesta semana, de participar de três eventos que são extremamente importantes, dois em Pernambuco. Finalmente, a assinatura do contrato, com a PDVSA, da Refinaria Abreu e Lima, e uma visita ao Estaleiro Atlântico Sul, que está sendo construído em Suape para produzir navios de grande porte e, ao mesmo tempo, produzir plataformas da Petrobras. Ontem, eu tive a oportunidade de fazer uma viagem, que era um sonho. Nós lançamos a pedra fundamental, há um ano e meio, e ontem fomos ao Rio de Janeiro fazer o início da terraplanagem do maior investimento público-privado que está acontecendo hoje na América Latina, que é o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, o Comperj. São 8,4 bilhões de dólares de investimentos, envolvendo dezenas de cidades e dezenas de cursos que a própria Petrobras está patrocinando para preparar mão-de-obra. Em torno do Comperj deverão surgir outras dezenas de indústrias de terceira geração na área petroquímica, o que é uma coisa extremamente importante para o nosso País.

Finalmente, eu acho que uma coisa que está acontecendo, que as pessoas ainda não querem entender, apesar das pesquisas: é o que está acontecendo no meio das camadas mais pobres deste País. Essas pessoas começaram a ter o gosto de cidadania chegando dentro de suas casas. E o que nós estamos fazendo em obras de investimentos em urbanização de favelas e saneamento básico é algo sem precedentes na história do País. O que nós estamos fazendo, na verdade, ministro João Paulo dos Reis Veloso, é tentar começar a desmontar a irresponsabilidade urbana que, durante 40 anos, se permitiu que acontecesse neste País. Eu falei “40 anos” para ser condescendente, para não falar “apenas 25 ou 30 anos” em que o descaso com os mais pobres foi tanto, que as favelas triplicaram em quase todas as



regiões metropolitanas neste País. E triplicaram com a ajuda de todo mundo, com a irresponsabilidade do governo federal, de governos estaduais, de governos municipais, de Câmaras de Vereadores, de deputados... Todo mundo que deveria fazer uma intervenção quando tem uma primeira ocupação, uma primeira casa, que é apenas um problema social pequeno... Quando tem mil, se transforma num problema político de monta, que fica pelo menos três, quatro vezes mais caro do que se tivesse sido evitado que as pessoas ocupassem um lugar de risco e procurassem um terreno mais decente para elas fazerem as suas casinhas.

O PAC, no fundo, começa a fazer essa reversão, e eu penso que nós vamos sentir isso daqui a quatro ou cinco anos. Eu penso que o PAC é um processo. Inclusive, se eu soubesse da importância dele, eu deveria, quem sabe, tê-lo pensado no primeiro mandato, porque o PAC está ensinando o governo a desburocratizar o próprio governo. É inimaginável como é difícil as coisas acontecerem, e não é culpa de ninguém. Ontem eu recebi uma carta do Antonio Ermírio de Moraes agradecendo porque, finalmente, depois de duas dezenas de anos, Tijuco Alto foi liberado para que fosse construída a hidroelétrica.

Eu já aprendi a não criticar ninguém individualmente. É um conjunto de arcabouço legal que nós construímos, ao longo da história, e na hora em que você vai destrinchá-lo para fazer uma coisa, percebe que é uma teia de aranha que está enganchada em outros lugares e a coisa não anda. Nós estamos, aos poucos, tentando deslanchar isso. É um processo e eu tenho certeza de que nós vamos, daqui a dois anos, ser um Brasil muito mais ágil e muito mais leve. Só para vocês terem idéia, a licença prévia para a construção do Comperj demorou apenas seis meses, o que não é uma coisa fácil de fazer, até porque é uma área que envolve 45 milhões de metros quadrados. O Comperj equivale a sete Reduc, no Rio de Janeiro. Só o movimento de terra equivale a 12 Maracanãs cheios de terra até a antena parabólica. Nós conseguimos o



licenciamento em apenas seis meses, o que eu penso que é o recorde da história deste País, de uma obra dessa magnitude, você conseguir fazer. Tem coisas assim, tem coisas que são muito difíceis. Entre você fazer e elas acontecerem, existe uma demora muito grande, e isso o PAC está nos ensinando.

Eu até gostaria que o Conselho, dentro das possibilidades, nos seus estados, que vocês pudessem visitar o que está acontecendo em cada capital. Posso dizer para vocês, seguramente, que nenhuma região metropolitana do Brasil recebeu, de uma única vez, a quantidade de aporte financeiro que está recebendo, ou do Orçamento-Geral da União, ou de financiamento da Caixa, com dinheiro do FAT e do Fundo de Garantia, ou com dinheiro do BNDES, uma parte com orçamento dos próprios estados. Uma grande maioria com situação financeira muito difícil. Municípios que não têm sequer dinheiro para dar a contrapartida. Então, eu quero dizer para vocês que está acontecendo uma revolução que muita gente ainda não descobriu neste País e ela é muito grande. Eu vou dar um exemplo: Pernambuco tem 180 municípios e 161 têm obras do PAC. Se você for a qualquer outro estado, vai perceber que 50%, ou mais de municípios têm obras do PAC. Ou é habitação, ou é esgotamento sanitário, ou é adutora, ou é um investimento, mas tem obra do PAC. Essas coisas estão acontecendo e os números começam a aparecer, com a ascensão de determinados setores, para determinados segmentos da sociedade brasileira.

Ora, eu penso que no Brasil nós ainda trabalhamos com muita dúvida. Eu quero dizer para vocês que eu nunca, nunca na minha vida trabalhei com um plano “B”: eu estou trabalhando assim, mas se acontecer alguma coisa, como é que eu faço? Se o plano “B” for mais fácil de executar do que o plano “A”, você nem executa o “A”, já começa pelo “B”. Então, nós temos que ser teimosos e continuar fazendo o que está dando certo. Nós não temos porque não continuar fazendo o que está dando certo e aprimorar as coisas que



estamos fazendo. Afinal de contas, demoramos tanto para chegar aqui. Qual é a razão de você pensar em fazer um contorno qualquer? Contorno só será feito nas rodovias, nas ferrovias que tem por aí, mas na política econômica nós estamos no caminho certo.

De vez em quando eu fico meio chateado porque as pessoas costumam falar de gasto do Estado. Se nós imaginássemos os gastos do Estado que nós tínhamos na década de 70, no auge do “Milagre Brasileiro” e o crescimento do Brasil... De vez em quando, João Paulo dos Reis Veloso, o pessoal aqui me critica, não o pessoal, mas a imprensa normalmente: “o Lula falou bem do Geisel”. É porque foi o último momento de grandes investimentos em infraestrutura neste País. Eu estou falando de 1975 a 1980. De 80 para cá vocês procurem saber quais os grandes investimentos que este País fez. E cresceu tudo, razoavelmente. A agricultura brasileira, em 1995 a gente produzia em 37,9 milhões de hectares, 57 milhões de toneladas. No ano passado produzimos 133 milhões de toneladas em 47,9 milhões de hectares. Cresceu barbaramente e vai crescer mais, porque tem um agente novo no mercado. Os chineses estão comendo mais, os indianos estão comendo mais, os africanos estão comendo mais, a América Latina está comendo mais, no Brasil as pessoas estão comendo mais. Então, nós temos que nos preparar para mais produção. E quem pode competir nessa área, mais do que o Brasil? Então, as vezes as pessoas ficam achando que a gente não deveria falar dos bons exemplos.

O dado concreto é que o País ficou atrofiado muito tempo. Poder-se-ia perguntar para o setor da construção civil, quase 20 anos só dispensando trabalhadores, para agora começar a recuperar. Poder-se-ia pensar no que aconteceu na indústria naval do Rio de Janeiro. A indústria naval do Rio de Janeiro saiu de 50 mil trabalhadores, na década de 70, para 3 mil trabalhadores no ano 2000, e agora está voltando a ter 36 mil trabalhadores, porque este País soube fazer navios nas décadas de 60 e 70. Agora, na



medida em que entrou um conjunto de pessoas que começa a dizer que o Brasil não precisava de política industrial, que o mercado resolvia tudo, nós ficamos sem o mercado resolver e sem política industrial. Então, agora, estamos correndo atrás do tempo perdido. E vamos correr porque eu acho que o brasileiro tem criatividade, é sagaz nessas coisas, e nós vamos conseguir atingir esses objetivos.

Quero dizer para vocês o seguinte: se tiver alguém mais otimista do que eu, não é aqui no Brasil, porque eu sou um otimista. Obviamente que se eu fosse ler alguns articulistas que falam de economia, eu ia embora todos os dias de manhã ou nem vinha para cá, porque é impressionante, João Paulo dos Reis Veloso, como tem gente que acorda torcendo e pedindo a Deus que o Brasil não dê certo. É como se o cara soubesse que a ex-namorada dele vai se encontrar com o namorado novo, e ficasse torcendo para um ônibus atropelar um dos dois, para eles não se encontrarem. É um tipo de gente que trabalha sempre pensando que as coisas boas não podem acontecer neste País, porque não foi ele quem criou.

E aí o Conselho teve um papel importante. Possivelmente, a gente vá ter escrita e carimbada a idéia deste Conselho, daqui a alguns anos. Eu penso que muitas das sugestões que vocês deram aqui – sempre muito educados, muito delicados, ninguém nunca fala com a veemência de uma assembléia, seja na sede empresarial ou na sede sindical – mas deram contribuições extraordinárias para que a gente fosse fazendo reflexões sobre os problemas que nós tínhamos. Sobretudo porque vocês participaram nos momentos bons e nos momentos difíceis deste Conselho.

Eu penso, Gerdau, que é prudente que a gente trabalhe um pouco o aprimoramento deste Conselho: até aqui nós produzimos o quê, e o que é importante a gente produzir daqui para a frente? Qual é o papel que o Conselho pode ter daqui para a frente? Definir uma pauta de temas, montar grupos até fora do Conselho para apresentar o esboço inicial, para a gente



fazer do Conselho uma espécie de motor que possa proporcionar a alavancagem de novos temas a serem debatidos aqui. E vejam como nós evoluímos. Quando eu propus a criação do Conselho, houve uma reação imediata no Congresso Nacional, dizendo que eu estava querendo substituir o Poder Legislativo. Cinco anos se passaram, nós não substituímos nada e não queremos fazer o papel que eles fazem. Nós queremos apenas, enquanto sociedade civil, fazer a discussão que muitas vezes não conseguimos fazer em outro lugar.

Portanto, ministro José Múcio, eu acho que seria importante que a gente estabelecesse um calendário. Eu não sei se caberia aqui propor a vocês – uma provocação – fazer uma discussão sobre reforma política, que eu acho que é a mais importante de todas elas, e não sei por que as pessoas não querem fazer. A gente percebe a fragilidade dos partidos, as debilidades, e as pessoas não querem fazer. Mas, quem sabe, este Conselho pudesse criar um grupo de trabalho, convocar quantos pesquisadores, estudiosos, para virem fazer o debate e a gente apresentar para a sociedade: “está aí, olhem. Querem fazer o debate, vamos fazê-lo”. Como também outros assuntos.

Noutro dia – eu não sei se está aqui o companheiro Paulinho, da Força Sindical – ele me falava da questão de jogos aqui no Brasil, sei lá se bingo, se cassino... Eu falei: vamos falar com o Paulinho. Proponham um grupo de trabalho e apresentem uma proposta para o Conselho debater. Aqui não tem tema proibido. Aliás, o lema deste Conselho é “é proibido proibir”. Aqui se discute tudo, encaminha-se aquilo que for importante levar para a frente, e aquilo que não for, fica para a história.

Eu quero dizer para os companheiros que nós estamos indo nesta semana ao Rio Grande do Sul, onde também tem muitos investimentos do PAC; depois falta Minas Gerais, que tem muitos; e São Paulo, que são 8 bilhões de investimentos do PAC. O Paulo Godoy vai se matar de trabalhar para ver se consegue, até 2010, concluir todas essas obras.



Da parte do governo, eu queria dizer para vocês uma coisa: não tem tema que não possa ser debatido. Da nossa parte, não tem tema. Basta que vocês apresentem a proposta ao Ministro, a gente organiza... O Fernando Haddad não estava na agenda para vir aqui hoje. Eu é que pedi para ele vir aqui, pelo entusiasmo dele com essa questão de socializar um pouco melhor a possibilidade dos “S” atenderem os estados mais pobres da Federação. Eu falei: você vá lá, faça uma pequena exposição, constitui-se um grupo de trabalho, o Armando reúne as federações e vamos fazer um debate, porque o que nós queremos é ver se a gente melhora o que existe neste País.

Por isso, eu quero agradecer a vocês e sugerir, José Múcio, pelo amor de Deus, não permita mais servir comida na hora do debate, no horário que o ministro Paulo Reis Veloso foi falar... Eu sei que é duro a gente competir entre o estômago e ouvir um bom palestrante, mas não é bom. Peça aos seus companheiros que não sirvam lanche na hora do debate, porque fica vazio. Olhei aqui na minha frente e tinha pouca gente. Eu acho que o ministro João Paulo dos Reis Veloso falou coisas que, certamente, o Guido tinha dito antes, e eu não ouvi.

Nós precisamos mostrar ao mundo que, antes de tudo, este País é sério. Eu tenho uma preocupação enorme de pedir ao Guido, todos os dias: Guido, eu quero saber quais são os gargalos. Miguel Jorge, quais os gargalos que nós estamos enfrentando, porque a gente precisa chamar esses gargalos para conversar e saber o que vai acontecer. Todo mundo aqui sabe que é muito importante o crédito continuar crescendo, é muito importante o consumo continuar crescendo, mas todo mundo sabe que é importante que cresçam os espaços na fábrica para produzir, porque na hora em que houver um descompasso, todos nós sabemos que o risco é muito grande e já vivemos isso em outras vezes. Então, vamos descobrir quais os gargalos, incentivar, criar.

A situação do petróleo no mundo é muito complicada, porque todas as empresas estão investindo muito e as empresas que produzem componentes



para as indústrias de petróleo não estão conseguindo atender a demanda. A Petrobras saiu de 200 dias, em média, de espera, para 400 e poucos dias. É chamar os industriais que produzem e discutir políticas especiais para poder atender essa demanda. Espero que a indústria automobilística faça muitos investimentos, está precisando fazer uma fábrica nova, aumentar os espaços. Espero que o comércio continue vendendo muito mais, porque quando o comércio vende do jeito que está vendendo, eu sei que a comida está chegando à boca do pobre, e quando está chegando à boca do pobre a gente percebe que ele vai aos atos públicos mais feliz, mais alegre. Eu acho que é este País que nós poderemos consolidar. Já tivemos outros momentos excepcionais e que depois resultaram em nada. Então, eu acho que agora, todos nós que somos oriundos da década de 60 e 70 aprendemos que a gente não pode retroceder. Não há espaço para retroceder e não há disposição. Naquilo que depender do governo, podem ficar tranquilos, Toninho Trevisan e companheiros, que a gente vai levar avante.

A política tributária, eu tenho dito para os deputados que deve ser transformada em uma questão de honra eles aprovarem este ano. Não é possível, se está todo mundo de acordo, vai lá e vota. Não há por que não votar. Então, eu acho que deve ser transformada, Armando, em uma questão de honra. Vota o grosso e depois tenta consertar o que precisar consertar. Eu posso dizer aos companheiros que eu tenho disposição, obviamente de não substituir os meus ministros, mas fazer da política industrial uma grande bandeira, sobretudo quando se trata de inovação e envolve a questão de biocombustíveis. Eu acho que essa é uma coisa que eu quero levar nesses próximos dois anos e nove meses com muita força, com muita garra, porque eu acho que o Brasil, definitivamente, precisa se consolidar. Estou disposto a fazer o debate internacional sobre a questão ambiental, adoro uma polêmica internacional, sobretudo quando esse debate é com as pessoas que já desmataram mais do que nós. O Brasil está preparado para isso, o governo



está preparado para isso e eu estou muito motivado para que a gente continue andando a passos largos. No mais, muito obrigado a todos vocês e até a próxima reunião.

Um aviso, ontem eu vetei um artigo no projeto de lei que foi aprovado ontem, que em um primeiro momento foi aprovado na Câmara, e colocava a fiscalização apenas para o Sindicato dos Trabalhadores. Aí, foi para o Senado e colocaram uma fiscalização do Tribunal de Contas em cima das Federações, Confederações e o Sindicato. Aí, na hora em que vieram me trazer para assinar, eu me lembrei que passei 30 anos da minha vida lutando por liberdade e autonomia sindical, e eu não podia compactuar com o fato de tirar do Ministério do Trabalho e colocar no Tribunal de Contas da União, para ficar fiscalizando o Sindicato. Deus queira que tanto a categoria de empresários, quando a categoria dos trabalhadores fiscalizem os seus sindicatos.

Um abraço e boa sorte.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com representantes das centrais sindicais

Palácio do Planalto, 02 de abril de 2008

Companheiros ministros,
Deputados aqui presentes,
Companheiros dirigentes sindicais,

Eu vou ser muito breve. Há algumas coisas que nós fazemos, quando temos oportunidade de fazer, que cheira muito à questão de princípio, a coisa que você acreditou a vida inteira.

Quando chegou o resultado da votação no Congresso Nacional, eu não tinha dúvida da necessidade de vetar a fiscalização do Tribunal de Contas no Movimento Sindical. Primeiro, porque eu nasci no Movimento Sindical, desde 1969, defendendo a liberdade e a autonomia sindical. Segundo, porque sofri duas intervenções no sindicato, enquanto presidente, e vivi, mais os companheiros, sofrendo outras intervenções no sindicato.

Eu lembro que quando sofri a intervenção de 1980, o então ministro Murilo Macedo começou a visitar todos os bancos em que o Sindicato de São Bernardo tinha conta para ver se pegava alguma coisa errada no sindicato. Terminou, de toda a fiscalização, ele utilizou a administração do Sindicato de São Bernardo, tão bem feita, corretamente, pelo (inaudível) como exemplo de administração, que passou a fazer parte dos cursos feitos pelo Ministério do Trabalho.

Da mesma forma eu pensei, quando vetei a emenda nº 3. Obviamente que eu tenho consciência de que um artista importante pode ser contratado de forma diferente de um catador de laranja, mas do jeito que ela foi aprovada, nós íamos ter mais catador de laranja ou cortador de cana, ou qualquer outro



trabalhador eventual, subordinado à emenda nº 3, do que as pessoas que eram o objetivo da emenda. Porque também, de vez em quando, o projeto chega lá, as pessoas aproveitam e tentam colocar uma emendazinha aqui, outra emendazinha ali e, de vez em quando, saem algumas coisas que a gente não pode aceitar.

Acho que o fato de nós estarmos aqui comemorando o reconhecimento das centrais demonstra as aberrações jurídicas deste País, e políticas. Ou seja, independentemente de legislação, as centrais sindicais já existiam há mais de 20 anos, faziam greve, negociavam com governadores, negociavam com o presidente da República, negociavam com a Suprema Corte. Como é possível você negociar com alguém que está na ilegalidade?

Então, é muito mais prático, e muito mais decente, você legalizá-los, dar cidadania jurídica, sem nenhum problema. E o Congresso compreendeu isso. Compreendeu isso, companheiros dirigentes sindicais, porque foi construída uma correlação de força favorável. E a cada coisa que a gente tiver, importante, para votar no Congresso Nacional, é preciso que os companheiros deputados mais vinculados aos movimentos que estão fazendo a reivindicação saibam que é preciso construir a maioria, é preciso a gente estar sempre medindo qual a correlação de força que nós temos para votar tal e qual projeto de lei. Porque, muitas vezes, nós vamos encontrar companheiros deputados e senadores que votaram o reconhecimento das centrais, mas que terão muito mais dificuldade de votar as Convenções da OIT.

Então, é preciso construir, a cada momento. E vocês não podem descansar, têm que ter um trabalho contínuo de visitar as lideranças dos partidos, de tirar a dúvida dos companheiros, porque é assim que a gente vai avançando, é assim que nós vamos construindo aquilo que nós colocamos na nossa pauta de reivindicação durante tantas e tantas décadas e que, agora, é possível a gente estar materializando esse sonho que muitos de nós lutamos juntos, e outros que lutaram e não estão vivendo o dia de hoje.



Eu também tenho consciência de que tem muita coisa para ser feita. Eu tenho, desde o tempo em que estava no Instituto Cidadania, a intenção de estabelecer a contratação coletiva de trabalho no setor público. Nós não podemos fazer do setor público uma anarquia negocial.

Eu, até, no dia 24, vou querer a reunião com as centrais sindicais para dar continuidade ao debate que o companheiro Mangabeira começou a fazer com vocês. E uma das coisas que eu quero discutir com vocês é um pouco, também, como a gente vai entrar nesse mundo para resolver o problema das negociações no setor público, que não é apenas uma questão do governo federal, envolve prefeituras, envolve governo dos estados. Então, eu acho que é preciso a gente entender o que acontece, para que a gente possa, quem sabe, oferecer para a sociedade uma solução.

Todos vocês têm idade para um dia ser presidente da República. E vocês vão perceber a diferença da nossa experiência sindical no mundo da fábrica, no mundo do comércio, ou no mundo dos bancos, com a negociação no setor público. Eu, por exemplo, acho que nós precisamos regulamentar o direito de greve neste País. Não é possível, qualquer trabalhador urbano faz uma greve, ele precisa saber que ele vai ganhar apenas os dias em que ele trabalhou. Mas é a lógica. Se o meu salário é a contrapartida do meu trabalho, se eu não trabalhar, eu não mereço receber. É uma lógica.

Agora, no setor público, tem gente que faz greve dois meses, três meses, é uma coisa... E não é por maldade, não. As pessoas, às vezes, acham que têm razão. Então, nós precisamos encontrar um meio termo para resolver esse problema. Porque não adianta em uma greve de uma categoria do setor público alguém falar: "Bom, a greve é legal". E acho que toda greve deve ser legal, o cidadão tem direito a continuar merecendo o seu plano de carreira, as oportunidades. Agora, eu aprendi que eu só posso ganhar se não trabalhar, se eu estiver de férias ou se eu estiver doente. Se eu não for trabalhar por outra razão, eu não recebo o meu dia. E nós não temos coragem de enfrentar esse



debate. Eu acho que ele tem que ser enfrentado a bem do servidor público, a bem do Estado e a bem do movimento sindical. Porque hora você tem um governo que tem mais solidariedade, tem mais compreensão, hora você tem governo que começa a dizer que é preciso diminuir o papel do Estado, é preciso terceirizar muita coisa, é preciso... É isso que vai criando esse imbróglio do Estado ter uma grande parte de pessoas terceirizadas ganhando pouco, não tendo segurança, às vezes, dirigindo para personalidades importantes, sem nenhuma segurança.

Então, eu acho, companheiros, que esse é um debate que nós temos que fazer. Nós não temos que ter medo de fazer esse debate, porque eu acho que o resultado dele é benéfico para o Movimento Sindical e para a sociedade. Muitas vezes, os temas que são mais delicados, nós tentamos fugir à sua discussão. Muitas vezes acontece isso no mundo político, no mundo sindical ou no mundo acadêmico. Mas é uma bobagem, porque a gente só está só retardando uma solução para o problema. Então, eu penso que nós precisamos de alguns temas importantes. Poderíamos listar, vocês poderiam listar alguns temas, nós poderíamos listar alguns temas e começar a fazer uma seqüência de conversas para ver o que falta a gente aprimorar.

O que pode querer um presidente da República quando deixar a Presidência da República? É que a relação entre o Estado e a sociedade esteja quase que perfeita do ponto de vista da relação democrática. Eu fico imaginando, se nós não tomássemos o cuidado de vetar a fiscalização, eu já fico sabendo em cima de quem e em que momento iria a fiscalização.

Eu lembro, Paulinho, que uma vez você divergiu de alguém na política. Eu lembro que você foi vítima de muitas acusações. Agora, imagina se a cada vez que chegar uma eleição, a cada vez que chegar uma campanha eleitoral no sindicato, alguém toma a decisão de fiscalizar, quando nós estaremos tirando do trabalhador o direito de propor em assembléias mecanismos de fiscalização. Não tem porquê não acreditar que o trabalhador seja capaz de



Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República

fazer a fiscalização. Por isso é que eu vetei. E acho que esse mérito é dos deputados que votaram, dos senadores, dos ministros, mas eu acho que o mérito da persistência é de vocês. A perseverança é uma arma muito importante a ser utilizada pelo ser humano. Quanto mais a gente persevera, mais a gente conquista.

De forma que parabéns aos companheiros deputados que votaram, parabéns aos sindicalistas que conquistaram e parabéns ao governo que contribuiu para que a gente pudesse ter o dia de hoje.

Um abraço e boa sorte.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do presidente da Eslovênia, Danilo Türk

Palácio Itamaraty, 02 de abril de 2008

Excelentíssimo senhor Danilo Türk, presidente da Eslovênia,
Senhor Garibaldi Alves, presidente do Senado Federal,
Senhor Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados,
Senhor Andrej Šter, secretário de Estado das Relações Exteriores da Eslovênia,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, e sua senhora Ana Maria,

Senhoras e senhores integrantes da delegação da Eslovênia,

Senhor Nelson Jobim, ministro da Defesa,

Senhor Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Senhores e senhoras embaixadores,

Amigos da imprensa,

Meus amigos e minhas amigas,

Com satisfação, recebo o Presidente Danilo Türk nesta primeira visita oficial de um Chefe de Estado da República da Eslovênia ao Brasil.

Por décadas temos acolhido cidadãos eslovenos no Brasil. Eles se integraram perfeitamente à nossa sociedade, prestando contribuição muito positiva para a construção do país que adotaram.

O Brasil está abrindo um leitorado de português na Universidade de Primorska, na cidade de Koper. Será um elo entre nossas culturas. A mesma Universidade inaugurará o Centro de Estudos Latino-Americanos.

Senhoras e senhores,



Pouco depois da independência da Eslovênia, nosso relacionamento ganhou dinamismo, em grande parte devido ao caráter empreendedor dos cidadãos de origem eslovena no Brasil. Temos investimentos eslovenos aqui e exportações crescentes do Brasil para a Eslovênia. Já somos o principal parceiro de seu país na América do Sul.

O intercâmbio entre cientistas dos dois países é fluido e proveitoso, com amplas possibilidades de cooperação nas áreas de energia, incluindo os biocombustíveis.

Meu caro Presidente Türk,

Nossas relações bilaterais espelham a sintonia dos interesses que a Eslovênia e o Brasil têm a respeito das questões centrais da agenda internacional.

É o caso de nossa convergência sobre a reforma das Nações Unidas.

Agradeço o apoio da Eslovênia ao pleito brasileiro de ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança. Recebemos esse gesto como expressão da confiança em nossa capacidade de prestar contribuição positiva ao debate e à resolução de temas de grande relevância para a humanidade.

O Brasil está convencido de que grande parte desses problemas tem origem na pobreza e na desigualdade.

Defendemos a criação de mecanismos inovadores para o desenvolvimento e modelos de atuação da ONU, como no Haiti, que privilegiem o progresso econômico e social. Sem isso, não haverá paz e estabilidade duradouras.

Temos lutado para que o conceito de desenvolvimento ocupe o primeiro plano nas negociações comerciais multilaterais. Por essa razão, trabalhamos para que a Rodada de Doha da OMC possa trazer benefícios para os mais pobres.

Sob a presidência eslovena do Conselho da União Européia, a V Cúpula América Latina e Caribe com a União Européia, em Lima, tem tudo para ser um



êxito. Vamos debater temas de grande relevância para as duas regiões, como o combate à pobreza, inclusão social, mudança do clima e energia.

Compartilhamos o interesse na retomada das negociações do Acordo de Associação Mercosul-União Européia, em bases justas e equilibradas. Esse acordo será um valioso estímulo à dinamização das relações comerciais entre os dois blocos.

Meus caros amigos,

O Brasil acompanha os êxitos recentes da Eslovênia. Seu país foi o primeiro dos integrantes da antiga Iugoslávia a aderir à União Européia, em 2004; o primeiro dos novos membros a adotar o euro; e o primeiro do mesmo grupo a assumir a Presidência do Conselho da União Européia.

A Eslovênia deve orgulhar-se de seus altos índices de crescimento econômico e de ostentar a mais elevada renda per capita da Europa Central.

Aqui também temos o que comemorar. A economia brasileira avança de forma sólida, dinâmica e diversificada. Isso nos permite enfrentar as turbulências do mercado financeiro internacional e ser um dos principais destinos dos investimentos diretos estrangeiros. Avançamos na melhoria das condições de vida de milhões de brasileiros historicamente marginalizados. Graças a políticas sociais consistentes, hoje a grande maioria dos brasileiros tem a seu alcance os elementos materiais básicos da cidadania.

Senhoras e senhores,

Decidi abrir a Embaixada do Brasil em Liubliana por estar convencido de que é necessário estreitar as relações com a Eslovênia. O anúncio que fez Vossa Excelência hoje sobre a instalação de missão diplomática eslovena em Brasília ratifica nossa sintonia de interesses.

Estamos prontos para continuar avançando em nossa parceria bilateral e coordenar posições nas esferas regional e multilateral. Confio nos Ministros e empresários presentes para explorar as possibilidades de ampliar a cooperação em benefício mútuo.



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

É com este espírito que convido todos a erguerem suas taças e me acompanharem em um brinde à contínua prosperidade da República da Eslovênia, ao profícuo desenvolvimento da união entre eslovenos e brasileiros e à saúde e felicidade pessoal do Presidente Danilo Türk.

Muito obrigado.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao presidente da Guatemala, Álvaro Colom

Palácio Itamaraty, 04 de abril de 2008

Excelentíssimo senhor Álvaro Colom, presidente da Guatemala, e sua senhora Sandra Torres de Colom,

Minha companheira Marisa,

Senhor Haroldo Rodas, ministro das Relações Exteriores da Guatemala, Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, e sua senhora Ana Amorim,

Senhor Nelson Jobim, ministro da Defesa,

Senhora Nilcéa Freire, secretária Especial de Políticas para as Mulheres,

Senhoras e senhores integrantes da delegação da Guatemala,

Senhoras e senhores embaixadores,

Meus amigos e minhas amigas,

Ao dar as boas vindas ao presidente Álvaro Colom, quero evocar sua coragem pessoal e seu empenho intransigente em favor dos direitos políticos, sociais e econômicos de seu povo.

Aqui temos um homem de trajetória exemplar, que alenta nossa confiança num futuro de paz e prosperidade para a Guatemala.

A eleição de Álvaro Colom tem um significado que transcende as fronteiras de seu país. Reflete o amadurecimento de um continente que está se unindo para assegurar dignidade e esperança para todos os seus cidadãos. Por isso compareci à sua posse, em janeiro último.

Agora, o presidente Colom vem ao Brasil, em sua primeira visita bilateral oficial a um país. Essas atitudes são demonstrações eloqüentes da vontade de dois governos de fortalecer seu potencial de amizade e cooperação.



A expressiva delegação ministerial que o acompanha abre oportunidades para consolidar parcerias e lançar novas iniciativas.

Vamos assinar um protocolo que contempla ações para a melhoria das condições sociais. Iremos trocar experiências sobre transferência de renda, segurança alimentar, políticas inovadoras de combate ao HIV - Aids e de apoio à educação. A agenda que a primeira-dama Sandra Colom cumpre no Brasil mostra que nossos países assumem o combate à pobreza como um desafio comum.

Sabemos que a luta contra a exclusão social exige diretrizes econômicas inovadoras e consistentes. No Brasil, a política de distribuição de renda está na base de nossa retomada do crescimento, que logramos com equilíbrio macroeconômico e reduzindo nossa vulnerabilidade externa. A expansão do emprego e da renda não só faz recuar a pobreza e a desigualdade, ela consolida um mercado consumidor de massas capaz de sustentar um ciclo virtuoso de crescimento sustentável. Mais importante: ela amplia a cidadania.

Estamos seguros de que a Guatemala poderá seguir caminho semelhante, respeitadas suas peculiaridades nacionais.

Companheiro Presidente, amigas e amigos,

Podemos desenvolver parcerias no campo dos biocombustíveis. Por sua tradição no cultivo da cana-de-açúcar, a Guatemala reúne condições de liderar essa iniciativa na América Central. Juntos, encontraremos alternativas energéticas sustentáveis para reduzir os efeitos da mudança climática, gerar emprego e renda, respeitada a segurança alimentar de nossas sociedades.

Os compromissos que estamos hoje assumindo em matéria energética abrem também perspectivas promissoras para a prospecção de petróleo e a realização de investimentos no setor hidrelétrico. A missão da Agência Brasileira de Cooperação que enviaremos em breve à Guatemala identificará novos horizontes para nossa parceria.



Vemos na cooperação com a Guatemala modelo do que o Brasil deseja desenvolver com toda a América Central. Nossa aliança abre oportunidades econômicas e comerciais para a Guatemala na América do Sul. A conclusão de uma área de livre comércio entre o Mercosul e o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) multiplicará complementaridades, investimentos e promoverá cooperação técnica e transferência tecnológica.

Vamos fazer tudo isso buscando corrigir as assimetrias entre as economias de ambos os blocos. No próximo mês, em El Salvador, teremos a oportunidade de dar um passo definitivo para tornar realidade essas aspirações.

Guatemala e Brasil também querem unir esforços em prol de um sistema internacional multilateral, fundado no Direito e na justiça social.

Muito apreciamos o apoio guatemalteco a que o Brasil tenha um assento permanente no Conselho de Segurança. É um gesto de confiança em nossa capacidade de contribuir para a construção de um mundo de paz e prosperidade.

Guatemala e Brasil também trabalham no G-20 para assegurar que a conclusão da Rodada Doha, da OMC, traga benefícios aos países mais pobres.

Buscamos a consolidação da solidariedade regional. Nossas tropas no Haiti, sob a égide da ONU, ajudam a restaurar a confiança do povo haitiano no seu próprio futuro. Oferecem um novo paradigma para a solução de conflitos e a promoção da paz e segurança no mundo.

Caro amigo presidente Colom,

Hoje estamos dando um salto nas relações entre nossos países. Vamos multiplicar iniciativas que atendam as aspirações de nossos povos ao desenvolvimento com inclusão social. Contamos com a Guatemala ao nosso lado. O povo guatemalteco sabe que pode contar com o Brasil.

Meus amigos e minhas amigas,



Eu não poderia, fugindo do meu *script*, deixar de dizer umas palavras ao companheiro Colom. Durante praticamente toda a existência da Guatemala, certamente ela esteve voltada com os olhos para o Norte. O Brasil, durante muito tempo, era um país desconhecido da Guatemala.

Também é verdade que durante muito tempo o Brasil olhava tanto para o Norte, para os Estados Unidos, principalmente, que os olhos do Brasil não enxergavam grande parte do continente latino-americano. Não faz muito tempo, nas primeiras viagens que fiz para a América Central, em todos os lugares que eu visitava, os presidentes diziam: “É a primeira vez que vem um presidente do Brasil ao nosso país”. Porque esse é um dos problemas a que nós nos submetemos no século XX. Traduzindo isso para a relação pessoal entre famílias, se quisermos estabelecer um paralelo, dificilmente um parente hoje, no mundo, visita um parente mais pobre. Todo mundo gosta de visitar os parentes mais ricos, os pobres vão caindo no esquecimento.

Faz algum tempo que o Brasil mudou de posição. Não que não queiramos uma relação forte com os países ricos. Queremos e a temos. Mas é preciso que, pela importância que o Brasil tem no continente, pela grandeza da economia brasileira dentro do continente, pela grandeza do conhecimento científico e tecnológico que o Brasil tem no continente, é importante que o Brasil tenha uma atitude mais ousada, uma atitude mais vigorosa. Por isso, desde o primeiro dia do meu governo nós determinamos priorizar as nossas relações com a América do Sul, com a América Latina e com a África, principalmente, para que pudéssemos estabelecer entre nós uma relação que pudesse descobrir os nichos de oportunidades que muitas vezes nós temos e que muitas vezes não (inaudível). Estabelecer uma política de complementaridade para que a gente possa distinguir perfeitamente bem o que o Brasil pode fazer pela Guatemala e o que a Guatemala pode fazer pelo Brasil.



Em que nós ainda não nos descobrimos? O que nós ainda não fazemos, que já deveríamos ter feito há muito tempo? Essa troca de experiências se faz necessária com a visita de um presidente da República de outro país. Certamente, a Guatemala tem experiências extraordinárias ao longo de tanto tempo e, certamente, o Brasil também tem experiências extraordinárias que, se conhecidas pelos dois governos e pelos dois povos, nós poderemos unificar as coisas que estão dando certo nos países e aperfeiçoar aquelas coisas que não estão dando certo ou, quem sabe, aboli-las da nossa prática política.

Eu conheço um pouco da história do presidente Colom. Embora não seja eleitor guatemalteco, daqui do Brasil fiquei torcendo para que você ganhasse as eleições. Agora, meu caro presidente, você tem quatro anos e já deve ter descoberto que governar é muito mais difícil do que discursar em um palanque durante a campanha. Mas eu estou convencido de que pela sua história, pela gente que te cerca e pelos compromissos que eu vi você assumir no seu discurso de posse, em janeiro, eu estou convencido de que a Guatemala, depois de quatro anos do seu mandato, terá a sua história dividida entre antes e depois do seu governo, porque não tenho dúvida dos seus compromissos com os excluídos, não tenho dúvida da sua opção pelos pobres, não tenho dúvida dos compromissos éticos que perpassaram toda a sua carreira política. Daqui do Brasil estarei agora não apenas torcendo, mas dentro das nossas possibilidades, quero que saiba que o meu governo estará disposto a fazer o que estiver ao seu alcance para contribuir com o povo da Guatemala.

Por isso, quero em nome dessa parceria que já existia antes de nos conhecermos e que se consolida agora, erguer um brinde à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da senhora Sandra Colom, bem como à prosperidade de seu país e à amizade que une Guatemala e Brasil.

(\$211A)



Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos participantes da Cúpula da Governança Progressista, realizada em Londres - Reino Unido

Obs: A mensagem foi transmitida por vídeo, em 5 de abril de 2008

Prezado amigo Gordon Brown e demais chefes de Estado e de Governo, Esta Cúpula da Governança Progressista ocorre em momento de sérios distúrbios financeiros, com desdobramentos sociais.

Este é um momento para a afirmação de valores; para um compromisso em torno de uma visão comum de futuro centrada na solidariedade e na ação coletiva global.

Ainda hoje pagamos o preço do fracasso das receitas neo-liberais do passado, defendidas de forma arrogante por muitos daqueles que agora estão sendo varridos pela tempestade especulativa que eles próprios engendraram.

Todos esses fenômenos reforçam o que já sabíamos: o mercado por si só não é capaz de oferecer soluções economicamente consistentes e ao mesmo tempo socialmente responsáveis. Só a ação estratégica de um Estado ágil e transparente, eficiente na prestação de serviços, é capaz de realizar essa tarefa.

Aprendemos essa lição na América Latina.

Vivemos uma onda de crescimento com equilíbrio macro-econômico, forte distribuição de renda e inclusão social. O motor desse processo são classes historicamente excluídas e deserdadas, que hoje encontram seu lugar e sua voz numa sociedade em forte mutação.

A comunidade internacional está reagindo na mesma direção. A natureza global dos desafios e ameaças que enfrentamos no século XXI não



admite atitudes mesquinhas nem respostas localizadas. Requer mecanismos de governança verdadeiramente globais.

Isto exige um mundo mais democrático na tomada de decisões que afetam a todos. Por isso, defendemos uma reforma das Nações Unidas e de seus mecanismos de segurança coletiva. Só assim poderemos tornar as Nações Unidas mais representativa e eficaz para lidar com os conflitos que continuam a fazer vítimas inocentes e para construir a paz, o mais alto valor que devemos aspirar.

Queremos a mudança do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que necessitam transformar-se em instrumentos de promoção do desenvolvimento. Precisamos de medidas corretivas para que crises financeiras - como a de hoje - não voltem a ocorrer. Essas medidas têm de ser aplicadas aos países com responsabilidade na atual turbulência financeira. Não é justo transferir para os países em desenvolvimento os custos da imprevidência e da ganância de outros.

Defendemos um acordo ambicioso e equilibrado para a Rodada de Doha. Os países ricos têm consciência de sua responsabilidade histórica em fazer do comércio um fator de superação da pobreza. Nós estamos prontos a fazer nossa parte.

Numa economia globalizada, não são apenas idéias, bens e capitais que devem circular livremente. Homens e mulheres também devem fazê-lo. Hoje, os fluxos de pessoas devem continuar sendo um meio de combate à pobreza para construir oportunidades, com dignidade e respeito.

Convocamos a comunidade mundial para dar as mãos em defesa da preservação de nosso planeta. O combate ao aquecimento global é uma tarefa coletiva, mas aqueles que mais contribuíram para a sua degradação devem dar o primeiro e mais importante passo.

Conhecemos o vasto potencial dos biocombustíveis e de outras fontes renováveis de energia. Trabalhando juntos, temos condições de garantir a



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

segurança alimentar e energia de todos. Ao mesmo tempo, estaremos assegurando o futuro das próximas gerações.

A Governança Progressista está diante do desafio e da responsabilidade de lançar essa mensagem de solidariedade e de esperança. Contem com o Brasil nessa empreitada.

(\$211B)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
banquete oferecido pela rainha Beatrix, dos Países Baixos**

Haia-Holanda, 10 de abril de 2008

Quero agradecer a Sua Majestade, a rainha Beatrix, pela calorosa acolhida e as palavras amigas dirigidas a mim e ao povo brasileiro.

Recordo que igual entusiasmo e carinho acompanharam Sua Majestade e o Príncipe e Princesa de Orange durante sua estada em meu país, em 2003, quando lançamos as bases de uma nova parceria entre nossos países.

Hoje, atendendo ao honroso convite de Sua Majestade, venho aos Países Baixos reafirmar e consolidar esse projeto de cooperação.

No momento em que projetamos o futuro das relações entre nossos países, inspira-nos o legado de um rico passado. Maurício de Nassau - aqui conhecido como Maurício, o Brasileiro - permanece entre nós como um homem de espírito empreendedor e largueza de visão. O Brasil holandês que ele nos deixou está vivo nas artes, nas ciências, na arquitetura e na medicina do Brasil de hoje.

Como nossos antepassados navegadores, nossos povos compartilham a vocação para ampliar horizontes e aproximar culturas. Os Países Baixos e o Brasil têm o entendimento e a tolerância como valores. Eles atestam nosso compromisso com a democracia, o respeito aos direitos humanos e o multilateralismo.

Sinto-me honrado em visitar o país-sede de tribunais que estão ajudando a construir a governança global com que sonharam grandes juristas holandeses, fundadores do Direito Internacional. Nesta cidade, encontramos a Corte Internacional de Justiça, a Corte Permanente de Arbitragem e o Tribunal Penal Internacional. Não imagino expressão mais eloqüente de compromisso com o Direito como garantia da paz e da concórdia entre as nações.



No entanto, nada alcançaremos de verdadeiramente sólido e duradouro em matéria de Justiça enquanto centenas de milhões de famílias mundo afora continuarem sendo vitimadas pela miséria e a fome.

Por isso, o compromisso do governo de Vossa Majestade, de destinar 0,8% da riqueza nacional para a ajuda ao desenvolvimento, é um exemplo para toda a comunidade internacional. Demonstra que as Metas do Milênio das Nações Unidas estão a nosso alcance, basta nossa vontade coletiva.

Sei que Sua Majestade está pessoalmente engajada nessa tarefa. O trabalho da Fundação Príncipe Claus contribui para promover a justiça social em muitos países pobres. Essa é a conquista que os Países Baixos nos legam hoje. Como combinar igualdade social com elevado sentido de responsabilidade comunitária.

É também o que almejo para o Brasil: um futuro de maior igualdade e prosperidade compartilhada e construída por todos. Um amanhã sem excluídos.

Desde a visita de Vossa Majestade, em 2003, o Brasil passou por grandes transformações. Os números de nossa economia e os índices sociais falam por si sós.

Tiramos mais de 20 milhões de brasileiros da exclusão social com diretrizes econômicas inovadoras e consistentes. Pela primeira vez, o Brasil passou de devedor a credor internacional.

No âmbito internacional, criamos mecanismos inovadores para financiar o combate a doenças como a Aids, a malária e a tuberculose, que devastam as populações mais carentes. São as mesmas famílias e comunidades que sofrem mais diretamente os dramáticos impactos da mudança do clima, pela qual não têm praticamente nenhuma responsabilidade.

Por essa razão, tenho defendido a importância de a comunidade internacional buscar fontes de energia alternativas, limpas e renováveis.

Majestade,

Temos um amplo campo para enriquecermos mais a parceria entre



nossos países. Tanto na cooperação econômica, educacional, cultural e científica, como na busca de uma ordem internacional mais estável, justa e democrática para essa e futuras gerações.

De portos neerlandeses partiram viajantes que ajudaram a desbravar uma nova economia-mundo e lançar a primeira grande onda de globalização. Neste início de século XXI, quando a tecnologia volta a encurtar distâncias e aproximar povos, o Brasil convida os Países Baixos a explorarmos juntos esse novo mundo.

É com este espírito de confiança que peço a todos levantar um brinde à saúde e felicidade de Vossa Majestade, à prosperidade e ao bem-estar do povo neerlandês, e à amizade entre nossas duas nações e entre nossos povos.

Muito obrigado.

(\$211B)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de encerramento do seminário empresarial “Brasil-Países Baixos, Oportunidades de Negócios”

Haia-Holanda, 11 de abril de 2008

Não foi possível nem ver um jogo de futebol e nem ver Amsterdã, com a agenda que foi feita para vir aqui. Se alguém perguntar para mim: “Presidente, o senhor conhece Amsterdã?” Eu vou dizer: não, porque não consegui ver Amsterdã. Mas fica para a próxima.

Com satisfação, me dirijo a este seminário, ao término de minha visita aos Países Baixos. Estou certo de que os representantes dos governos e do setor privado brasileiro e neerlandês trocaram informações, identificaram oportunidades de negócios e criaram laços ainda mais fortes entre nossos países.

Já no século XVII, quando se constituiu a Companhia das Índias Ocidentais, era grande o interesse neerlandês pela cana-de-açúcar brasileira. Amsterdã era o maior centro financeiro da época. Bancos neerlandeses financiavam a produção dos engenhos no Nordeste brasileiro. O litoral de Pernambuco era uma das mais importantes... na verdade era o mais importante de todas as regiões açucareiras do mundo.

Em 1637, chegava ao Brasil Colônia um dos maiores empreendedores neerlandeses: Maurício de Nassau. Sua presença deixou-nos uma herança cultural que ainda se pode ver hoje no Recife, capital do meu estado natal e uma das principais cidades do meu País. O legado visionário de Nassau continua a inspirar os empresários neerlandeses que hoje apostam no Brasil. Suas empresas fazem bons negócios e ajudam o desenvolvimento de nossos países. As empresas brasileiras, por sua parte, estão descobrindo a Europa e o mundo. Os Países Baixos, por suas vantagens logísticas, são plataforma ideal



para a internacionalização brasileira. Isso mostra o potencial de intercâmbio que temos à nossa disposição.

A cana-de-açúcar é um bom exemplo de como nossa parceria pode se renovar e reinventar. No Brasil Colônia, holandeses estiveram fortemente envolvidos no cultivo e comercialização do que era nosso principal produto agrícola. Séculos depois, a partir de 1975, alguns brasileiros, com espírito pioneiro, perceberam que tínhamos um potencial gigantesco de energia não aproveitado.

Muitos dos senhores conhecem o que temos feito, ao longo das últimas décadas. Desenvolvemos uma fonte energética alternativa ao petróleo. Uma fonte que gera empregos, desenvolvimento social e desempenha papel importante na contenção dos efeitos da mudança climática, sem comprometer a segurança alimentar.

Mais de três séculos após a época de Nassau, convido os empresários neerlandeses a renovar a aposta na cana e nos biocombustíveis brasileiros.

Caros empresários e empresárias,

Em 2007, os Países Baixos ocuparam a primeira posição entre os investidores estrangeiros no Brasil. Os investimentos somaram cerca de oito bilhões de dólares, um crescimento de mais de 200% em relação a 2006. Os Países Baixos contribuem, assim, para fortalecer as bases do nosso crescimento, criando empregos e aportando novas tecnologias.

A agenda de desenvolvimento do Brasil de hoje reserva um espaço adicional para a participação neerlandesa. O Programa de Aceleração do Crescimento, que lançamos há pouco mais de um ano, foi elaborado com o objetivo de garantir ao Brasil muitos anos de desenvolvimento sustentável. Mais importante: o programa tem forte componente social. O Programa de Aceleração do Crescimento prevê investimentos de mais de 270 bilhões de dólares até 2010 em centenas de obras em centenas de obras de habitação e saneamento, na infra-estrutura do Brasil, para melhorar o escoamento de



produtos e a oferta de energia. Quero chamar a atenção em particular para o programa de reaparelhamento de portos e estaleiros navais, campo de notória excelência neerlandesa.

Investir no Brasil é um bom negócio. Os números de nossa economia são eloqüentes. As reservas do Brasil – hoje de 200 bilhões de dólares – são superiores à dívida externa dos setores público e privado. Passamos de devedores a credores internacionais. As exportações e as importações quebram recordes históricos. A inflação está baixa e sob controle. Aumentamos o crédito, sobretudo, para as pequenas empresas e para as classes sociais mais carentes. O resultado é crescimento da produção e do consumo há 16 trimestres consecutivos. Desde que assumi o governo, foram criados 10 milhões de empregos, a grande maioria empregos formais. Vinte milhões de homens e mulheres saíram da pobreza absoluta. Ocorre um ciclo virtuoso de crescimento sustentável, centrado na incorporação de milhões de novos consumidores ao mercado interno. Como resultado desses sinais claros de estabilidade e de expansão, os investimentos crescem há 15 trimestres consecutivos. Recebemos 34 bilhões de dólares em 2007, o dobro do que recebemos em 2006.

Outro dado revelador: em 2006, aumentaram em 50% os investimentos brasileiros no exterior, em um total de 32 bilhões de dólares, fazendo do Brasil um dos 12 maiores investidores do mundo. Esse ganho de competitividade de nossas empresas não se deve apenas a uma situação internacional favorável nos últimos anos. Em outros bons momentos recentes da economia mundial, o Brasil não conseguia acompanhar os bons índices. Os números atuais da economia e a baixa vulnerabilidade em relação à crise nos EUA são resultado do ajuste que realizamos a partir de 2003. O aumento do superávit que fizemos de 3,75% para 4,25% do Produto Interno Bruto deixou a economia mais forte para enfrentar novas turbulências. Temos segurança de que o Brasil deverá crescer em 2008 mais do que os 5,4% que cresceu em 2007.



Estou convencido de que os Países Baixos e o Brasil estão longe de esgotar todas as possibilidades de interação econômica e que há ainda muito por cooperar, desenvolver e criar juntos. Dois países como os nossos, que constroem suas relações econômicas e comerciais sobre uma rica base de interesses complementares, têm a obrigação e a oportunidade de fortalecer sua parceria.

Meus amigos,
Empresários brasileiros,
Empresários neerlandeses,
Companheiros e companheiras,

Permitam fazer aqui um pequeno improviso e pedir para o intérprete se sacrificar um pouco mais. Eu volto para o Brasil convencido de que nós demos um passo muito importante na relação Países Baixos e Brasil. E não digo isso para agradar empresários brasileiros ou para agradar empresários neerlandeses. Eu digo isso porque, independentemente do que aconteceu em três séculos, em 1600 e pouco, a Holanda descobriu o Brasil, e por lá deixou muitas raízes, e deixou muitos nordestinos e muitas nordestinas que até hoje parecem que são filhos de holandeses. Está aí o nosso governador do estado de Pernambuco que tem uma única explicação para ter os olhos verdes: é a árvore genealógica dele ter alguma coisa a ver com a chegada de Maurício de Nassau ao Brasil. Mas mais do que isso, nós estamos determinados a garantir que o Brasil se transforme, definitivamente, em uma economia forte.

Eu estou com 62 anos de idade e em pelo menos 40 desses 62 anos, eu ouvi dizer que o Brasil poderia ser o país do futuro. E nós achamos que o Brasil não precisa mais ser o país do futuro, porque o futuro é agora. O futuro não pode ser... Nós temos trabalhado para não jogar fora nenhuma oportunidade que nos apareça. Nós sabemos que seremos mais merecedores da confiança de empresários de outra parte do mundo, na medida em que os empresários descubram, e ao mesmo tempo percebam, que nós estamos fazendo a nossa



parte, que nós estamos agindo com seriedade e que nós precisamos ser o exemplo para motivarmos investidores estrangeiros a aportarem no Brasil e fazer os investimentos.

Nós estamos determinados a fazer com que a América do Sul tenha um desenvolvimento mais equânime e que possa, quem sabe, construir com a União Européia um acordo entre a América do Sul e a União Européia, o Mercosul e a União Européia para que a gente dê complementação e dê seqüência ao acordo estratégico que o Brasil fez com a União Européia.

O Brasil, pela sua posição geográfica, é um porto de entrada para muitos países da América do Sul. E nós sabemos que a Holanda tem sido um porto de entrada de muitos produtos brasileiros pelo porto de Rotterdam. E isso pode ser aprimorado. Para isso, nós recuperamos a indústria naval brasileira que, na década de 70, foi a segunda maior do mundo e que, na década de 90, tinha desaparecido. Recuperamos os estaleiros, estamos fazendo novos estaleiros, estamos produzindo novos navios, estamos produzindo plataformas da Petrobras. E eu transformei o Ministério dos Transportes, que cuidava dos portos, eu criei uma secretaria especial só para cuidar de portos no Brasil.

É importante que vocês saibam que essas secretarias têm como tarefa fundamental e prioritária: primeiro, modernizar os portos brasileiros, torná-los mais competitivos, administrados de forma muito mais profissional para que a gente possa competir com Rotterdam, competir com Hamburgo, competir com qualquer outro porto do mundo com as mesmas vantagens, com a mesma política de desenvolvimento, com a modernização da nossa política aduaneira, para que um navio não seja obrigado a ficar três, quatro dias à espera de carregar ou de descarregar uma carga.

Ao mesmo tempo, nós estamos convencidos de que o Brasil, que estava habituado a ter uma balança comercial no máximo de 60 bilhões de dólares, até 2004, 2003, deu um salto para uma balança comercial de 165 bilhões de dólares. Ou seja, praticamente quase triplicamos a nossa balança comercial,



com a mesma infra-estrutura que nós tínhamos quando o Brasil tinha uma balança comercial de apenas 60 bilhões de dólares.

E nós queremos crescer mais. Queremos exportar mais e queremos importar mais. Por isso que nós estamos fazendo um investimento de praticamente 270 bilhões de dólares em obras de infra-estrutura nos portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, gasodutos, hidrelétricas, linhas de transmissão, para que o Brasil possa oferecer a quem lá queira investir, as oportunidades de que não faltará, em infra-estrutura, logística e, muito menos, energia, para que as empresas possam produzir.

Eu estou dizendo isso para que os empresários neerlandeses possam conhecer o que significa o PAC. Eu sei que o Ministro estará viajando para o Brasil na próxima semana, e eu acho extremamente importante, Miguel Jorge, que ele possa ter um momento para ouvir uma boa exposição do que o PAC significa.

Só para vocês terem uma idéia, dentro do nosso Programa de Aceleração da Economia (Crescimento), nós estamos fazendo uma ferrovia entre o estado de Pernambuco e o estado do Ceará, mais o estado do Piauí, de mais de 1.700 quilômetros, e queremos inaugurá-la até 2010.

Estamos fazendo uma outra ferrovia, que é a ferrovia que liga a Ferrovia Leste-Oeste, na Bahia, uma ferrovia de 1.400 quilômetros, que vai ligar a já existente Norte-Sul ao Porto de Ilhéus, na Bahia, transportando não apenas os produtos agrícolas produzidos na região na Bahia como, também, a produção de minério existente naquela região.

Mais importante do que isso é que estamos, até outubro, queremos fazer o trem-bala. Não sei se a Holanda é especialista em trem-bala, mas estamos pensando em fazer a licitação, concluindo o projeto executivo de um trem-bala, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo-Campinas, Campinas-São Paulo e Rio de Janeiro. É um projeto muito grande e é um projeto que nós estamos determinados a fazer, e obviamente que queremos fazê-lo com a iniciativa



privada, nós não queremos fazer uma coisa pública.

E, por último, eu gostaria que os empresários neerlandeses se dispusessem a participar mais ativamente da discussão sobre biocombustíveis. Nós vamos fazer um grande seminário internacional, em novembro, no Brasil, para discutir biocombustíveis. Gostaríamos que não apenas o governo, mas os empresários estivessem presentes, porque nós queremos fazer um debate racional, um debate com uma dosagem de informações técnicas e científicas muito forte, e não permitir que a gente fique fazendo debate apenas com o viés ideológico, ou seja, se a cana vai substituir o feijão ou o arroz, ou se o arroz vai substituir. Já tem charge no jornal de hoje, passando a idéia de que o biocombustível é que está causando inflação, por conta dos alimentos. O que é uma falácia, uma mentira deslavada, de quem não entende ou de quem não quer entender.

Nós temos, hoje, mais de 1 bilhão de seres humanos vivendo abaixo da linha da pobreza. Nós temos 1 bilhão de seres humanos que não conseguem comer as calorias e as proteínas necessárias ao ser humano, sem que haja a produção de biocombustível. E nós temos clareza de que é amplamente possível compatibilizar, em muitos países do mundo, a produção de etanol, a produção de biodiesel, com a produção de alimentos.

Eu peço a todos vocês que, ao analisarem a questão dos biocombustíveis, não analisem a partir da lógica do território da Holanda, ou do território de um país europeu, porque vocês já estão prontos, vocês já estão com a casa arrumada. Eu dou sempre o exemplo de que aqui na Europa as coisas foram tão arrumadas que parece casa de um casal recém-casado. Está tudo no lugar.

Mas é preciso olhar a produção de biocombustível, do etanol e do biodiesel a partir de outros territórios. Olhemos o mundo a partir da América Latina, olhemos o mundo a partir do território africano, olhemos o mundo através de alguns países asiáticos, que têm sérios problemas de crescimento



econômico. E, aí, nós vamos perceber que há um espaço extraordinário para que a gente possa fazer parceria entre o Brasil e a Holanda, entre a Holanda e a Alemanha, entre a Alemanha e a França, entre a França e o Brasil, entre a França e a Argentina, para que possamos produzir novos combustíveis a partir de países que hoje não produzem nada, e que têm problemas muito sérios de desenvolvimento.

E não é muito difícil, porque hoje nós importamos petróleo de 10 países que, praticamente, mantêm o monopólio do petróleo. E nós falamos tanto em aquecimento global, aprovamos o Protocolo de Quioto e, certamente, vamos aprovar outros protocolos pela frente.

O dado concreto é que a cada dia que passa, nós produzimos mais carros, usamos mais gasolina, usamos mais combustíveis, emitimos mais CO₂, poluímos mais o Planeta e aumentamos mais o aquecimento global. Vamos mudar isso ou não vamos? O Brasil está apresentando uma alternativa. Nós produzimos combustíveis que não emitem CO₂, menos poluentes, mais geradores de empregos, muito mais geradores de empregos, portanto, muito mais importantes para o mundo subdesenvolvido que, certamente, irá beneficiar o mundo desenvolvido.

E para terminar, eu quero dizer para vocês que, em 2002, eu fiz uma campanha presidencial e comprei uma briga durante a campanha, dizendo que nós iríamos produzir plataforma de petróleo no Brasil. Os meus adversários diziam que o Brasil não tinha tecnologia e não tinha competência para produzir plataforma. Fizemos a disputa, ganhamos as eleições. E, hoje, todas as plataformas produzidas no Brasil já têm 75% de componentes nacionais, mais a mão-de-obra nacional. Agora, uma plataforma para produzir petróleo é muito cara. Eu fui, agora, no estado do Rio Grande do Sul, fazer uma visita a P-53. É uma plataforma, só para vocês terem idéia, maior do que um estádio de futebol, ela é 40 metros maior do que Estádio do Maracanã. Uma plataforma dessa custa quase 2 bilhões de dólares. E o Brasil, agora, descobriu uma



grande jazida de petróleo. A camada pré-sal está há praticamente a sete mil metros de profundidade. São dois mil metros de lâmina d'água, três mil metros de rocha e dois mil metros de sal. Eu trabalho com a convicção de que, em 2010, nós já estaremos tirando o primeiro barril de petróleo dessa nova jazida. E, certamente, o Brasil passará a ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo e exportador de petróleo.

Eu só lamento, meu querido Eduardo Campos, não ser o presidente do Brasil quando tudo isso estiver pronto, para participar da OPEP, só lamento. Mas, de qualquer forma, o fato do Brasil ser auto-suficiente em petróleo e virar exportador de petróleo não significa que o Brasil vai diminuir o seu ímpeto e a sua vontade na questão dos combustíveis renováveis. Por uma razão muito simples: para produzir uma plataforma, além de mão-de-obra altamente qualificada e além de gastar 2 bilhões de dólares, 1 bilhão e meio de dólares, eu preciso atender, quem sabe, sete ou oito mil trabalhadores, trabalhando.

Por que me entusiasmam os biocombustíveis? Porque o trabalhador mais comum do mundo, até um analfabeto, pode cavar uma covinha de 30 centímetros e plantar uma semente que, alguns meses depois, lhe dará uma semente que vai produzir um combustível. Ou plantar um pé de cana que, poucos meses depois, vai lhe dar etanol e depois, ainda, vai produzir energia elétrica.

Bem, como eu disse no começo, no mundo desenvolvido está tudo mais ou menos arrumado, tudo mais ou menos estabilizado. Agora, o desafio é se nós, se o Brasil não é um País rico, embora tenha potencial para ser rico, se nós que já conquistamos a nossa cidadania estamos dispostos, no século XXI, a fazer com que os países pobres, do século XX, e mais o continente africano, tenham a oportunidade de produzir para nós o combustível que hoje produz a Arábia Saudita, o Iraque, Kuwait, o Catar, a Líbia, a Venezuela, o Brasil, a Rússia. Nós estamos oferecendo outra oportunidade. Na verdade, o que nós estamos propondo é democratizar o combustível no mundo e não permitir que



fique apenas na mão de 10 ou 12 países o controle. E é muito engraçado, porque ninguém reclama. O preço do petróleo sai de 12 dólares o barril, 20 dólares o barril para 102 dólares o barril e nós fingimos que não está acontecendo nada no mundo, porque todos nós somos dependentes, porque todos nós temos apenas uma matriz energética na área de combustíveis.

Nós sabemos que carro a hidrogênio ainda está longe para ser produzido. Nós sabemos que carro tocado a bateria vai deixar muita gente na estrada. Nós sabemos que o combustível, seja do petróleo ou outra coisa qualquer, é a solução. E o Brasil tem essa solução, tem tecnologia e tem provas. Cem por cento dos carros brasileiros vendidos no mercado interno, são flex-fuel. Aliás, eu acho que os nossos empresários deveriam receber o Ministro do Desenvolvimento no aeroporto com carro flex-fuel, para ele andar, Miguel Jorge, para que ele possa andar com o carro flex-fuel todo o tempo em que ele estiver no Brasil. Para ele ver a qualidade... E depois, você vai ver que não tem o mau cheiro do petróleo, não tem aquela fumaça preta do petróleo. Então, eu acho importante.

Por isso eu queria fazer um desafio a todos os empresários aqui presentes. Eu propus ao primeiro-ministro que nós criássemos um grupo de trabalho para que a gente aprofundasse essa discussão, para que nós pudéssemos fazer projetos conjuntos para terceiros países. E gostaria que o Miguel Jorge aproveitasse a ida do Ministro, para que nós pudéssemos começar uma longa e profícua parceria na produção de combustível, para mudarmos a matriz energética do mundo.

Com essas palavras, eu quero agradecer a todos vocês o carinho com o qual fui recebido aqui. Certamente não tive a oportunidade de conhecer um bar aqui na Holanda. Esse é o prejuízo da visita de Estado, é que tudo é oficial. E quando tudo é oficial, a gente termina não conhecendo o país que a gente visitou. Mas, de qualquer forma, eu sou muito agradecido pelo carinho com que a Rainha nos tratou, pelo carinho com que o presidente da Câmara e do



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

Senado nos receberam, pelo carinho com que os ministros nos trataram e eu espero que continuem nos tratando, até quando pegarmos o avião para ir embora para a República Tcheca. E dizer que estaremos no Brasil recebendo vocês de braços abertos.

Um abraço e muito obrigado.

(\$211B)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido pelo primeiro-ministro Jan Peter Balkenende
Haia – Holanda, 11 de abril de 2008**

Muito agradeço as palavras de Vossa Excelência. Sei que refletem a disposição de consolidar o diálogo e a cooperação entre nós.

Com esse objetivo aceitei o convite de Sua Majestade, a rainha Beatrix, para visitar este belo país. Guardo viva lembrança da presença de Sua Majestade no Brasil, em 2003. Levarei de minha visita aos Países Baixos mais evidências do espírito dinâmico e inovador que caracterizam seu povo.

Foram essas as virtudes que os imigrantes neerlandeses trouxeram para a construção do Brasil moderno. A comunidade de Holambra é exemplo eloqüente. Referência nacional no cultivo de flores, a cidade contribui para a riqueza de nossa economia. Ao mesmo tempo, presta homenagem a uma bela tradição de seu país de origem.

Há séculos, homens de negócios neerlandeses fincam raízes no Brasil. Hoje, já são mais de 200 empreendimentos ajudando a ampliar e diversificar a economia do país. Em contrapartida, muitas empresas brasileiras encontraram em solo neerlandês uma plataforma ideal para sua internacionalização.

Não causa surpresa que, em 2007, os Países Baixos tenham sido a principal fonte de investimentos diretos no Brasil. Foram quase oito bilhões de dólares, mas que são apenas um por cento do total de investimentos holandeses no mundo. Há, pois, espaço para explorarmos novas oportunidades de negócios.

No seminário empresarial que encerrarei mais tarde, vou apresentar as perspectivas que se abrem, no Brasil, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Chamo atenção desde já para as ambiciosas reformas



estruturais dos setores naval e portuário em meu país, área de especial interesse e capacitação neerlandesa.

Mas as possibilidades de investimentos e de negócios vão além de nossas fronteiras. O Brasil, em conjunto com seus vizinhos sul-americanos, está engajado em processo inédito de integração regional, em termos de infraestrutura e no âmbito comercial. Expandem-se nossos mercados e abrem-se opções para produzir e exportar para o resto do mundo.

Senhor Primeiro-Ministro,

O Brasil acredita que nenhum projeto de desenvolvimento será duradouro sem estabilidade macroeconômica, sustentabilidade ambiental e justiça social. A sociedade brasileira quer ser mais justa, assegurando vida digna e cidadania efetiva a milhões de brasileiros antes excluídos. Isto nos permitiu reduzir a pobreza, uma das Metas do Milênio, com uma década de antecipação.

Mas não podemos realizar plenamente nosso potencial como nação em um mundo ameaçado pela pobreza extrema, pela fome de centenas de milhões e por desequilíbrios ecológicos. Por isso, estamos construindo um espaço de integração solidária na América do Sul e estendendo laços de comércio, investimento e cooperação para nossos irmãos na América Latina e Caribe e na África.

Os países em desenvolvimento estão assumindo responsabilidade por seus destinos, mas sempre em associação com seus parceiros do mundo desenvolvido.

Sei que podemos contar com os Países Baixos nessa empreitada. Assim entendemos o compromisso de seu governo em dedicar 0,8% do PIB para ajuda ao desenvolvimento. Sabemos, no entanto, que sem eliminar as distorções ao livre comércio, sobretudo de bens agrícolas, países mais pobres não encontrarão o caminho da prosperidade. Contamos com o apoio dos



Países Baixos para ajudar a garantir uma conclusão justa e equilibrada para a Rodada de Doha.

Esse passo histórico é ainda mais importante no momento em que a economia internacional passa por turbulência sem precedentes nas últimas décadas. É imperativo aumentar a transparência e a estabilidade do sistema financeiro internacional, sobretudo para proteger os países mais vulneráveis. Para isso, tenho defendido a democratização da tomada de decisões no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial.

O governo neerlandês partilha a convicção de que um multilateralismo forte é indispensável num mundo de desafios e ameaças cada vez mais globalizados. Acredita no diálogo e rejeita soluções impostas unilateralmente.

Por essa razão, atribuímos especial significado ao apoio neerlandês à aspiração brasileira de ocupar assento permanente num Conselho de Segurança reformado. É um gesto de confiança em nossa capacidade de contribuir para a construção de um mundo mais pacífico e próspero.

Hoje, uma das grandes ameaças à paz e segurança internacional é a mudança climática. Por isso, a preservação de um meio ambiente saudável para esta e futuras gerações é uma responsabilidade coletiva.

O Brasil está fazendo sua parte. Nossa experiência com os biocombustíveis demonstra que podemos reduzir emissões de gases de efeito estufa em forma compatível com a segurança alimentar, os direitos dos trabalhadores e a proteção das florestas.

Senhor Primeiro-Ministro,

É com este espírito de compromisso solidário que convido todos a levantar um brinde pela saúde e felicidade de Sua Majestade, a rainha Beatrix, de Vossa Excelência e da senhora Balkenende, pela amizade de nossos países e pela prosperidade e bem-estar do povo dos Países Baixos.

(S211B)



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
almoço oferecido pelo Presidente da República Tcheca, Václav Klaus**

Praga – República Tcheca, 12 de abril de 2008

Excelentíssimo senhor Václav Klaus, presidente da República Tcheca,
Excelentíssima senhora Lívia Klausova,
Minha querida esposa Marisa Letícia,
Ministros de estados tchecos e demais autoridades tchecas,
Ministros brasileiros e demais membros da delegação que me
acompanha,

Embaixadora brasileira na República Tcheca,
Demais embaixadores,
Embaixador da República Tcheca no Brasil,
Meus amigos e minhas amigas,

Tenho a honra de ser o primeiro chefe de estado brasileiro a visitar oficialmente a República Tcheca. Aprendemos no Brasil a admirar uma nação que sempre lutou por sua independência e pelas liberdades democráticas.

Aprendemos também a apreciar o papel de Vossa Excelência - como Ministro das Finanças – nos anos decisivos da “Revolução de Veludo”.

Naquele memorável ano de 1989, a democracia brasileira também deu um passo decisivo. Voltamos a eleger diretamente o Presidente da República, após um longo recesso democrático de 30 anos.

Como primeiro chefe de governo do recém-constituído Estado Tcheco, em 1993, Vossa Excelência esteve à frente de mais essa etapa da trajetória de seu povo em busca da autodeterminação e da prosperidade econômica.

Senhoras e senhores,



O Brasil é o principal parceiro comercial da República Tcheca na América do Sul, mas nosso intercâmbio está longe de refletir o potencial de nossas economias. Com a assinatura, hoje, do Acordo sobre Cooperação Econômico-Comercial, acordo industrial, desculpe, demos passo importante para revitalizar nossas trocas e investimentos.

A influência da República Tcheca no Brasil não se limita aos produtos que traduzem a excelência de sua indústria. Ela também está presente na literatura, na música, nas artes plásticas, no teatro e no cinema.

Nós, brasileiros, muito nos orgulhamos da contribuição que visitantes e imigrantes tchecos deram ao Brasil. O criador de Brasília era bisneto de um artesão da Boêmia. O Presidente Juscelino Kubitschek, com sua visão de futuro, colocou o Brasil no caminho do progresso industrial e da democracia.

Queremos renovar essa rica convivência. Além de inaugurar um leitorado na Universidade Carolina de Praga - a mais antiga da Europa Central - estamos estimulando iniciativas no campo das artes.

Senhor Presidente,

O Brasil mudou muito desde que Vossa Excelência nos visitou em 1994. Hoje, estamos realizando o sonho de Kubitschek. Brasília é a capital de um país que encontrou definitivamente o caminho do desenvolvimento.

Senhor Presidente, eu queria, neste momento, pedir a todos que levantem as suas taças para um brinde ao povo tcheco, ao presidente Klaus, à sua esposa e à boa relação entre a República Tcheca e o Brasil.

(S211B)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante assinatura de atos e declaração à imprensa

Praga – República Tcheca, 12 de abril de 2008

Eu vou tentar falar mais curto para facilitar a vida da nossa intérprete. Primeiro, quero cumprimentar o presidente Klaus e dizer da alegria imensa de estar visitando a República Tcheca e essa extraordinária capital, chamada Praga. Segundo, de ser o primeiro presidente brasileiro a fazer uma visita de chefe de Estado à República Tcheca e dizer ao presidente Klaus, que esse acordo que nós assinamos hoje, é um início extraordinário do que vai acontecer daqui para a frente. A economia brasileira voltou a crescer, a indústria brasileira voltou a crescer, o Estado brasileiro voltou a investir, e eu mostrava ao presidente Klaus a quantidade de oportunidades que temos para fazer negócio entre a República Tcheca e o Brasil.

Acho que missões empresariais da República Tcheca deverão visitar o Brasil com mais frequência, missões empresariais brasileiras deverão visitar a República Tcheca e isso vai possibilitar que o comércio, entre os dois países, possa crescer muito mais do que agora. Eu convidei o Presidente para visitar o Brasil, agora, como Presidente da República Tcheca. O Brasil que ele conheceu em 1994, como primeiro-ministro, está muito diferente e eu quero que ele veja, com seus próprios olhos, porque tem muitas parcerias a serem construídas entre o Brasil e a República Tcheca.

Espero que a seleção da República Tcheca se classifique para a Copa do Mundo de 2014. A Copa do Mundo será no Brasil e eu espero que a República Tcheca tenha a mesma sorte que teve na Copa do Mundo de 1962, no Chile. É bom que jogue a final com o Brasil, mas é bom que o Brasil fique em primeiro e a República Tcheca em segundo. Eu agradei ao presidente Klaus pela gentileza de marcar esse encontro nosso, no sábado. Sábado não



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

deve ser dia de trabalho nem para os presidentes e nem para os jornalistas, portanto estamos dando trabalho demais para vocês. Portanto, Presidente, é com muita alegria que eu participo da assinatura desse acordo e espero que possamos nos encontrar outras vezes, mas, sobretudo os nossos ministros precisam conversar mais, os nossos empresários precisam se encontrar mais e a relação entre a República Tcheca e o Brasil vai melhorar substancialmente.

Muito obrigado.

(\$211B)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia de abertura da XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**

Brasília - DF, 15 de abril de 2008

Senhor Garibaldi Alves, presidente do Senado Federal,
Senhor Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados,
Cumprimentando o Garibaldi e o Arlindo, eu quero cumprimentar todos
os senadores e deputados aqui presentes,

Companheiros e companheiras,

Ministros e ministras de Estado,

Companheiros governadores aqui presentes,

Meu caro Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos
Municípios,

Senhor João Paulo Lima, presidente da Frente Nacional de Prefeitos,

Senhor Antônio Francisco de Lima Neto, presidente do Banco do Brasil,

Senhora Maria Fernanda, presidente da Caixa Econômica Federal,

Companheiros e companheiras prefeitos aqui presentes,

Vereadores,

Secretários,

Jornalistas e convidados que estão presentes a este ato.

Duas coisas eu quero falar para vocês antes de começar a ler o meu pronunciamento. A primeira é que é uma alegria imensa, quando muitos prefeitos e prefeitas que estão aqui estarão terminando o seu primeiro ou o seu segundo mandato. Alguns, certamente, não poderão estar aqui no ano que vem como prefeitos porque não poderão concorrer mais, porque já completaram oito anos. Outros que estão aqui, certamente muitos serão candidatos à reeleição, uns estarão aqui, outros possivelmente não. Gente nova que está à espreita, esperando o cargo de vocês para disputar,



certamente pensa em já estar aqui na próxima. Eu quero dizer para vocês que foi uma alegria extraordinária para mim, nesses quatro anos, conviver com vocês.

Eu penso que, mais do que um ato com 4 ou 5 mil prefeitos, o que nós estamos vivendo aqui, meus companheiros das entidades representativas dos prefeitos, é a consolidação de uma nova lógica na relação do Estado com a sociedade e uma nova lógica na relação entre os entes federados. Eu penso que depois que terminar o nosso mandato, Paulo, qualquer que seja o presidente que vier a governar este País, vai se dar conta de que o prefeito nada mais é do que uma extensão, na base deste País, do papel que exerce o presidente da República e não um adversário, um inimigo. Normalmente as pessoas não participavam, antes, com medo de serem vaiadas, com medo de serem cobradas, e todos nós que entramos na política sabemos que tem hora para vaias, hora para aplausos. O que é importante é que todos nós estejamos com a consciência tranqüila do dever cumprido. Se vamos ser compreendidos ou não, é outra história.

Certamente, alguns de vocês eu não verei mais este ano e quem sabe, na próxima Marcha mas, de qualquer forma, quero que vocês saibam que eu aprendi a tratá-los como companheiros e é assim que eu gostaria de ser reconhecido por vocês: alguém que passou pela Presidência da República e que nunca fez uma discriminação a qualquer prefeito, independentemente do partido a que ele pertença, e não farei até o final do meu mandato.

A segunda coisa é um assunto que o presidente do Senado falou aqui, da questão das medidas provisórias. Eu quero apenas lembrar o seguinte: eu fui constituinte e na Constituinte nós discutimos a questão das medidas provisórias. Naquele tempo, todos nós tínhamos um preconceito imenso contra os decretos-leis, possivelmente por conta da quantidade de decretos-leis emitidos pelo governo militar. Vários constituintes, figuras eminentes como o ex-presidente da Suprema Corte, Nelson Jobim, hoje ministro da Defesa,



companheiros como Plínio de Arruda Sampaio, companheiros como o saudoso Mário Covas, vários constituintes mandaram comissões à Itália para extrair da Constituição italiana a medida provisória, que era um instrumento mais democrático para ser utilizado pelo Poder Executivo, até porque seria muito difícil, em qualquer país do mundo, o Poder Executivo não ter um instrumento que pudesse fazer com que as coisas andassem mais ágeis.

Pois bem. Foi aprovada a medida provisória, ela entrou em vigor e foi sendo utilizada e muito questionada. Eu quero dizer para vocês que eu fui um dos que, enquanto não era Presidente da República, questionava muito a utilização de muitas medidas provisórias porque, muitas vezes, não permitiam que os próprios projetos de deputados ou senadores andassem normalmente dentro do Congresso Nacional.

Quero dizer aqui, de público, que da minha parte não há nenhum óbice para que a Câmara e o Senado possam regular o funcionamento das medidas provisórias, da melhor maneira possível. Obviamente que nós trabalhamos sempre com a idéia de que os ministros preferem medidas provisórias, porque as coisas começam a funcionar logo. Obviamente que nós sabemos que os prefeitos preferem que nós mandemos as coisas como medida provisória porque vai rápido. Nós sabemos que os governadores querem que a gente faça como medida provisória. Mas eu acho que entre a vontade de todo mundo, nós precisamos encontrar um ponto de equilíbrio que permita que o Congresso Nacional se sinta confortável e, ao mesmo tempo, o governo possa governar este País. Esse equilíbrio é necessário e eu acho que as conversas que nós temos tido, que ministros meus têm tido... Eu até disse ontem ao José Múcio que iria, Arlindo, convidar você e o presidente Garibaldi para a gente ter uma conversa, quem sabe hoje, para ver se a gente consegue encontrar um denominador comum.

Para mim, se for medida provisória ou projeto de lei, desde que atenda aos interesses nacionais... Eu dizia ontem ao Arlindo: companheiro Arlindo, é



preciso que se tenha em conta o seguinte: mudar a medida provisória sem mudar o regimento das duas Casas, eu não sei se a gente vai ter agilidade, não sei. Eu falei para o Arlindo agora há pouco que eu iria requisitar os discursos que o governador Aécio Neves fez quando era presidente da Câmara, porque foi em 2001 que nós mudamos. As medidas provisórias não trancavam a pauta. Então, o trancamento de pauta deve ter sido uma invenção de quem governava o País até 2003, deve ter sido. Talvez, na época, achando que fosse melhorar. Como eu acredito que essas coisas são assim mesmo, a gente pensa uma coisa teoricamente, coloca em prática e não funciona... Mas eu queria saber qual o argumento que se utilizou para o trancamento de pauta. Me parece que foi em 2001 – eu acho que o Marcelo Déda era deputado –, devem ter achado que o trancamento de pauta seria a salvação da nação. É assim, mas quando as coisas começam a ser praticadas, nem sempre funcionam corretamente.

De qualquer forma, eu quero dizer aos prefeitos, aos presidentes da Câmara e do Senado que da parte do governo federal terão toda a contribuição necessária, se é que a gente pode contribuir, para que as coisas fluam com a maior facilidade e sensatez possível.

Bem, o problema é que eu sempre trago um discurso por escrito e os prefeitos que vêm falar antes de mim falam as coisas que estão escritas aqui. Ou nós copiamos os discursos deles ou eles copiam o meu. Deve ter vazamento de informações neste encontro aqui. De qualquer forma, eu sinto necessidade de dizer algumas palavras para os companheiros. Como eu disse na primeira vez aqui, em 2003, que era bom conversar com os prefeitos, porque os prefeitos sentem na pele, muito mais de perto, aquilo que a gente sente na pele muito mais de longe. Para um cara me xingar é muito difícil, mas para xingar um prefeito é a toda hora. A toda hora, espera na casa do prefeito. Eu me lembro das viagens que eu fazia para o interior, quando eu ia para cidade pequena do interior, às vezes eu dormia na casa do prefeito, acordava



às 6h da manhã e tinha uma fila de 150 pessoas. Graças a Deus, isso está diminuindo, porque os programas sociais têm contribuído para isso diminuir. Mas, certamente, sempre que as pessoas puderem vão à porta do prefeito. É um dinheirinho para uma passagem, para visitar um parente, é um dinheirinho para comprar um remédio não sei onde. Então, quando eu converso com vocês, eu converso com gente que sente o que eu sinto no dia-a-dia deste País, o que sentem os governadores de estados.

Também queria ressaltar, companheiros presidentes das entidades, que há um fato importante na co-relação entre as três entidades que representam os prefeitos. É que vocês aprenderam a conviver de forma civilizada. Ninguém querendo competir com ninguém, ninguém querendo ser melhor do que ninguém, mas todo mundo pensando que se a gente juntar os nossos cacós, a gente vai conseguir resolver parte dos nossos problemas com muito mais facilidade do que se a gente estiver brigando. Porque aí, chegariam aqui os partidários do João Paulo, os partidários do Paulo, os partidários do Zé não sei das quantas, e aí não daria certo. Vocês estão aqui como prefeitos, vão voltar para as suas cidades como prefeitos, com a responsabilidade de dizer se as coisas estão acontecendo ou não estão acontecendo. Falta um ingrediente nesta reunião, companheiro Paulo, companheiro João Paulo, falta um ingrediente. Qual é o ingrediente? É a gente começar a trazer, Marcelo Déda, os governadores para serem cúmplices, conosco, nas políticas que a gente delibera. Aqui, além dessa quantidade de ministros, era para estar o mesmo tanto de governadores, dos 27 governadores, porque no fundo, no fundo, a relação de vocês é mais próxima com eles do que conosco, e se a gente trabalha com uma tríplice aliança administrativa, a gente pode melhorar a vida de todo mundo.

Uma outra coisa, antes de falar o meu discurso aqui, não pensem que eu estou esquecendo dele não, está aqui, e também não admito que ninguém esteja com fome porque todo mundo precisa emagrecer um quilo hoje. Quero



dizer para vocês sobre a questão da dengue. Se alguém disse que eu dei um pito nos prefeitos, esse alguém mentiu. Foi um programa gravado ao vivo, em que eu dizia que era preciso termos os prefeitos como bons cúmplices da nossa política de combate à dengue. Por quê? Porque a dengue se dá no município e pode se tornar uma coisa mais grave do que foi este ano. É importante lembrar que no Brasil... Eu até, Paulo, tinha sugerido ao Padilha que o ministro Temporão fizesse uma apresentação na plenária sobre os dados. Ele vai fazer a apresentação temática, mas na apresentação temática vai ter menos gente.

Na semana passada eu fiz uma reunião com os nove governadores do Nordeste, por conta da enchente, e discuti com os governadores a necessidade de cada governador reunir todos os prefeitos do seu estado, reunir os prefeitos das áreas afetadas pela enchente, chamar os radialistas da região e começar uma campanha antes que o mosquito apareça. Porque nós temos dois momentos de combate à dengue: um é quando o mosquito morde, que nós detectamos a doença. Aí você precisa do médico e do hospital. Mas tem um trabalho que é muito mais importante, que é o de matar o mosquito antes dele matar a gente. E aí eu quero dizer para vocês que não tem meio-termo. Ou nós convencemos cada homem e cada mulher deste País a cuidar do seu quintal e da sua casa, ou todo mundo cuida da sua rua, ou todo mundo cuida do seu bairro, da sua cidade, do seu estado, ou nós estaremos com o vizinho da casa 23 cuidando da casa dele, o da casa 21 não está cuidando da casa dele, e o mosquito da 21 vai morder o cidadão da 23. É um mutirão de conscientização que nós precisamos fazer neste País.

E quero dizer aqui aos prefeitos das áreas que estão alagadas hoje, que é importante começar a cuidar, já. Nós precisamos começar a cuidar, já, do verão do ano que vem. No Brasil nós temos um problema, porque agora começa a fazer frio no Sul e no Sudeste e vai desaparecer um pouco a questão da dengue, e no Nordeste termina a chuva logo, logo. Então, é importante que



haja esse compromisso. Nós temos que responsabilizar cada homem e cada mulher deste País, porque quem sabe como é que está o quintal são eles. Se eles cuidarem, não precisa entrar nenhum bombeiro, nenhum agente de saúde. Nós precisamos fazer mutirão para cuidar da rua, porque todas as crianças nossas brincam na mesma rua. Nós precisamos cuidar do bairro, porque todo mundo brinca no bairro. Então, eu não quero aqui transformar essa coisa de que a responsabilidade é do governo federal, do governo estadual ou do governo municipal. A responsabilidade, na verdade, é de 190 milhões de brasileiros, é de todos os prefeitos, de todos os governadores, do presidente da República e de quem mais estiver nos ouvindo e quiser participar desse mutirão para a gente matar o mosquito antes que ele nos mate.

Eu queria lembrar vocês o seguinte: em alguns países da América do Sul tem o mosquito da dengue número quatro. Nós já estamos no três, no Brasil. Já veio o um, já veio o dois e já veio o três. E cada vez que vem um, ele vai criando novos obstáculos. O quatro é mais difícil. Ainda não entrou no Brasil. Mas pode entrar, porque a América do Sul é toda interligada. Na região Norte do País não tinha dengue, até outro dia. Começou a ter. Então, é importante isso. Não estou transferindo responsabilidade. Eu estou chamando todos os prefeitos deste País a uma ação solidária entre todos os entes federados para que a gente possa, no ano que vem, ter menos problemas do que tivemos este ano. É apenas este comunicado que eu acho importante. E acho importante os prefeitos participarem do debate com o Ministro da Saúde, que está com dados novos, informações novas. Nós vamos entregar para cada estado uma relação da situação do estado, uma relação de cada cidade, quais os prefeitos que cumpriram, quais os que não cumpriram, porque tem cidade em que o prefeito saiu à rua para limpar a cidade, tem outros que não saíram. Tem cidade que tem coleta de lixo, tem gente que não tem coleta de lixo.

Eu me lembro de que o prefeito de Caxias, no Rio de Janeiro, fez uma coleta de lixo, foi na praça central da cidade e colocou lá, para todo mundo ver,



o que a gente joga na rua. E depois fica culpando o prefeito, depois fica culpando não sei quem, quando na verdade, todos nós como cidadãos ou cidadãs temos um pouquinho de culpa. Se cada um fizer a sua parte... vocês vão receber um kit de material, cada professor deste País, cada escola vai receber um kit de como educar as crianças para enfrentar isso. Eu acho que tudo isso, junto, pode permitir que o Brasil crie um verdadeiro exército de homens e mulheres para enfrentar esse inimigo tão minúsculo, mas que causa tanto prejuízo como o mosquito da dengue. Bem, companheiros, dado esse aviso, Temporão, fiz *merchandising* da sua política de combate à dengue, depois você faça bonito aqui.

Uma outra coisa importante, companheiros, dos decretos que eu assinei ali. Eu penso que vocês devem ter noção, como prefeitos, quando vocês tomam uma decisão e pensam que aquela decisão foi executada, e oito meses depois vocês estão em um lugar qualquer, levanta uma mulher e fala: “prefeito, o senhor prometeu tal coisa e não aconteceu”. Vocês olham logo para o lado do cara que você mandou fazer, e o cara abaixa a cabeça, assim. Eu quero dizer para vocês que eu fiquei muito zangado, mas muito mesmo, com a questão do ITR. Porque nós assinamos aqui em 2005 a questão do ITR, foi anunciada aqui, foi discutida, e todos nós sabíamos que era uma oportunidade que a gente estava dando ao próprio País de fazer com que os prefeitos, muito mais interessados cobrassem esse imposto, mas depois deixamos para a regulamentação da nossa querida guardiã da pátria fiscal, a Receita Federal. Colocou tanto obstáculo, que o único prefeito que conseguiu, conseguiu na Justiça fazer um convênio. Por isso é que eu assinei o decreto.

Nós agora vamos ter um comitê com as três entidades, para que determinem as regras pelas quais as pessoas vão contratar. Chegaram até a exigir que tivesse um cara com curso superior para poder cuidar disso. Não que eu não respeite todo mundo com curso superior, viu, Arlindo. Mas se o presidente da República, que governa este País, não tem um curso superior,



porque alguém que vai cobrar fazendeiro tem que ter um curso superior? Por que não vai cobrar corretamente? Não é maldade não, isso faz parte das cartilhas em que todo mundo trabalha. Todo mundo tem uma cartilha na governança federal, um manualzinho: pode fazer, não pode fazer; pode fazer, não pode fazer. Se tiver uma coisa nova no meio ele se perde, porque não está no manual aquela novidade. Isso vale para os estados e certamente vale para os municípios.

Bem, companheiros, ditas as coisas importantes, agora eu vou ler o meu pronunciamento aqui para vocês. Peço paciência, porque o Paulo Ziulkoski disse que o almoço hoje é por conta dele, que prefeito não precisa desembolsar um centavo porque vai ter almoço para todo mundo. Eu preciso dar alguns números para vocês... Muitos desses companheiros que estão sentados aqui atrás construíram a sua história política nas prefeituras do Brasil afora, onde atuaram como técnicos, secretários, e muitos foram prefeitos deste País. Portanto, estamos familiarizados com as dificuldades e as pressões enfrentadas pelas prefeituras, mas também conhecemos muito de perto como um município bem-organizado e bem-administrado consegue resolver os problemas e melhorar a qualidade de vida da população.

Desenvolver ainda mais esse potencial é um dos motivos que nos levaram, desde 2003, a mudar completamente a intensidade e a qualidade das relações entre o governo federal e as prefeituras, a revolucionar a antiga equação federativa que, praticamente, não deixava espaço para prefeitos. A articulação e a sintonia fina entre as prefeituras e o governo federal foram, certamente, as grandes responsáveis pelos muitos avanços que obtivemos juntos nos últimos anos. Conseguimos construir uma relação que aos poucos vai deixando para trás aquela antiga cultura que se limitava aos ganhos políticos individuais.

Não é o prefeito, o governador ou o presidente que ganha quando um programa chega às cidades, quando uma obra é realizada, é o Brasil que



ganha, são os brasileiros e as brasileiras que ganham. E isso tudo só tem sido possível porque em 2003 tomamos a decisão política de criar o Comitê de Articulação Federativa, que é uma mesa de negociação permanente com os municípios e onde os prefeitos e seus representantes têm acesso direto a 19 Ministérios do meu governo.

A Marcha dos Prefeitos, da qual tenho o orgulho de ser o primeiro presidente da República a participar desde o primeiro ano de mandato, tem um papel central nessa nova relação. Aqui, assumimos compromissos e aqui prestamos conta aos prefeitos e prefeitas de todo o Brasil. É importante dizer para vocês, porque o que nós fazemos com vocês, nós fazemos com os trabalhadores rurais deste País. Esta é a semana deles entregarem a pauta para nós. Então, nós recebemos a pauta dos trabalhadores, passamos a pauta para todos os ministros que têm alguma coisa a ver, um tempo depois marcamos uma reunião, dizemos aquilo que atendemos e aquilo que não atendemos. Eles agradecem rapidamente as conquistas, cobram novas coisas para o ano que vem, e assim a democracia vai se consolidando definitivamente. Nós estamos aprendendo que vocês não vêm aqui para cobrar coisas descabidas, e vocês estão aprendendo que o governo não é uma coisa distante de vocês. Nós, na verdade, somos uma mão; os prefeitos fazem parte dessa mão, são os dedos, e os governadores são outros dedos. No meu caso, menos, porque só tenho quatro, então vai faltar um ente federado aqui nesta história. Mas é essa visão, que eu acho importante, que nós estamos criando aqui.

Tem muita gente que fala que o governo está tomando algumas atitudes e não leva em conta a pluralidade política deste País. Eu quero lembrar a vocês o seguinte: o Paulo disse, aqui, *en passant*, gostaram do *en passant*? Isso é para magoar aqueles que têm preconceito contra mim. Há uma evolução estupenda, gente, vocês têm que compreender. Quem falava “menas laranja” e agora fala *en passant*, há uma evolução lingüística extraordinária.



Todo mundo aqui reconhece que houve um aumento de repasse do Fundo de Participação dos Municípios. A desvinculação entre o aumento de um ponto percentual das transferências para o Fundo de Participação dos Municípios e a tramitação da antiga reforma tributária foram anunciados na última Marcha. Em dezembro de 2007, os municípios brasileiros receberam 465 milhões de reais do Fundo, referente aos três últimos meses do ano passado. De acordo com as estimativas, os municípios receberão, em dezembro deste ano 1 bilhão e 700 milhões de reais. Os repasses do FPM já vinham aumentando deste 2003, graças ao crescimento da economia e ao combate à sonegação. Em 2007, o total repassado foi de 34 bilhões e 600 milhões de reais, enquanto em 2003 o repasse foi de 24 bilhões e 200 milhões de reais, ou seja, 10 bilhões de reais a mais que caíram na conta das prefeituras brasileiras.

Quando decidimos, em 2003, repassar direto ao município o salário educação, geramos uma mudança que significou, desde 2004, 7 bilhões e 500 milhões de reais a mais para os municípios. Uma outra decisão de 2003 foi passar para os municípios o auxílio financeiro do fomento às exportações. De 2004 a 2007, os repasses totalizaram 1 bilhão e 600 milhões de reais. Realizamos em 2003 a primeira partilha, com estados e municípios, de uma contribuição arrecadada pela União, a Cide. Pois bem, isso garantiu mais 1 bilhão e 600 milhões para os municípios, de 2004 a 2007. Além de repassar mais recursos, passamos a estimular a capacidade tributária própria dos municípios. A nova lei do ISS possibilitou um acréscimo de 42,38% do volume arrecadado pelos municípios entre 2003 e 2006, saltando, em valores corrigidos pelo IPCA, de 10 bilhões e 765 milhões de reais em 2006, para 15 bilhões e 327 milhões de reais em 2007.

Aumentamos os investimentos para saneamento e habitação de interesse social nos municípios. O PAC reservou 4 bilhões de reais para cada uma dessas áreas até 2010. Ações voltadas para pequenos municípios: PAC-



Funasa, Territórios da Cidadania e Luz para Todos. Eu quero que os prefeitos prestem atenção nessa coisa chamada “Territórios da Cidadania”. No total, vão ser 120 territórios no Brasil inteiro, mas nós vamos começar com 60 territórios, atendendo quase 900 municípios, e a escolha é sempre tentar pegar os municípios que tenham mais problemas. Para que os municípios tenham capacidade de elaboração e execução de projetos, criamos um instrumento que permite às prefeituras organizarem ações conjuntas através de consórcios públicos. Isso fortalece a lógica da cooperação, em vez da disputa e da competição entre os municípios.

Quero lembrar aqui alguns números que comprovam, sem margem de dúvidas, como estamos destinando os recursos federais aos municípios, sem qualquer distinção partidária. São 5.048 municípios com obras em andamento, contratadas pela Caixa Econômica Federal, envolvendo programas de vários Ministérios: São 4.842 municípios com obras do programa Luz para Todos; são 1.987 municípios, muitos com contratos já assinados, que receberão recursos do PAC/Habitação; são 724 municípios com recursos do PAC/Saneamento; são 2.023 municípios beneficiados com recursos do PAC/Funasa. E mais, em novembro de 2003, somente 4% dos municípios, ou seja, 226 municípios, atendiam 75% das pessoas que tinham direito ao Bolsa Família. Em dezembro deste ano, em vez de ser apenas 4% dos municípios, 90,1% dos municípios, ou seja, 5.018 municípios já tinham alcançado o patamar acima de 75% das pessoas pobres do seu município.

Essas coisas todas só foram possíveis porque o Congresso Nacional aprovou coisas do PAC quase em regime de urgência, só foi possível porque coisas da educação foram aprovadas em regime de urgência. Estou dizendo aqui o reconhecimento de que quase todas as coisas da educação que nós mandamos, do PAC e outras coisas importantes, a Câmara votou, e votou junto com o Senado com muita rapidez. Portanto, eu quero agradecer ao Congresso Nacional pela ligeireza com que atendeu a demanda que, no fundo, no fundo,



era uma demanda quase das prefeituras.

A articulação e a sintonia fina entre as prefeituras e o governo federal foram, certamente, as grandes responsáveis por muitos avanços que obtivemos – eu estou lendo aqui o começo do discurso, outra vez –, muito papel é assim mesmo. Bem, companheiros, eu já falei do ITR, não vou tocar mais nesse negócio do ITR porque eu quero definir, de uma vez por todas, que nós não vamos voltar a tocar nesse assunto aqui, porque o comitê formado pelas três entidades e pelo Ministério da Fazenda, vai resolver o problema e não permitir que a Receita possa... A Receita não faz por maldade, ela também cumpre ritos, cumpre normas. Então, é importante que a gente apenas venha a agilizar isso.

Provias, isso aqui é importante. Em 2006 anunciei o Programa de Intervenções Viárias, o Provias, com o objetivo de financiar a aquisição de máquinas e equipamentos para a abertura de ruas e estradas vicinais. Pois bem, o Programa foi criado com recursos de 300 milhões de reais e, no final de 2007, esses recursos foram completamente utilizados. Conforme anunciamos, estamos colocando mais recursos no Programa operado pelo BNDES. Serão mais 500 milhões de reais e aqueles municípios que já estavam habilitados e não puderam contratar, terão prioridade. Aqui, um aviso do governo aos navegantes, Geddel, BNDES e ministros: é importante que a gente leve em conta que teve enchente em muitos estados e a gente precisa priorizar, na aquisição das máquinas, os municípios que foram vítimas de enchentes e precisam das máquinas. Senão, a gente vai cumprir e atender aquele que entrou na fila no ano passado, mas que hoje está em uma situação melhor do que um que teve enchente. Então, apenas para que a gente, Márcio, tente mudar essa questão para facilitar a vida das pessoas.

Banda Larga. Aqui, eu confesso para vocês que eu fiquei meio deprimido. Nós fizemos um anúncio na semana passada, que foi possivelmente uma das coisas mais importantes que nós anunciamos neste País. Nós



estaremos levando banda larga para atender 37 milhões de estudantes do ensino fundamental, em 55 mil escolas públicas urbanas deste País. Foi um acordo feito com muito esforço e vamos atender 20 milhões este ano, 20 milhões no ano que vem e o restante em 2010. E pasmem, isso não mereceu uma nota da imprensa que cobriu o evento, o que chamou a atenção foi eu ter pedido para a Dilma Rousseff sorrir. Isso demonstra que nem sempre as coisas importantes são percebidas com mais força do que uma coisa irrelevante, isso fica demonstrado. Mas esse é um dos sonhos que nós construímos, porque nós partimos do pressuposto que o filho do pobre, neste País, tem que ter acesso àquilo que até então, só alguns privilegiados das grandes capitais brasileiras tinham acesso: poder viajar mais rapidamente pela internet. Nós agora queremos que o filho da empregada doméstica viaje na internet, viaje na sua escola, para ser tratado como cidadão de primeira qualidade.

A última coisa que eu queria falar com vocês, companheiros, é sobre o transporte escolar. Em 2003, definimos que cada ente federativo – estado e município – ficaria responsável pelo transporte dos alunos matriculados na sua rede escolar e receberia recursos proporcionais do governo federal. Mas por várias razões, companheiro Marcelo Déda – eu não sei, eu não estou dizendo isso meu filho – eu também não estou querendo fazer crítica a ninguém, eu estou apenas querendo constatar que, por várias razões, alguns estados não têm podido cumprir a lei e o município acaba arcando com custos que não são seus. Para reparar isso, nós estamos encaminhando para o Arlindo Chinaglia e para o presidente Garibaldi um projeto de lei, de preferência em regime de urgência, Arlindo, urgência constitucional, que contará com os seguintes pontos: exigir um convênio de cooperação entre estados e municípios, a fim de definir os critérios dessa prestação de serviços; exigir que esse convênio de cooperação tenha que ser com todos os municípios do estado, sem distinção, para a gente evitar que, por alguma razão, alguém queira fazer convênio somente com os seus amigos; criar um grupo de trabalho permanente no



Ministério da Educação, com a participação das três entidades representativas dos prefeitos, dos municípios e também dos governadores dos estados.

O objetivo desse grupo é publicar, anualmente, um valor de referência para o custo/aluno, levando em consideração características regionais como a extensão territorial, o tipo de transporte e as condições das estradas, entre outros problemas que esse grupo investigar. Definir que se o estado não fizer o convênio de cooperação com a prefeitura, o recurso do transporte escolar rural que hoje nós passamos ao estado será repassado diretamente para o município.

Isso aqui é uma outra coisa importante para os prefeitos: simplificação dos convênios. A portaria interministerial que a Controladoria-Geral da União e os Ministérios do Planejamento e da Fazenda assinarão substituirá, definitivamente, a Instrução Normativa nº 1 da Secretaria do Tesouro Nacional. Essa instrução regula como deveriam ser feitos os convênios e contratos de repasse entre o governo federal e os municípios. Com a nova portaria, acabaremos com uma série de restrições que dificultam o repasse de recursos para o município. Cada vez que o município assinar um convênio com o governo federal, por exemplo, o prefeito é obrigado a sair da sua cidade para retirar as tais certidões negativas da Receita ou da Previdência. Vamos acabar com isso. A prefeitura só precisará se habilitar uma única vez no Portal de Convênios do governo federal quando pleitear acesso aos programas federais. A partir daí, será responsabilidade do próprio governo federal atualizar a informação sobre o município. Esse Portal único será um instrumento importante para facilitar o acesso das prefeituras aos recursos federais, padronizará os procedimentos, bem como os documentos e formulários exigidos pelos Ministérios e acabará com essa situação de cada Ministro ou cada Ministério exigir um documento e um formulário diferente para o mesmo objetivo. O Portal permitirá, se o prefeito assim preferir, que tudo seja feito pela internet: habilitação, contratação, prestação de contas e até assinatura digital.



Se o prefeito quiser, não terá mais que sair da sua cidade só para assinar documentos. Mas eu sei que, de vez em quando, é importante vir a Brasília também. Afinal de contas, conversar com deputados, senadores e Ministérios às vezes vale mais do que uma querela por dinheiro. Isso também permitirá que todo o processo fique mais transparente, que toda a sociedade possa acompanhar e fiscalizar a execução dos convênios.

Isso aqui é muito importante, companheiros. Eu, às vezes, fico pensando o que vocês sofrem. Eu, que sou presidente, sofro. Vocês sabem quando a gente toma uma decisão numa reunião interministerial, aí passa um mês, passam dois meses, eu chama a Dilma e falo: “Dilma, tudo daquela reunião está concluído? “Está, não, Presidente. O Geddel está criando caso”. “Não, Presidente, o Ministro da Educação não concorda”. E eu falo: espera aí, meu Deus do céu, mas se eu já decidi, porque ele não concorda? “Ah, mas tem que ajustar”. Toca eu a chamar os ministros outra vez e tomar decisão. Às vezes por quê? Às vezes, porque o processo chegou numa repartição pública e naquela repartição o funcionário entendeu, pelas normas que regulam a sua atividade, que aquilo não pode ser feito. Então, eu fico imaginando a quantidade de papéis. Vocês vão no Ministério da Previdência, o Marinho pede um monte de papéis para vocês. Aí vocês cumprem. Vocês vão no Planejamento e o Paulo Bernardo pede outro monte de papéis. Sabe quantos são? São mil e 20 coisas que vocês têm que prestar contas. É quase como se fossem 1.120 perguntas, coisas que vocês têm que responder. Isso nós vamos reduzir para 10%. Ao invés de 1.120, quem sabe, no máximo 100 ou 102 perguntas. E que isso valha para todos os outros Ministérios. Hoje não vale porque o governo não conversa entre si para tratar desses assuntos. Por isso, nós vamos mudar para melhorar a vida dos companheiros.

Bem, eu ia falar de uma agenda aqui, que eu vou deixar para vocês falarem durante o congresso, porque senão não vai precisar mais os meus ministros participarem se eu for dizer tudo o que eles estão falando aqui. Nós



vamos cuidar, inclusive, desse dinheiro. Eu não fiz gestão, aqui... O Provias, eu quero dizer, para não ser um plagiador, que essa proposta do Provias não é minha, foi do deputado Milton Monte, de São Paulo, que fez a primeira vez, e eu, então, incluí.

Eu quero terminar, companheiros, dizendo para vocês o seguinte, eu só estou vendo se tem alguma coisa importante que eu não falei para vocês. A reforma tributária, o João Paulo falou, o Paulo falou, o Zé do Carmo não falou, mas pensou. Então, eu queria que vocês prestassem atenção: gente, pelo amor de Deus, vamos dar a este País uma política tributária decente. Certamente não é a que nós mandamos para o Congresso, mas que façamos alguma. O que não pode é essa coisa... Eu vou dizer para vocês aqui no final, tem uma coisa boa para dizer para vocês no final, que eu guardei aqui, senão não teria sentido encerrar sem falar uma coisa boa para vocês. O que nós queremos com a política tributária é melhorar este País. Certamente ninguém vai atender ao interesse de 6 mil municípios, ninguém vai atender ao interesse de 27 governadores, muito menos de 513 deputados, 81 senadores, de todos os ministros aqui presentes. Sempre haverá alguns que têm discordância de alguma coisa. Mesmo quando a gente está em família, vendo um jogo de televisão, todo mundo torcendo pelo mesmo time, a gente ainda tem disputa, se foi pênalti ou se não foi, se o juiz roubou ou não roubou. Imaginem na política tributária, que vai mexer no bolso de todo mundo e, sobretudo, nos cofres de todo mundo. Mas o que nós queremos, na verdade? O que nós queremos, companheiros, eu estou certo de que a proposta final representará um ganho importante para os municípios e eu queria dizer para vocês por que eu acredito nisso. A nossa proposta é partilhar, ou melhor, repartir todos os tributos federais com estados e municípios: o PIS, a Cofins, a CSLL, além da Cide, do Imposto de Renda, do IPI e do salário educação. Nós precisamos acabar com essa história de o governo federal criar imposto para a sua arrecadação exclusiva. E a partir de agora, se a alíquota abaixar para um ente



federativo, abaixará para todos. Seu aumentar para um, aumentará para todos. Queremos também mudar a distribuição do ICMS no interior dos estados. Não podemos mais conviver com a realidade em que alguns poucos municípios chegam a receber até 130 vezes mais recursos *per capita* do ICMS, em comparação com outro município do mesmo estado. Então, é preciso fazer justiça. Por isso, estamos propondo a retirada, da Constituição, do critério de partilha injusto que existe hoje. Uma fórmula de distribuição do ICMS será então proposta, em acordo com as entidades, por meio de lei complementar.

Meus companheiros e companheiras,

Chega, eu ia falar da transição aqui, não vou falar porque alguém vai falar para vocês. Mas eu quero dizer para vocês o seguinte: Eu vou ter com vocês mais dois encontros. Eu vou ter agora o encontro de março de 2009, que já é no ano que vem, e depois eu vou ter o último encontro com vocês, como presidente, em 2010. Eu quero falar, do fundo da minha alma, para vocês. Se algum dia, algum governante deste País não quis receber prefeitos porque achava que os prefeitos incomodavam, eu quero dizer para vocês que eu sou grato por esta relação que nós construímos com as prefeituras do Brasil, porque as políticas públicas do governo federal não chegariam ao povo deste País se não fosse pela mão das prefeituras deste País. A prova é o Bolsa Família, em que quem escolhe e quem mapeia quem tem direito são os companheiros, não é o presidente da República e nenhum ministro. Quem dá o cartão é a Caixa, e eu nem sei. Então, essa coisa que chega diretamente, se não fossem vocês, a gente não conseguiria fazer.

Portanto, eu quero terminar dizendo para vocês o seguinte: estejam certos, companheiros representantes das entidades, de que essa forma leal e companheira que nós conseguimos construir ao longo desses últimos cinco anos precisa continuar, não apenas no meu governo. É preciso continuar, por muito tempo, para que a gente possa estabelecer como política definitiva do Estado brasileiro, a firme convicção, colocada em todas as leis deste País, de



que não é possível, de Brasília, governar uma cidade do interior deste País; de que não é possível, da capital do estado, o governador cuidar da cidadezinha do interior; de que é preciso essa relação de confiança, porque a gente não está passando o dinheiro para o prefeito, a gente está passando o dinheiro para o povo daquela cidade. E a gente não quer saber de que partido ele é, para quem ele torce, que religião ele freqüenta, eu não quero saber. Eu quero saber se o povo daquela cidade precisa. Se precisar, nós temos que fazer. Eu tenho certeza de que nesses últimos dois anos nós vamos construir o que falta construir, para que o município nunca mais tenha que vir a Brasília, ou mesmo ao estado, como se fosse um pedinte de pequenas causas, para os governantes deste País.

Um grande abraço, boa sorte e que Deus abençoe todos vocês neste encontro.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 30ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e Caribe

Palácio Itamaraty, 16 de abril de 2008

Meu caro companheiro Jacques Diouf, diretor-geral da FAO,
Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,
Meu caro Noori Naeni presidente independente do conselho da FAO,
Meu caro Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

Meu caro Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário,
Meu caro companheiro Altemir Gregolin, secretário especial de Aqüicultura e Pesca,

Senhora Arlete Sampaio, ministra-interina do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu caro companheiro José Graziano, diretor-regional da FAO para América Latina e Caribe,

Senhoras e senhores participantes da 30ª Conferência Regional da FAO para América Latina e Caribe,

Companheiros ministros de países da América Latina e Caribe,

Delegados,

Companheiros embaixadores,

Amigos da imprensa,

Minhas boas-vindas aos participantes desta Conferência Regional da FAO.

A luta contra a fome e a pobreza voltou às manchetes e à atenção da comunidade internacional.

A visibilidade desse grave problema, que estou denunciando e



combatendo desde o primeiro dia de meu governo, se deve ao aumento global dos preços dos alimentos. Um aumento que, nos últimos dias, levou muitas pessoas, desesperadas com a falta de comida, a manifestarem nas ruas de várias cidades do mundo em desenvolvimento.

Esse fenômeno não tem uma única explicação. Resulta de uma combinação de fatores: a alta do preço do petróleo; quedas nas safras de vários países, causadas por fenômenos climáticos adversos; aumento dos fretes; mudanças cambiais; especulação nos mercados financeiros e aumento do consumo de alimentos em países em desenvolvimento, como China, Índia, Brasil e tantos outros países pobres.

Para enfrentar o problema de forma consistente, é necessário evitar generalizações e reducionismos.

O impacto dos fenômenos meteorológicos, por exemplo, faz parte da história da agricultura no mundo. A novidade, que é muito bem-vinda, é o fato de mais pessoas estarem comendo e comendo melhor. Isso mostra avanços no combate à fome, à pobreza e à desigualdade.

Precisamos de soluções emergenciais para mitigar a crise atual. Mas precisamos, sobretudo, de alternativas de longo prazo para reduzir a vulnerabilidade de muitos países frente ao agravamento desses problemas.

A situação é grave em partes do mundo. Em nossa região, o Haiti está sendo duramente afetado. O Brasil, na semana passada, enviou 14 toneladas de alimentos para esse país e contribuiu com recursos para que o Programa Mundial de Alimentos comprasse e distribuísse comida ao povo haitiano. Esperamos que essas iniciativas sejam seguidas por outros países. Esperamos, também, que essa situação tão dramática convença os países ricos de que a estabilidade do Haiti passa, necessariamente, por sua viabilidade econômica e social.

A crise de segurança alimentar mundial exige a ampliação urgente de recursos para combater a fome e a miséria. O Brasil começou a fazer sua



parte. No âmbito da Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza, propusemos a criação de mecanismos financeiros inovadores. Obtivemos resultados na área da saúde, mas estamos longe de ter os instrumentos suficientes para enfrentar desafios dessa magnitude.

O financiamento ao desenvolvimento ganhou destaque nas agendas da ONU, do Banco Mundial, do FMI e do G-8. Mas é lamentável que os países desenvolvidos só reajam com mais empenho em situações de emergência.

A chamada crise mundial de alimentos é, acima de tudo, uma crise de oportunidades e de distribuição. A cada dia, 854 milhões de homens, mulheres e crianças continuam a dormir com fome. Essa situação para todos nós é intolerável.

No meu governo, o direito à alimentação passou a fazer parte central da agenda de políticas públicas. Ampliamos a reforma agrária, o apoio à agricultura familiar, a concessão de créditos e a assistência técnica à comercialização dos produtos agrícolas. A aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2006, fez do acesso à alimentação uma política permanente do Estado brasileiro. Aplicamos políticas sociais que aumentam a renda das pessoas.

O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda da história do Brasil. Beneficia hoje mais de 11 milhões de famílias pobres do nosso País. Ao proporcionar renda mínima e boa alimentação a tantos brasileiros, estamos contribuindo para que eles sejam mais produtivos, tenham mais saúde e para que seus filhos tenham melhores condições para educar-se.

Estamos avançando. A América Latina e o Caribe poderá vir a ser a única região a ter cumprido, em 2015, os compromissos da Cúpula Mundial da Alimentação e a primeira Meta do Milênio, de redução do número de pessoas com fome.

Mas queremos mais: queremos erradicar a fome em nosso continente. A Iniciativa “América Latina e Caribe Sem Fome”, que Brasil e Guatemala



lançaram em 2006, traduz esse compromisso político.

Meu caro companheiro Diouf,

As estruturas criadas pela comunidade internacional até hoje não estão preparadas para receber os milhões que estão sendo socialmente incluídos. É preciso produzir mais e distribuir melhor. O Brasil, como potência agrícola, está empenhado em aumentar sua produção. Mas isso não basta.

O mundo precisa, também, de políticas globais comprometidas com a superação do problema, e não meros paliativos e remendos.

A incapacidade de muitos países de produzir seus próprios alimentos se deve a décadas e, por vezes, séculos de distorções no comércio internacional de produtos agrícolas. Pesa o protecionismo. Pesam os subsídios da agricultura dos ricos que tiram condições de competitividade do pequeno agricultor. Essas distorções criaram dependência, quando não o desmantelamento de estruturas produtivas inteiras.

O conceito de segurança alimentar passou a ser distorcido, por alguns, para justificar práticas protecionistas que não prejudicam os países que sofrem com a falta de comida e de opções econômicas.

A ajuda alimentar deve ser complementada pela cooperação produtiva e pela abertura de novos mercados e oportunidades.

A verdadeira segurança alimentar tem que ser global e baseada na cooperação. Deve ser forjada a partir de uma combinação de medidas que funcionem em situações emergenciais, como a atual, mas exige, sobretudo, soluções de longo prazo.

A superação dos entraves atuais requer, evidentemente, uma conclusão bem-sucedida, o quanto antes, da Rodada de Doha da OMC. Um acordo que deixe de tratar o comércio agrícola como uma exceção às regras. Que permita aos países mais pobres gerar renda com sua produção e exportação.

Passa, também, pelo aumento da cooperação em agricultura, como o Brasil tem feito com seus parceiros africanos e da América Central e do Caribe.



A expansão desse tipo de iniciativa pode se beneficiar enormemente com a elaboração de novas parcerias, que permitam a cooperação triangular.

O Brasil também tem insistido no enorme potencial dos biocombustíveis, como instrumento de transformação econômica e social nos países mais pobres. Eles geram renda e empregos, sobretudo no campo. Produzem energia limpa e renovável. São exemplo de sustentabilidade, de equilíbrio entre os aspectos ambiental, social e econômico. Esse é o projeto no qual deposito grande esperança, sobretudo para o futuro de muitos países africanos, asiáticos, da América Central e do Caribe.

É com crescente espanto que vejo, portanto, tentativas de criar uma relação de causa e efeito entre o desenvolvimento dos biocombustíveis e a escassez de alimentos ou o aumento de seus preços.

Meu espanto é maior quando constato que são poucos os que mencionam o impacto negativo do aumento dos preços do petróleo sobre os custos de produção e transporte dos alimentos, sobre os custos de produção de fertilizantes. Que poucos se revoltam contra o impacto nocivo e duradouro dos subsídios e do protecionismo. Que muitos criticam, em vez de celebrar, o aumento do consumo de alimentos nos países em desenvolvimento mais dinâmicos.

É sempre mais fácil escolher respostas simplistas. Esconder interesses econômicos e agendas políticas por trás de supostas preocupações sociais e ambientais. É difícil discutir esses temas com base em fatos.

Os biocombustíveis não são o vilão que ameaça a segurança alimentar das nações mais pobres. Ao contrário, desde que desenvolvidos de forma criteriosa, de acordo com a realidade de cada país, podem ser um instrumento essencial para gerar renda e tirar países da insegurança alimentar e energética. É isso que diz o nosso companheiro Sachs: o papel que as bioenergias podem desempenhar na contenção dos impactos negativos da mudança climática, na busca de oportunidades de emprego no campo e na



construção de modelos alternativos de desenvolvimento.

A produção brasileira de etanol à base de cana-de-açúcar ocupa uma parte ínfima das terras agricultáveis, não reduz a área de produção de alimentos, nem as utiliza para sua produção. Sua expansão tem sido feita com base em ganhos de produtividade e no melhor aproveitamento de terras usadas para pastagens. Não há riscos de produção na Amazônia, nem de deslocamento de produções. O mesmo se aplica ao biodiesel, que estamos crescentemente ancorando na agricultura familiar.

Em todos os casos, estamos cercando a produção de biocombustíveis de garantias ambientais, trabalhistas e relacionadas à segurança alimentar.

Outros países terão de fazer seus estudos e decidir se podem ou não podem produzir biocombustíveis, e em que extensão. Precisarão definir quais plantas são mais adequadas para suas necessidades. Terão que escolher projetos em função de critérios econômicos, sociais e ambientais.

Mais de 100 países têm vocação natural para produzir biocombustíveis de forma sustentável. Em muitos deles, menos de 20% da população têm acesso a fontes de energia para as suas necessidades básicas. São esses 100 países, caso a caso, que precisam tomar decisões a respeito da conveniência ou não de adotar os biocombustíveis. Essas decisões não devem ser impostas por outros através de pressões e medidas protecionistas.

O verdadeiro “crime contra a humanidade” será descartar ‘a priori’ os biocombustíveis e relegar os países estrangulados pela falta de alimentos e de energia à dependência e à insegurança.

Para garantir que o necessário debate sobre os biocombustíveis seja realizado de forma equilibrada, estou convidando autoridades governamentais, cientistas e representantes da sociedade civil de todos os países interessados em participar da Conferência Internacional de Biocombustíveis, no próximo mês de novembro, no estado de São Paulo, no Brasil. Queremos discutir, de maneira franca e informada, os desafios e oportunidades que temos pela



frente.

O papel da FAO, meu caro Diouf, nesse trabalho de esclarecimento é extremamente fundamental. Espero poder continuar contando com a ação equilibrada do seu Diretor-Geral e de seus colaboradores.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Companheiro Diouf e demais companheiros,

Os países da América Latina, do Caribe, países africanos e países asiáticos não podem e não devem fugir a esse debate, tanto o debate da segurança alimentar quanto o debate dos biocombustíveis. Esse é um debate que precisa ser feito de forma racional, sem o emocional, sem o viés ideológico, seja pela direita ou seja pela esquerda. É preciso fundamentos científicos para que a gente possa discutir que saída nós vamos oferecer ao mundo nos próximos anos.

Os países pobres não podem mais assumir a culpabilidade pelas coisas que os países ricos fazem. Aprovam, em Quioto, o compromisso de que todos irão contribuir para diminuir o aquecimento global, entretanto a responsabilidade está jogada nas costas dos países pobres. Dizem aos países pobres que não podem desmatar as suas florestas porque eles criaram uma coisa chamada crédito de carbono, que vai financiar os países pobres. E eu gostaria de saber quantos países pobres já receberam crédito de carbono para poder financiar o desenvolvimento sem afetar a floresta. Da mesma forma, não são os países pobres os responsáveis pelo aumento do petróleo, não são os países pobres os responsáveis pela emissão de CO₂. Entretanto, são os países pobres vítimas dessas políticas. Primeiro, a política de proteção de seus mercados, ou seja, nós estamos agora para fechar o acordo da Rodada de Roha da OMC. E uma das coisas que o G-20, também representando pelo nosso ministro Celso Amorim nas mesas de negociações, é que se não houver abertura de mercado agrícola europeu para os produtos agrícolas dos países pobres, é muito difícil ter acordo e alguém vai ter que assumir a



responsabilidade histórica. Se não houver uma diminuição dos subsídios agrícolas, que os países ricos financiam os seus produtores, dificilmente os países pobres poderão ser competitivos no mercado agrícola.

Ora, se nós não temos tecnologia, se nós não temos petróleo, e não estou falando pelo Brasil, porque no que diz respeito à agricultura, o Brasil é competitivo com qualquer país do mundo. Eu estou falando por outras dezenas e centenas de países que não têm nem tecnologia, tampouco têm política desenvolvida do ponto de vista industrial e que não têm tecnologia para a agricultura. E mais grave ainda é que os países pobres, muitas vezes, quando colhem a sua produção, o que colheram não dá para pagar o fertilizante que compraram das empresas multinacionais normalmente dos países ricos deste mundo.

Ou nós fazemos esta discussão, com a seriedade que ela precisa ter, ou nós a cada vez que tiver um movimento como teve no Haiti, vamos fazer política emergenciais de mandar um pouquinho de comida para saciar momentaneamente a fome dessas pessoas e vamos esperar que haja um outro movimento. A coisa é tão engraçada que um país produtor agrícola, que (inaudível) deveria ter uma bolsa de mercadoria só para calibrar o preço da soja, calibrar o preço do milho, calibrar o preço do arroz, do feijão. Nós temos que ver os preços que são determinados em Chicago.

Se o mundo globalizado está passando por transformações, eu penso que os países considerados em desenvolvimento e os países pobres precisam fazer valer a sua lógica. A lógica de colocar no centro do debate o nosso problema. Vou dar um exemplo para vocês: Na década de 80 e na década de 90, cada delegado que está aqui deve ter visto no seu país descer uma delegação do FMI para dizer que tinha que fazer ajuste fiscal, que tinha que cuidar dos juros, que tinha que cuidar de diminuir o Estado porque senão estaria quebrado. É engraçado que eu não vi o FMI dar uma única opinião



sobre a crise americana. Até quando nós vamos aceitar o papel de sermos coadjuvantes do cenário internacional? Até quando?

Eu espero companheiro Diouf, e você sabe o carinho que eu tenho pela FAO, você sabe que aqui, no nosso País, nós temos feito nos últimos anos uma revolução na inclusão social sem precedentes na nossa história. Temos consciência de que não é possível consertar o desacerto de 500 anos em cinco, 10 ou 15 anos, nós temos consciência que é um processo. Mas o Brasil quer se orgulhar de ser o primeiro país a cumprir todas as Metas do Milênio estabelecidas em Roma. E vamos cumprir porque temos condições e vamos cumprir porque queremos ser exemplo para que outros países priorizem a política de inclusão.

Hoje, no Brasil, muita gente fica assustada porque o consumo no Nordeste é maior do que o consumo na região Sul do País. Por uma única razão: aquele povo, durante muito tempo, não teve acesso ao mínimo alimentar. E hoje aquelas pessoas estão entrando em supermercado e estão levando comida para casa. Porque além da possibilidade de trabalho, essas pessoas começam, através da política de transferência de renda, a receber o mínimo de dignidade, que se tivessem recebido ao longo desse último século, o Brasil seria já uma grande potência e não um país emergente.

Quero dizer ao companheiro Diouf que fui convencido por ele agora a ir, dia 3 de junho em um encontro na Conferência da FAO, em Roma. E vou, companheiro Diouf, com a disposição de fazer o debate com a seriedade que precisa ter. Eu acho justas as preocupações, não reclamo daqueles que dizem que é perigoso que os biocombustíveis possam suprir a produção de alimentos. Até porque, eu acho que um cidadão ou uma cidadã que deixar de encher o seu “tanque” de alimento para encher o tanque do carro, precisa de um tratamento muito sério.

Ora, então é preciso que a gente não aceite a lógica e a dinâmica daqueles que olham o mundo apenas dentro do seu continente. Eu tenho dito,



em vários debates na Europa, quando forem discutir biodiesel não olhem para o seu território, onde está tudo arrumadinho. Tem países tão desenvolvidos que a agricultura, a produção está tão certinha que parece casa de recém-casado, tudo no lugar. Agora, olhem essas políticas para o continente africano, olhem o mundo pela lógica do continente africano, que não tem mais o direito de passar o século XXI sendo vítima da fome que foi no século XX e no século XIX. Olhem para a América Latina, a quantidade de países pobres, a poucas milhas dos Estados Unidos, e que passam fome do mesmo jeito. Porque quem determina a lógica da produção não são os próprios países. Quem determina a lógica dos fertilizantes não são os próprios países. Ora, então, é preciso...Eu estou vendo aqui o companheiro Maluf, presidente do Consea, é preciso, companheiro Maluf, que a gente crie um Consea em cada país do mundo para que a segurança alimentar faça parte da política de Estado e não apenas das políticas eventuais dos companheiros lutadores como você. No Brasil, nós já fizemos isso. Eu espero que o mundo faça isso, porque aí, quem sabe, o Celso vai ter mais facilidade de, na Rodada de Doha, aprovar um acordo em que o Brasil não precisa ganhar, mas a Europa e os Estados Unidos têm que ceder e quem têm que ganhar são os países mais pobres do mundo.

Muito obrigado e boa sorte.

(\$211A)



Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de Estado da presidente da Índia, Pratibha Patil

Palácio Itamaraty, 16 de abril de 2008

Excelentíssima senhora Pratibha Patil, presidente da República da Índia,
Doutor (inaudível),

Minha esposa Marisa,

Senador Garibaldi, presidente do Senado Federal,

Deputado Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Senhoras e senhores,

Estava esquecendo o nosso companheiro Jacques Diouf, diretor-geral da FAO,

Quero cumprimentar os parlamentares aqui presentes,

Os membros da delegação da Índia,

E os companheiros ministros do Brasil,

Com honra e satisfação recebo a presidente da Índia, Pratibha Patil. Vossa Excelência escolheu o Brasil como destino de sua primeira viagem ao exterior como chefe de Estado. O primeiro-ministro Singh esteve aqui há cerca de um ano e meio. No segundo semestre retornarei à Índia pela terceira vez, desde que me tornei presidente. São sinais inequívocos da prioridade que atribuímos às nossas relações bilaterais.

Estamos trabalhando para fortalecer uma parceria estratégica que trará benefícios para nossos povos e maior presença de nossos países no mundo.

Os resultados de nossa aproximação são visíveis no terreno econômico e comercial. Nosso intercâmbio passou de pouco mais de um bilhão, em 2003, para 3 bilhões de dólares no ano passado.



Podemos alcançar cifras mais expressivas. Para tanto, devemos diversificar e equilibrar nossa balança comercial, estimular investimentos recíprocos e criar novas parcerias, como a da Petrobrás com a ONGC. O Foro de Lideranças Empresariais, que lançamos no ano passado, é um instrumento crucial para atingir esses objetivos. Sei que a recente visita de meu Ministro de Desenvolvimento a seu país mostrou o interesse das empresas brasileiras de seguir o exemplo das firmas indianas que já estão apostando no Brasil.

Temos também iniciativas de cooperação em campos diversos como os das energias renováveis, usos pacíficos da energia nuclear, programa espacial, educação, defesa, cultura e questões sociais.

Senhoras e senhores,

A crescente aproximação entre Brasil e Índia decorre das nossas aspirações e potencialidades: somos duas democracias pujantes do mundo em desenvolvimento. Nosso compromisso democrático, no plano interno, reflete-se nas posições que assumimos nos foros multilaterais, em favor de uma ordem internacional mais justa e equilibrada.

Construímos uma sólida parceria nas Nações Unidas, a fim de que o Conselho de Segurança se torne mais representativo da realidade contemporânea, com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre seus membros permanentes.

Estamos juntos nas negociações da OMC – no G20 – para que o desfecho da Rodada Doha seja bem-sucedido, equilibrado e leve em conta os interesses e as necessidades dos países pobres e em desenvolvimento.

Estamos também juntos em nossa interlocução com os países do G-8. Temos claro não ser mais possível excluir as principais economias emergentes das discussões sobre temas prioritários da agenda internacional.

Índia e Brasil enfrentam desafios semelhantes na promoção do desenvolvimento sustentável. A mudança do clima exige alternativas para o modelo atual de desenvolvimento global. Mas o novo consenso a ser



alcançado não poderá prejudicar o crescimento econômico ou frustrar os esforços de redução da pobreza nos nossos países em desenvolvimento.

A experiência brasileira em matéria de biocombustíveis demonstra que é possível encontrar soluções equilibradas em termos ambientais, sociais e econômicos. É com satisfação que vemos o interesse de empresas indianas em investir no nosso setor sucroalcooleiro.

Conhecemos bem os enormes desafios que enfrentamos na superação da pobreza extrema. Estamos, progressivamente, criando condições de vida mais digna para nossas populações, diminuindo a exclusão e a desigualdade. Nos nossos países os pobres estão comendo mais e melhor e estão fazendo parte, cada vez mais, de um mercado de consumo ao qual antes não tinham acesso.

Apesar dos esforços de países como Índia e Brasil, a necessidade de combater a fome só voltou a ganhar importância nas últimas semanas em função da alta no preço dos alimentos. Foi necessário assistir a cenas dramáticas para que a comunidade internacional acordasse para a urgência de encontrar soluções definitivas aos desafios da pobreza. E mostrou estar mal equipada para enfrentar e resolver esse mal maior de nosso tempo.

Precisamos continuar unindo forças para garantir nossa participação nos mecanismos de governança global com soluções que levem em conta a perspectiva dos países em desenvolvimento.

O grande mérito do foro Ibas, que nossos países criaram juntamente com a África do Sul, é o de aumentar as instâncias de diálogo político e cooperação Sul-Sul e para ampliar nossas ações em benefício de países como Guiné-Bissau, Haiti e Palestina.

Senhora Presidente,

Tenho admiração por sua notável trajetória política, pautada pela luta contra a pobreza e a exclusão. A eleição de Vossa Excelência reforçou também uma tendência positiva, de alcance global: o crescente número de



mulheres em postos de alto escalão. A maior participação da mulher na vida política é um sinal de progresso democrático. No Brasil, resta muito por fazer neste terreno. Mas estamos no bom caminho.

Sua visita ao Brasil, cara Presidente, consolida um novo e promissor capítulo das relações entre Índia e Brasil.

Com esse espírito de confiança em nosso futuro, convido todos a erguerem suas taças e me acompanharem em um brinde à prosperidade do povo indiano, ao aprofundamento da parceria estratégica com o Brasil e à saúde e à felicidade pessoal da senhora e do seu esposo.

(S211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de assinatura de ordens de serviço de obras do PAC em municípios do estado de Minas Gerais

Ribeirão das Neves – MG, 17 de abril de 2008

Meus queridos companheiros e companheiras de Minas Gerais,
Queridos companheiros das cidades que estão aqui representadas pelos seus prefeitos,

Queridos companheiros Ministros que estão aqui comigo,
Representantes do governo do estado de Minas Gerais, já que o governador Aécio está em uma viagem para buscar mais dinheiro para Minas Gerais,

Companheiros de Ribeirão das Neves,

Vocês estão percebendo que eu estou um pouco incomodado aqui, porque eu estava com uma dor que eu não podia virar o pescoço nem para lá e nem para cá. Agora, eu coloquei este negócio aqui, está me doendo o espinhaço e eu não sei mais o que fazer. Mas eu vou dizer algumas palavras para vocês.

Eu quero dizer aos prefeitos, primeiro, os meus agradecimentos, porque este projeto não sairia se vocês não tivessem trabalhado para apresentar os projetos e cumprir todas as exigências que o governo exige para que um projeto deste funcione. Deus está com tanta dó de mim que até colocou uma nuvem ali para o sol abaixar um pouco. Obrigado. Mas, ao mesmo tempo, pela nuvem, ele está dizendo: “Olha, Lula, eu te ajudei, mas fala pouco senão o sol volta”. Então, eu vou tomar cuidado aqui.

Mas, meus companheiros, primeiro eu quero dizer para vocês: vocês



viram este homem que falou antes de mim, o companheiro José Alencar. Este homem, o fato de ele estar aqui hoje é um ato de heroísmo dele. Era para ele se internar hoje para fazer os exames lá em São Paulo. Eu falei: Zé, por favor, vê se você consegue adiar e vamos lá para Minas Gerais, porque o povo de Ribeirão das Neves tem um coração muito grande e esse povo vai te receber com um carinho excepcional.

O José Alencar tem uma história que vale para qualquer um de nós. O José Alencar nasceu pobre como qualquer um de vocês, saiu de casa aos 14 anos, foi morar sozinho, dormiu em banco de praça, e hoje o José Alencar, além de ser vice-presidente, hoje não é mais empresário, porque passou para o filho, mas é um dos maiores empresários do nosso País. O exemplo de vida do José Alencar é um exemplo que pode ser seguido por cada um dos brasileiros, porque a gente não pode ter momento na vida para desanimar. Quando a coisa está ruim, a gente precisa ter mais esperança. Quando ela está boa, a gente comemora. E hoje é um dia de coisas boas. Porque hoje nós viemos aqui dizer para vocês: até 2010, nós temos 28 bilhões de reais para investir em Minas Gerais. Uma parte é dinheiro emprestado que o governo do estado tomou da Caixa Econômica e do BNDES, outra parte são as prefeituras que tomaram dinheiro emprestado da Caixa Econômica e do BNDES, outra parte, como Ribeirão das Neves, é dinheiro do Orçamento da União, porque Ribeirão das Neves foi lá, chorou tanto que não podia pagar, que mexeu com o coração da Dilma e a Dilma fez com que nós estivéssemos aqui hoje assinando uma ordem de serviço para um conjunto de obras que equivale a 140 milhões de reais.

Eu duvido que, em alguma vez na vida, Ribeirão das Neves recebeu tanto dinheiro para fazer obras e cuidar da parte mais necessitada da cidade. Essa cidade aqui tem presídios, não porque o povo daqui comete algum crime. A maioria dos que estão aqui vieram de fora. Agora, além dos presídios, é preciso trazer para cá água, esgoto, escola, saúde, trabalho. Esta terra aqui,



companheiro José Alencar, é a terra onde nasceu Henfil, o grande Henfil, um dos maiores cartunistas deste País, que morreu precocemente.

A segunda coisa importante é que nesta cidade, José Alencar, as pessoas estão aí, o Prefeito disse que já tem um terreno para fazer uma escola técnica. Pois bem, eu quero assumir o compromisso com o Prefeito de que o governo federal vai federalizar e nós vamos fazer as escolas técnicas aqui em Ribeirão das Neves. Agora, eu estou pedindo para a minha assessoria anotar que eu assumi esse compromisso, porque eu preciso convencer o Ministro da Educação a fazer. Convencer, não, é mandá-lo fazer. Mas preciso lembrar, senão não dá certo.

Bem, companheira Dilma, aqui nesta cidade tem um bairro famoso chamado Rosa Neves. Nesse bairro, 70% dos moradores, sobretudo as crianças, sofrem de verminose por causa do esgoto que corre a céu aberto. Quem andar pelas travessas do Rosa Neves, onde não existe calçamento, onde quando chove ninguém sobe, mas também ninguém desce, e as crianças sequer vão à aula... Mais: não há esgoto. Aqui, o pessoal diz: “Não há quase nada, falta quase tudo”.

E, aí, quando você andar, você vai se surpreender com a existência de um jardinzinho florido na porta de um barraco ameaçado de deslizamento. Esse jardinzinho foi plantado por mãos brasileiras que não desistem nunca, que acham que uma flor pode brotar, mesmo no esgoto. Pois é a este povo que o PAC definiu prioridade total.

Andando mais um pouco no Rosa Neves, a gente vai encontrar uma travessa em que, de repente, você encontra um aposentado, com uma vassoura na mão, varrendo aquilo que nem podemos chamar de rua, em frente à sua casa que, na verdade, nem é uma casa direito. Se perguntarmos a este aposentado porque ele varre a rua, se tudo o que está em volta é tão feio, ele vai dizer: “Eu pinto a rua, varro a rua porque, se não varrer, tudo o que é feio vai ficar muito mais feio”. E, ainda mais, esse aposentado aponta ladeira acima



e diz que antes varria até lá adiante, mas que agora, pelo fato de estar doente, ele varre apenas a porta da sua casa. E este homem, meu caro Wallace, meu caro José Alencar e minha companheira Dilma, coordenadora do PAC, esse homem, ele quer notícias do PAC, e ele pergunta assim: “Será que um dia o governo vai olhar para este fim de mundo?”

Acontece que é justamente a este homem que o PAC se destina. Acontece, meu caro Pimentel, que este homem, que pensa que mora no fim do mundo, mora na região metropolitana de uma das principais capitais brasileiras, que é Belo Horizonte. Acontece que esse companheiro chama o lugar onde mora de “fim de mundo” porque, muitas vezes, os governantes deste País conseguem olhar o mapa e ver tudo, menos o que está perto dele, que é a maioria do povo trabalhador, a maioria do povo pobre, que precisa de tão pouco e que, às vezes, não recebe.

O PAC veio para mudar esta situação. Eu quero dizer para vocês que quando nós pensamos no PAC, nós resolvemos criar um conselho gestor. Eu disse agora há pouco, em Belo Horizonte: a Dilma é, na verdade, a mãe, a avó e a tia do PAC. Porque eu aprendi que se a gente anuncia uma obra e não fica atrás dela o tempo inteiro, essa obra não acontece. Pois bem, a Dilma coordena um conselho gestor do qual participam ela, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Ministro da área do PAC. Se é transporte, é o Ministro dos Transportes, se é cidade, é o Ministro das Cidades, se é integração, é Integração. E por que ela coordena? Porque senão, a gente anuncia o dinheiro, passa o mandato e o dinheiro não chega, ele não sai do Tesouro Nacional. Muitas vezes porque os prefeitos não têm experiência e não cumprem as exigências.

Pois bem. O governo do estado de Minas Gerais também tem um conselho gestor. Cada prefeitura tem o seu conselho gestor. O Ministério das Cidades tem o conselho gestor, a Caixa Econômica Federal tem o conselho gestor. Nós estamos cuidando do PAC como um pai e uma mãe responsáveis



cuidam dos seus filhos. Por mais que a gente ame os filhos da gente – e eu tenho cinco –, eles sempre tentam fazer uma malandragem para nós, tentam nos enganar, dizem que não vão, e vão, dizem que vão para um lugar, e vão para outro, falam que vão chegar às 10h, chegam às duas da manhã. O PAC, nós estamos tentando corrigir. Hoje, nós assinamos ordem de serviço, o dinheiro está no banco, a obra está contratada, a empresa está contratada. Amanhã, nós queremos ver as máquinas trabalhando. E em cada cidade, vocês precisam acompanhar, porque agora é época de eleição, agora é que vocês precisam descobrir quem é que esteve e está com vocês há muito tempo ou quem vai aparecer de última hora, achando que é um milagreiro. É nessa época – e eu estou muito à vontade porque não sou candidato a prefeito – mas é nessa época que pobre tem valor, porque tem gente que não gosta que eu diga isso. Mas, no dia da eleição, se tiver um pobre maltrapilho na fila e tiver um cidadão todo engravatado, podem ficar certos de que o candidato vai cumprimentar o que está maltrapilho. Agora, é importante cumprimentar, mas é importante, depois de ganhar, não esquecer das necessidades dos mais pobres. Porque, na verdade, o rico não precisa do governo. Por que o José Alencar vai precisar do governo? O José Alencar é rico. Eu não preciso do governo. Aqui, essas pessoas não precisam do governo, cada um mora em uma casa boa, com asfalto, com água, com luz, com escola, todo mundo aqui já tem isso. Quem é que não tem? É o povo pobre deste País. Então, o que nós precisamos é fazer uma reparação.

Há séculos que uma parte da sociedade é marginalizada: nasce pobre, de pai pobre, de mãe pobre, morre pobre, deixa filho pobre, que vai ter neto pobre. É preciso a gente corrigir. O pobre custa muito barato. O que um homem quer e uma mulher quer? A gente quer uma casa para morar, a gente quer que o filho da gente tenha escola para estudar, a gente quer emprego para trabalhar, a gente quer ter acesso a lazer, a gente quer ter o direito de chegar a uma universidade, porque filho de pobre também tem que estudar. É



por isso que nós estamos criando o ProJovem. Eu vi, ali, o companheiro levantar uma placa, que é do ProUni. Está ali o ProUni que já colocou 400 mil jovens da periferia para se formar doutores neste País.

Por isso, meus companheiros e companheiras, por obediência ao meu pescoço, que está doendo muito, eu quero dizer para vocês uma coisa: eu tenho mais dois anos e oito meses de mandato. Até o dia 31 de dezembro de 2010 eu quero dedicar cada minuto, cada hora da minha vida para ver se a gente consegue consertar este País que, durante décadas, alguns desmantelaram. Este País que é rico, este País que tem terra como nenhum outro, este País que tem água como nenhum outro, este País que tem um povo extraordinário e um povo ordeiro, não merecia ter a quantidade de pobres que tem. Durante décadas e décadas, as pessoas governaram apenas para um terço da população. Quem tinha mais, cada vez ficava com mais, e quem tinha menos, cada vez ficava com menos. Nós queremos equilibrar o País, nós queremos que tenha ricos, queremos que tenha classe média alta, classe média baixa, mas nós queremos que os pobres vivam decentemente e com dignidade neste País. Qualquer um de vocês, por mais humildes que sejam, que morem no Rosa Neves, qualquer um de vocês, vocês não estão pedindo favor ao Presidente da República, ao Governador do estado, ao Prefeito, vocês estão pedindo: pelo amor de Deus, cumpram com as suas obrigações, porque nós queremos apenas uma oportunidade de vencer na vida. Nos dêem essa oportunidade, que nós chegaremos lá. E o PAC é essa oportunidade.

Eu estava conversando com o Wallace e o Pimentel falou: “Ele emagreceu um pouquinho”. Eu falei: ótimo, ele vai ter que emagrecer muito mais, porque tem muita obra para ele fiscalizar agora, tem muita obra para ele correr, ele vai emagrecer.

Por isso, eu quero cumprimentar todos vocês que vieram de outras cidades, o povo de Ribeirão das Neves, que Deus nos abençoe, nos dê força. E não se preocupem com o meu pescoço. Quando ele quebrar e eu não



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

conseguir mais segurar a cabeça, eu vou pegar uma parte do pescoço de vocês e vou continuar falando e viajando por este País.

Um abraço, que Deus os abençoe. E até a inauguração das obras do PAC.

(S211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia alusiva à visita às obras do projeto de urbanização da Vila São José

Belo Horizonte – MG, 17 de abril de 2008

Companheiros e companheiras de Belo Horizonte,
Companheiros e companheiras da Vila São José,
Meu querido companheiro José Alencar,
Companheiros ministros,
Deputados,
Meu querido companheiro Pimentel,

Eu não sei se vocês não deveriam ter sido acometidos do mesmo mal que eu fui. Eu não sei se nós ouvimos muitos discursos e me deu esse torcicolo aqui. Eu não sei se foi por causa do aumento dos juros ontem, não sei se foi por causa do massacre que o Corinthians recebeu do Goiás ontem. Eu sei que eu acordei com este pescoço... E o Cruzeiro também tomou uma lavada na Bolívia. Eu acho que tudo isso junto me deu esse torcicolo aqui. Eu já tomei quatro comprimidos hoje, e não parava a dor. Aí o médico me falou assim: “Presidente, essa dor que o senhor está sentindo é o peso da cabeça em cima do pescoço”. Eu falei: então tem duas soluções: ou me pendura em um cabide e eu fico de cabeça para baixo, falando com vocês, ou eu coloco esse negócio aqui, que está me importunando muito. Mas de qualquer forma, eu não posso ficar com o pescoço doendo muito tempo. Está certo que a minha cabeça é um pouco agigantada para o meu pescoço. Hoje de manhã, quando eu me levantei e falei que estava com dor no pescoço, Marisa falou assim para mim: “Como é que pode alguém que não tem pescoço, ter dor de pescoço?” Mas são coisas da natureza.

Companheiros e companheiras, eu prometo ser breve porque todo



mundo aqui já falou alguma coisa do PAC. Eu só quero dizer para vocês que certamente, quando os primeiros moradores chegaram a essa vila... não sei se tem alguém aqui que está desde o começo na Vila São José. Meu companheiro Pimentel, você ainda devia estar preso, nos anos 70, quando as pessoas vieram para cá, trazendo sonhos e trazendo madeirite para construir suas casas. Esse córrego, que hoje todo mundo xinga – um córrego que já foi responsável por derrubar casas, que já foi responsável por matar gente – quando as pessoas chegaram aqui, era um córrego de água limpa e tinha até peixe. Dava até para as pessoas lavarem roupa no córrego, de tão limpa que era a água. Hoje é um esgoto a céu aberto.

Eu quero começar dizendo isso, para dizer para vocês que esse é um exemplo do que é uma grande parte do Brasil. Quando as primeiras pessoas chegaram aqui, se os governantes da época tivessem cuidado com carinho, se tivessem tirado meia dúzia ou uma dúzia de pessoas que chegaram e tivessem feito casas adequadas em outro lugar, certamente, a gente teria o córrego com água limpa e não teria gente morando com o descaso em que está morando. Pelo descaso histórico que se teve com o pobre deste País... As pessoas só davam importância aos chamados formadores de opinião pública, não davam importância aos pobres. Os pobres que vão se apinhando por aí, os pobres que vão entrando nas páginas policiais. Então, deixe o pobre se amontoar, e de quando em quando eu vou lá fazer uma promessa para os pobres. É exatamente na época da eleição que um pobre da Vila São José vale mais do que o banqueiro mais rico deste País. É verdade. No dia da fila de votar, o pobre é mais importante. Quando as pessoas ganham, o pobre que o elegeu nunca consegue almoçar com ele, e os banqueiros almoçam sempre, jantam sempre, são convidados para festas e para casamento, e o pobre fica à espera da próxima eleição.

O que nós estamos fazendo aqui é uma reparação histórica. Tem muita gente que gostaria que o dinheiro do PAC fosse todo para outro lugar. Mas nós



destinamos grande parte do dinheiro do PAC para construir as casas que faltam, para melhorar a rua das pessoas, para tratar o esgoto, para levar água potável, para levar luz, para levar atendimento médico. Eu nunca vi nenhuma notícia, no jornal, que alguém rico tenha morrido na porta do hospital, à espera de um médico. Essas coisas só acontecem com a parte mais pobre da população. É a pessoa mais pobre que vê o seu filho brincando em uma rua, com o esgoto a céu aberto, são as crianças que pegam verminose. Então, é preciso que a gente faça um reparo histórico.

Certamente, companheiro Pimentel, nós não vamos conseguir fazer tudo, mas estamos dando um bom começo para fazer os pobres voltarem a ter esperança. Uma vila como esta é dividida, tem três bandidos que mandam em três áreas diferentes, e os pobres, a maioria, trabalhadores e honestos. Às vezes, os adultos não podem mais ficar em um forró, de madrugada, com medo de serem mortos, ou as crianças não podem brincar na rua, com medo de uma bala perdida. O que nós estamos fazendo é apenas dizer para vocês: não percam a esperança, porque este País voltou a olhar para vocês, porque a cidade voltou a olhar para vocês, porque o Estado voltou a olhar para vocês. Nós não queremos um País dividido entre ricos e miseráveis. Nós queremos um País onde todos possam viver com dignidade. Que tenha o rico, porque aprendeu a ganhar dinheiro, mas que o pobre tenha respeito por parte do Estado. Que o Estado leve para ele as coisas que ele precisa e que são obrigação do Estado. O que nós estamos fazendo aqui é uma reparação. É por isso que 40 bilhões do PAC são para cuidar de urbanização de favelas, são para fazer ruas, colocar luz.

A história comovente que me contaram aqui, naquela entrevista, é verdade, gente. Você não pode receber uma carta porque não tem uma rua e um número na sua casa. Você não pode receber uma pizza, não só porque o pizzaiolo não encontrou, mas porque ele tem medo de entregar, ele tem medo de ser assaltado. Então, companheiro Pimentel, eu quero primeiro dar os



parabéns ao trabalho que você tem feito aqui. Esta não é a primeira vila que eu visito e não será a última.

Quero agradecer ao meu companheiro José Alencar, este mineiro que tem uma história igual a de vocês. Este mineiro que dormiu em banco de praça na rua aos 14 anos de idade, este companheiro que saiu de casa para aprender na vida, e hoje é um dos maiores empresários deste País e, com muito orgulho meu, vice-presidente da República. Quisera Deus que o Brasil tivesse umas duas dúzias de homens da qualidade do José Alencar e com o caráter do José Alencar.

Quero aqui falar da companheira Dilma Rousseff. Quero falar da Dilma Rousseff porque outro dia, no Rio de Janeiro, eu disse que a Dilma era a mãe do PAC. E por que ela é a mãe do PAC? É porque o PAC só funciona porque esta mulher, certamente, toma mais conta do PAC do que tomou conta da filha dela. E por que eu digo isso? Porque todo mundo aqui, que é pai, sabe. Quando tem uma filha ou um filho que está com 14, 15 anos, eles não querem mais saber do pai. Nós somos coroas, nós estamos superados, as músicas não combinam, a roupa não combina, os amigos não combinam, eles querem liberdade. Então, a filha da Dilma certamente foi assim. Mas o PAC não quer liberdade, o PAC quer controle, fiscalização, acompanhamento. Porque, senão, ele não funciona. Se a gente não estiver tomando conta, ele não funciona. É aquele negócio do presidente vir aqui com o prefeito, anunciar uma obra e três anos depois naquela obra não aconteceu absolutamente nada.

Eu vou dizer uma coisa para vocês. No ano passado, Pimentel, nós fizemos uma lei transferindo para o município a arrecadação do Imposto Territorial Rural, para que os fazendeiros pagassem diretamente na prefeitura. Eu anunciei, fiz uma festa: maravilha, os prefeitos vão arrecadar mais. Este ano eu descobri que na lei que eu fiz nós colocamos lá um artigo: é preciso fazer convênio com a Receita Federal. Nenhum prefeito tinha feito, sabe por quê? Porque a Receita fez tanta exigência, que nenhum prefeito conseguiu cumprir.



E ainda mais, Pimentel, exigiram que tinha que ter um cara com diploma de doutor, para poder tocar o programa. Aí, eu fiquei pensando: que desgraça é essa? Se o presidente da República é presidente e não é doutor, por que para cobrar de fazendeiro tem que ser doutor? Então, por isso é que eu disse que a Dilma é a mãe do PAC. É porque depende dela cobrar dos prefeitos, depende dela cobrar dos outros ministros, depende dela cobrar dos governadores. E, depois, tem uma coisa legal: é que mulher, quando fica brava e briga com os prefeitos, eles não reclamam, como reclamam para o presidente. A mulher, a gente pensa que mulher é mais calma, não é isso? A gente tem o hábito de achar que mulher é sexo fraco. Deus me livre. Só fala isso quem não conhece a dona Marisa, porque se mulher fraca é aquela, Deus me livre, quem se casou com uma mulher forte aí.

Mas, então, companheiros, o PAC só dá certo porque nós temos um controle, como uma mãe tem de um filho. Se a gente descuida... Quantas vezes a mãe fala: "Meu filho, vai fazer a lição". Ele fala: "Está bem". Bate a porta e se tranca no quarto. Passa o dia sem pegar um caderno, um lápis ou um livro, e fala: "Mãe, estudei". Chega no dia da prova, toma uma lambança, e aí fala que o professor não presta, que a escola está perseguindo. O PAC tem que ser assim. A Dilma presta contas para mim todos os dias, toda semana, todo mês, e presta conta para a imprensa a cada quatro meses. Nós queremos mostrar cada coisa que está acontecendo. Se daqui a dois meses o trabalho nesta vila parar, Pimentel, pode ficar sabendo que eu vou ficar sabendo e vou pegar no seu pé, como companheiro seu.

O companheiro Anastasia sabe da boa relação que eu tenho com o governador Aécio. Mas, também, se as obras do PAC não funcionarem, nós vamos pegar no pé, porque tem dinheiro, tem a decisão de fazer e nós temos que ter a coragem e a moral de entregar as obras ao povo deste País, sobretudo.

Eu, José Alencar, estava vendo o orgulho dos trabalhadores de camisa



vermelha do PAC, que eu fui cumprimentar ali. Eu me lembrei da minha infância. Quando eu tinha 14 anos de idade, arrumei um emprego em uma fábrica chamada Fábrica de Parafusos Marte e minha mãe fez um macacão para mim. Eu não sabia o que era “mecânico”. Eu queria ser mecânico, mas não sabia o que era. Eu sempre achei que mecânico era encher a mão de graxa, porque todo mecânico anda sujo, com a mão cheia de graxa. Então, eu ia trabalhar. De onde eu morava até a fábrica eram dois quilômetros. Naquele tempo, eu usava alpargatas Roda, aquela filha da mãe ia molhando, Zé, ia crescendo, o pé não crescia junto, e eu ia pondo jornal dentro das alpargatas Roda. De repente, eu calçava 35 e as alpargatas Roda já estavam com nº 45, pareciam um esqui.

Bem, mas eu lembro do dia, em 1960, quando eu coloquei aquele macacão e saí para andar os dois quilômetros para ir trabalhar. Eu me achava o máximo, eu me achava... Tinha uma quitanda que tinha uma loura bonita, já uma moça. Eu era um moleque, e passava todo de pescoção duro, achando que aquela moça estava olhando para mim. Ela nem me enxergava. Mas eu achava que ela olhava para mim e essa esperança me fazia, todo dia, passar orgulhosamente na frente. Mas eu me lembro que no primeiro dia em que fui trabalhar, eu cheguei lá e não sabia o que fazer. Aí, fiquei lá. Me mandaram catar uns pedacinhos de ferro, eu catei uns pedacinhos de ferro. Mas chegou a hora do almoço, eu tinha que almoçar em casa, passar na frente da quitanda, ver a loura. E eu ia estar limpo, outra vez? Então, eu não tinha trabalhado! Aí eu peguei um tanque de óleo preto que tinha lá para (inaudível) peça, (inaudível) lá, esfreguei toda a lama, parecia... Cheguei em casa todo sujo de graxa, de óleo, pretinho, pretinho, com o maior orgulho. Minha mãe sorria para mim, vendo o filho dela mecânico, enquanto eu era um catador de ferro ali, achava que eu era mecânico.

Eu digo isso porque eu senti a emoção de um homem desses, Zé, durante 20 anos a economia não cresceu, e ele desempregado. Agora tem



uma obra na sua própria vila, e ele trabalha na sua própria vila. Ele está fazendo a rua em que o seu filho vai brincar, ele está fazendo a casa em que a sua mulher vai morar, em que a sua comadre vai morar, ele está melhorando a vida do povo que ele conhece há tantos e tantos anos. Não tem nada mais prazeroso do que isso: chegar no fim do mês, receber o salário e saber que está levando comida para casa às custas do seu suor e do seu sacrifício. Essa é uma coisa que o ser humano não esquece jamais. Por isso é que agora que o Brasil aprendeu, a gente não vai esquecer mais.

Fazia mais de 25 anos que este País não crescia, fazia mais de 30 anos que não eram feitas obras, de qualidade, de infra-estrutura neste País. Nós temos 504 bilhões de reais, é o maior investimento da história deste País em obras públicas. Não é apenas em favelas e em ruas, não. É em escolas técnicas, universidades, portos, aeroportos, ferrovias e rodovias. O governador sabe a quantidade de rodovias em que nós estamos trabalhando aqui. Eu tenho fé em Deus, gente, que a gente aprendeu, e tenho fé em Deus que quem vier depois de nós vai ser obrigado a continuar aquilo que a gente fez, porque o povo aprendeu a gostar do que é bom, o povo aprendeu a perceber que tem direito, o povo aprendeu a perceber que as coisas têm que ser feitas para eles e não apenas para meia dúzia de pessoas.

Por isso, Pimentel, companheira Marília, é com imenso orgulho que eu venho à cidade de Belo Horizonte, esta gloriosa Belo Horizonte. A gente pensa que está vivendo tão longe de Belo Horizonte, bem pertinho do centro da cidade, onde os pobres são conduzidos. Asfalta uma rua, fica caro o terreno, e o pobre vai para outro lugar. Asfalta outra rua, vai ficando caro e o povo vai sendo tocado para beira de córrego. No Nordeste, os pobres passam 30 anos aterrando um mangue. Quando eles conseguem aterrar o mangue, aparece uma imobiliária, vai na Justiça, tira a terra do pobre, constrói apartamento para rico e o pobre vai para outro mangue, aterrando outra vez as coisas neste País.

Então, é preciso dar um paradeiro nisso, é preciso que a gente tenha



consciência de que nós precisamos fazer uma reparação histórica neste País. O pobre tem que tomar café de manhã, almoçar, jantar, ir para a escola, ter médico, ter acesso à cultura, ao lazer. Que desgraça é essa, que está na Constituição e a gente não consegue cumprir a Constituição?

Por isso, companheiros da Vila São José, companheiro Anastasia, companheiro Pimentel e companheira Marília. É com muito orgulho e com muito prazer que eu vou continuar andando este País. A minha oposição não gosta que eu ande, fala que eu estou fazendo campanha. Eu não sou candidato, portanto, não tem campanha. O que eles querem é que eu fique dentro do meu gabinete, vendo eles fazerem discurso contra mim. Entre ouvi-los falar de mim e abraçar o povo deste País, eu vou para a rua para abraçar o povo deste País, para prestar contas do que eu faço, para prestar contas do nosso governo.

Por isso, companheiros, eu quero dizer a todos vocês: eu quero vir aqui, Pimentel, inaugurar esta obra. Não sei se vai terminar no seu mandato, mas quem quer que seja, eu quero vir aqui inaugurar esta obra e, prazerosamente, ver o sorriso de realização, o sorriso de sonho realizado do povo pobre da Vila São José.

Um abraço, que Deus abençoe todos vocês.

(\$211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia nacional de política indigenista**

Brasília – DF, 18 de abril de 2008

Companheiros Ministros,
Companheiro Márcio, presidente da Funai,
Companheiro Danilo, presidente da Funasa,
Ministro interino da Justiça,
Companheira Marina,
Ministro interino da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Acho que tem três coisas que temos que ver aqui, Márcio, com muita precisão. Há determinadas coisas que temos que fazer que não dependem de uma ação do Poder Executivo. Dependem, muitas vezes, do Poder Legislativo, outras vezes dependem do Poder Judiciário, e nós temos que ter consciência da correlação de forças existente na sociedade e do tempo em que a gente pode aprovar determinadas coisas. Acho que o projeto de lei que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista é plenamente possível acertar com as lideranças políticas e votar com uma certa rapidez. Se bem que, este ano, nós temos um problema que começa a partir de maio, que são as eleições municipais. Muitos deputados estarão em campanha e não irão comparecer para votar. Mas essa é uma coisa que eu acho que a gente consegue passar com uma certa normalidade dentro do Congresso Nacional.

A segunda coisa que eu acho mais difícil é quando acontece um problema como o da Raposa Serra do Sol. Nós tivemos três anos de muita polêmica, de muito “diz-que-me-diz”, de muitas reuniões, de muitas conversas. Quando fizemos o decreto, ainda assim decidimos que era preciso criar um processo em que não houvesse nenhuma vítima na desintrusão e que a gente



pudesse fazer as coisas corretamente. Disponibilizamos recursos para pagar os arrozeiros, a gente não queria nenhuma vítima naquele negócio. Quando nós, depois de muito tempo, designamos a Polícia Federal para fazer a ação, fomos surpreendidos com uma liminar dada por um ministro (**falha na gravação**).

A segunda coisa que me preocupa é o Mato Grosso do Sul. Há muito tempo eu tenho pedido – já pedi ao companheiro Zeca do PT, já pedi ao Márcio, já pedi a outro companheiro que foi presidente da Funasa, já falei com o Puccinelli... Nós precisamos encontrar um jeito de aumentar a área de terras dos guaranis. Precisamos encontrar um jeito porque, há muitos anos – desde que eu passei por lá – a gente percebe que não é possível. Eu já disse a dois governadores, e vou dizer à Funai agora: se for necessário, vamos comprar terras lá para garantir que as pessoas tenham mais condições de vida. Já pedi ao Rolf, que é o presidente do Incra, para vistoriar e ver se tem alguma terra – tem que ser grudada à terra atual, não pode ser uma coisa separada – para poder resolver esse problema com o qual a gente vem sofrendo há muito tempo.

Não vou entrar aqui, Márcio, nas Agendas Sociais que já fizemos com as lideranças indígenas a partir daquela nossa visita a São Gabriel da Cachoeira. Eu quero assumir um próximo compromisso. Todas as vezes que encontro companheiros ou companheiras indígenas, eles se queixam da área da saúde. Nós temos um problema, Danilo, que eu não sei se é seu ou se é do Temporão, na relação da Funasa, na questão dos postos de saúde.

Outras vezes eles se queixam da educação. Eu estou dizendo isso porque, certamente, os números que o ministro Fernando Haddad disse aqui são números exitosos, ou seja, sair de 5 para 120 milhões, é um crescimento estupendo. Isso significa que o dinheiro está disponibilizado pelo governo e já tem a decisão política de fazer. Agora, se não criar um comitê de acompanhamento da execução desse dinheiro, é capaz de terminar o ano e ele



ainda estar no caixa do governo, não ter saído. Então, é preciso criar um pequeno comitê que possa fiscalizar.

A mesma coisa para a Funasa (**falha na gravação**) assessor, que passa para outro assessor e aí passam quatro meses e não acontece. Lamentavelmente é assim, eu estou aprendendo que é assim. Se o Danilo sair daqui agora e passar para o assessor dele fazer uma coisa, o assessor dele passa para o outro assessor lá, e nenhum dos dois ouviu o que vocês falaram aqui, o clima e a sensibilidade não são os mesmos. Uma coisa é você dizer: “a filha do vizinho está doente”. Outra coisa é você estar lá, vendo-a doente. Então, eu penso, Márcio... Quero terminar, muito sucinto. Eu quero, César Alvarez, participar da próxima reunião da Comissão e quero que o Márcio faça um levantamento, e te entregue, de todos os ministros do governo que têm alguma relação política com os povos indígenas, para a gente levar todo mundo e fazer uma espécie de PAC de bons procedimentos.

Também trazer o pessoal da Comissão, Márcio, por (inaudível): “em tal lugar, na comunidade não sei onde, para o povo não sei de onde está faltando isso, está faltando aquilo, não foi feito isso”, para a gente poder ter um mapa correto das coisas que estão acontecendo. Eu fui a São Gabriel da Cachoeira, virei as costas, já faz um ano que eu fui lá. Eu vou saber o que aconteceu depois que eu saí? Eu não sei. Pode ser que tenha sido feito até mais do que nós prometemos, mas pode ser que não tenha sido feito nada. Aquela ponte já saiu?

_____ : Não. Eu estive lá agora. Eu fui lá lançar o Território Indígena da Cidadania, passei em cima daquela ponte e reclamei logo: o Presidente mandou fazer a ponte e vocês não fizeram? O prefeito não fez a ponte.

Presidente: Então, é isso. Tem aquela hidrelétrica que a Aeronáutica começou a fazer.



_____ : Está parada também, a mesma coisa.

Presidente: Pois é, já faz um ano que eu fui lá. Se a gente não envolve os ministros em uma reunião, para saírem cada um daqui com o compromisso... O Fernando Haddad mostrou aqui, tem 120 milhões. Está criado, está empenhado.

Agora, é preciso que se crie, junto com alguém dele, alguém de vocês, **(falha na transmissão)** olhar corretamente a questão indígena e a questão dos quilombolas. Obviamente que quanto mais afastadas estão as pessoas, quanto mais longe da capital estiverem as pessoas, mais difícil de serem lembradas pelas coisas que a gente promete. Promete uma coisa, vira as costas, vem para Brasília, passa seis meses sem ver vocês, e quando eu encontro e pergunto: aquele negócio está pronto? “Não Presidente, nem passaram lá”. Às vezes acontece.

Eu fiz uma lei, no ano passado. Este ano, eu fiquei indignado. Foi aprovada uma lei que permitia que os prefeitos brasileiros recebessem o Imposto Territorial Rural, que saísse do governo e fosse para os prefeitos. Nós fizemos a lei, uma lei maravilhosa, todo mundo aplaudiu. Um ano depois, eu tive um encontro com os prefeitos, na quarta-feira passada, e recebi a informação de que a lei que nós fizemos não tinha atendido a um prefeito ainda. Por quê? Porque a Receita Federal, ao propor a regulamentação da lei, criou tanto obstáculo que nenhum prefeito se sentiu apto a fazer o convênio. Então, foi uma lei inútil. A primeira coisa que a Receita exigia era que tivesse, na prefeitura, um cara com diploma universitário para cuidar disso. Eu fiquei pensando: como é que pode, em um país que tem um presidente da República que não tem diploma universitário, ser preciso alguém com diploma universitário para receber ITR de fazendeiro?



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

Então, a minha tese é a seguinte, companheiros, vamos assumir esse compromisso. Eu estarei na próxima reunião da Comissão, todos os ministros que participam de alguma coisa estarão presentes, Danilo estará com o mapa de tudo que estiver fazendo pela Funasa. Aos outros ministros, nós vamos pedir para trazer também o que estão fazendo, para a gente checar o que fala o ministro e o que falam vocês, e fazer o que falta fazer.

(\$211A)



Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Dia do Exército

Brasília - DF, 18 de abril de 2008

Valorosos integrantes do Exército Brasileiro,

Nesta data, comemora-se o trecentésimo sexagésimo aniversário de criação do Exército Brasileiro, cuja origem remonta ao século XVII, por ocasião das batalhas dos Guararapes. Esses confrontos foram as mais vigorosas e decisivas ações contra as forças estrangeiras instaladas na região Nordeste do País, e as tropas nativas que aí lutaram constituem-se no embrião da força terrestre atual.

O sentimento de nacionalidade, juntamente com o conagraçamento racial e cultural do povo brasileiro, uniu os segmentos da sociedade – índios, brancos, negros e mestiços – com o objetivo de expulsar os invasores.

O Exército esteve presente ao longo de toda a história da formação e da consolidação do Brasil como estado independente, imperial ou republicano, em ações regionais e no estrangeiro, defendendo a unidade nacional e promovendo a paz entre as nações.

Atento a sua missão constitucional, o Exército aplica-se à defesa da soberania da nação, à preservação da nossa integridade territorial e, graças à sua grande capilaridade, à garantia da presença visível do Estado em todo o País.

Nas fronteiras distantes, com presença solidária e sensível às necessidades da população, nossa força terrestre fomenta o desenvolvimento ao prover educação, saúde e segurança. Com sua Engenharia de Construção, ela vem participando ativamente da concretização dos projetos nacionais de infra-estrutura e apoiando as ações governamentais no combate às doenças e



no socorro às vítimas de calamidades que sazonalmente assolam nossa gente.

Em atenção a compromissos internacionais do Brasil, coopera com o esforço do Estado de ajudar a promover a harmonia mundial ao participar, de forma reconhecidamente destacada, nas missões de manutenção da paz além-fronteiras, como faz atualmente no Haiti.

Soldado de Caxias,

A sociedade confia em você. Ela rende louvores ao seu patriotismo e ao valor cívico com que cada um se dedica ao cumprimento de sua missão de forma altiva e abnegada.

Na qualidade de Presidente da República, em nome do povo brasileiro, parabeno nosso Exército, que tantas glórias vem conquistando ao longo da história, na guerra e na paz. Presto-lhe justa homenagem por manter-se diuturnamente pronto a responder às demandas do Estado brasileiro, democrático e de direito, em proveito de toda a nação.

Como portador da Grã-Cruz do Mérito Militar, aproveito também a oportunidade para cumprimentar todos os que estão sendo agraciados com a comenda da Ordem, pois posso aquilatar a emoção e a satisfação que sentem ao receber a mais alta honraria do Exército Brasileiro.

(\$212A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de assinatura de atos

Acra - Gana, 19 de abril de 2008

...a minha alegria de voltar a Gana, na cidade de Acra e, sobretudo, de encontrar meu amigo, presidente Kufuor.

Desde o primeiro dia da minha posse, em janeiro de 2003, nós definimos priorizar as nossas relações com o continente africano. Já visitamos 20 países e queremos visitar outros tantos países, nos próximos anos.

No Brasil, o governo está convencido da contribuição que podemos dar aos países africanos. Muitas vezes, é mais fácil falar do que fazer. Mas já demos passos importantes: a Embrapa já está instalada aqui em Gana. Por isso eu trouxe comigo o presidente da Embrapa, o companheiro Sílvio, e acredito que daqui a pouco tempo estaremos passando para Gana grande parte dos conhecimentos que temos na área da agricultura.

Sabemos do problema energético em Gana, e estamos discutindo com o presidente Kufuor a possibilidade de o Brasil ajudar na construção de hidrelétricas aqui no país.

Uma das coisas que eu disse ao meu companheiro Sílvio, presidente da Embrapa - e certamente a Embrapa irá pesquisar muito -, é que possivelmente uma parte do território africano tenha as mesmas características de uma parte do território brasileiro. É possível que uma parte das savanas pareça um pouco com o cerrado brasileiro. Se isso for verdade, poderá haver uma revolução agrícola no continente africano.

Eu me lembro muito bem, Presidente, que há 40 anos o cerrado brasileiro era tido como terra imprestável. E, com um pouco de tecnologia, conseguimos transformar o cerrado numa das áreas mais produtivas do País. Eu acredito que o mesmo pode acontecer no continente africano e em Gana.



Sobretudo agora, que os países em desenvolvimento, os países africanos, os países latino-americanos e alguns países asiáticos vão ter que enfrentar uma verdadeira guerra comercial sobre a questão da produção agrícola, em (inaudível). Primeiro, na OMC, onde estamos querendo que os países ricos diminuam os seus subsídios para flexibilizar a entrada dos produtos agrícolas dos países mais pobres nos países mais ricos. E, num segundo momento, na medida em que o povo pobre está comendo um pouco mais, em quase todos os países do mundo, vai ser preciso aumentar a produção de alimentos.

Alguns países ricos não têm mais como aumentar a sua produção agrícola. Então, obrigatoriamente, eles terão que olhar para o continente africano, terão que olhar para a América Latina, e perceber que somos nós que temos terra, somos nós que temos as condições de suprir as necessidades do crescimento da demanda por alimento no mundo.

Além disso, os países ricos, e todos nós também, assinamos o Protocolo de Quioto. E o Protocolo de Quioto pressupõe o compromisso de todos os países do mundo trabalharem para diminuir o aquecimento global. A própria União Europeia já tomou a decisão de, até 2020, introduzir 10% de biocombustíveis na gasolina derivada do petróleo. Pois bem, qualquer um de nós pode pegar o mapa-múndi e perceber onde é que tem terra para plantar, seja cana, sejam oleaginosas para produzir o biodiesel, seja a produção de alimentos.

O que nós temos clareza, e o Brasil não quer liderar, o Brasil quer participar do debate da forma mais democrática possível, da forma mais transparente possível, da forma mais racional possível. Mas nós não aceitamos, em hipótese alguma que, outra vez, os países mais pobres paguem a conta. Dizer que são os biocombustíveis a causa do aumento do preço de alimentos é perguntar: “Onde se produz biodiesel? Onde se produz biocombustíveis?”

Na verdade, na política de biocombustíveis só tem um equívoco, que é a



decisão americana de produzir álcool do milho. Fora disso, é importante que as pessoas tenham a responsabilidade de dizer que o preço do alimento se deve muito mais ao custo do frete causado pelo preço do petróleo do que pela questão do biodiesel. No caso do Brasil, nós estamos provando que é possível produzir biodiesel e aumentar a produção agrícola, sobretudo na área de grãos, como vamos aumentar este ano.

Essa, presidente Kufuor, é uma discussão em que nós gostaríamos de contar com o apoio do continente africano. E é preciso deixar bem claro ao mundo que, no século XXI, os países pobres não querem mais ser dependentes de atitudes de benevolência. O que os países pobres precisam é de ter acesso às tecnologias, ter acesso ao financiamento e produzir o que o mundo precisa que seja produzido.

Eu acho muito estranho alguém fazer crítica aos biocombustíveis e não fazer nenhuma crítica ao barril de petróleo, que saiu de 30 para 103 dólares. Eu acho muito estranho alguém fazer crítica ao biodiesel e aos biocombustíveis e não lembrar que no mundo tem quase 1 bilhão de seres humanos passando fome. Eu acho que nós teríamos um problema grave se nós produzíssemos muito alimento e não tivéssemos para quem vender.

Mas, na medida que mais africanos estão comendo, mais chineses estão comendo, mais indianos estão comendo, mais gente da América Latina está comendo, em vez de ficarmos assustados com a inflação crescendo no alimento, o desafio que está colocado para nós é o de produzir mais alimentos para que as pessoas comam melhor e, aí sim, nós vamos ter um equilíbrio mais justo dentro do nosso continente.

Vim para essa reunião da Unctad sobretudo porque ela é em Gana, e porque temos acordos bilaterais para assinar com o presidente Kufuor. Mas, Presidente, esta semana eu participei de um seminário da FAO no Brasil. E disse ao diretor-geral da FAO, nosso companheiro Diouf, que nós estamos dispostos a fazer debate em qualquer parte do mundo, com qualquer público



do mundo. Estamos convocando um seminário, uma conferência internacional em novembro, no Brasil, para discutir a questão dos biocombustíveis. Queremos levar políticos, queremos levar chefes de Estado, chefes de Governo, queremos levar cientistas, queremos levar ONGs, ou seja, fazer um debate em que todas as posições sejam colocadas de público. Porque nós não temos o direito de admitir que, no século XXI, os países pobres continuem tão pobres quanto no século XVIII. E a agricultura, neste momento, se apresenta com uma possibilidade extraordinária para os países mais pobres.

Por isso, meu querido companheiro, é um prazer estar aqui neste momento.

Muito obrigado.

(\$211B)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
visita à Casa do Brasil
Acra - Gana, 20 de abril de 2008**

É uma satisfação vir aqui hoje conhecer a Casa do Brasil, berço do povo Tabom.

Em minha visita anterior a Gana, em 2005, ouvi comentários sobre os Tabom e a Casa do Brasil e solicitei que algo fosse feito para resgatarmos esse símbolo de nosso passado comum.

Os Tabom são o mais antigo vínculo entre o Brasil, país que deixaram em meados do século XIX, e Gana, terra que adotaram.

Mais de 160 anos depois da chegada dos primeiros retornados, o Brasil e os Tabom se reencontram. Desta vez, em condições que orgulham os brasileiros.

A restauração deste patrimônio contribui também para a revitalização do bairro e traz benefícios concretos para o dia-a-dia das pessoas que vivem aqui. Agradeço à Prefeitura por ter atendido nosso apelo e asfaltado a Rua do Brasil e as redondezas.

A história do povo Tabom é uma história de coragem e de amor à liberdade. As oito famílias que deixaram a Bahia e voltaram à África nos deixaram um exemplo marcante.

Pessoas que nasceram escravas, mas compraram sua alforria; que viviam longe da terra de seus ancestrais, mas não desistiram de voltar para a África; que tinham tudo para se renderem, mas nunca abandonaram o sonho de viver com dignidade, com paz e com liberdade.

Os retornados souberam contornar o que o destino parecia ter-lhes reservado, com muito trabalho e muita esperança.



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

Esta Casa, que reverencia as conquistas dos Tabom, foi feita por homens livres, que celebravam o direito de começar de novo suas vidas.

As várias personalidades ganenses oriundas dos Tabom são a prova maior de que esse povo venceu por seus próprios méritos.

Presto uma homenagem a todos os Tabom, por intermédio do Mantsé Nii Azumah V e da presidente da Corte Suprema de Gana, Georgina Wood, nascida aqui nesta Casa.

Estejam certos de que os brasileiros consideram os Tabom, e todos os ganenses, como irmãos.

Muito obrigado.

(\$211B)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia de comemoração do 35º aniversário da Empresa Brasileira de
Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**

Palácio do Planalto, 23 de abril de 2008

Eu tinha acertado com o Reinhold e com o Sílvio que eu não falaria, porque tem a posse do presidente Gilmar no Supremo Tribunal Federal. Mas eles foram tão sucintos que sobrou um tempinho aqui, para que eu pudesse dizer algumas palavras.

Na verdade, eu não vou ler o discurso porque não cabe aqui ler o discurso.

Eu queria cumprimentar os ministros,

Os governadores,

Os homenageados,

A homenageada,

E dizer para vocês que o Brasil vive um momento de definições, que vão exigir de nós muita disposição política de fazer a boa briga em defesa dos nossos interesses.

Eu digo sempre, e disse para o Sílvio nessa viagem em que fomos a Gana, agora, que quando um time não tem nenhum jogador bom de bola, ele entra em campo, joga o jogo de 90 minutos, é capaz de não fazer e de não sofrer nenhuma falta, porque ninguém bate em jogador que não é bom de bola.

Mas na hora em que o Brasil começa a se apresentar ao mundo não mais como coadjuvante, mas como o artista principal de um cenário de produção de produtos agrícolas, tornando-se mais competitivo em vários deles, e tendo a possibilidade de se transformar naquilo que todos da minha idade aprenderam com seus pais, que o Brasil, um dia, seria o celeiro do mundo, as



pessoas começam a ficar incomodadas com o Brasil, e muito incomodadas. Eu diria, muitas vezes, até com leviandades contra o Brasil.

Em reuniões em organismos multilaterais, muitas vezes o Brasil é acusado de muita coisa, que vai desde o desmatamento ao trabalho escravo, ao mau pagamento de salário. Agora, mais uma novidade, que é a falta de alimento, por conta dos biocombustíveis, e vai por aí afora.

E nós, Sílvia, precisamos juntar – certamente parte dela, ou toda, está aqui – a inteligência brasileira, para estabelecer uma estratégia de atuação do Brasil nesse mundo em que a agricultura passa a ter um peso extremamente importante.

Houve alguns que acharam que quando o Brasil fez a opção pela industrialização, a agricultura perderia a sua importância. E a agricultura volta, hoje, com um peso extremamente importante no cenário mundial. É uma situação, eu diria, delicada, por um lado, mas ao mesmo tempo estimulante, por outro. Porque é verdade que nós temos problemas de alimentos em vários países do mundo, temos problema de inflação, causada pelo aumento dos alimentos, do Chile à China, passando pelo Brasil e por outros países. E as pessoas começaram, então, a dizer que o problema da crise do alimento se deve ao fato de que o Brasil produz muita cana e está produzindo o biodiesel e que, portanto, nós somos o “patinho feio” da história.

O que é engraçado é que essas pessoas que estão criticando os biocombustíveis e que estão preocupadas com o preço do alimento, nunca fizeram uma crítica ao preço do petróleo, que salta de 30 para 120 dólares. Nunca fizeram uma crítica! Nunca reconheceram publicamente o quanto implica, no custo do alimento, o aumento do preço do petróleo; quanto implica na produção de fertilizantes o aumento do petróleo e o aumento do gás. E tentam, com uma transferência muito simplista, fazer um debate com o qual nós não deveremos nos preocupar, porque esse debate nós ganhamos. Ganhamos economicamente, ganhamos tecnologicamente, e vamos ganhar



politicamente.

Eu estou convencido de que o momento é um momento extraordinário para o nosso País. Eu penso que chegou um pouco a vez do Brasil ter uma voz mais, eu diria, mais ativa e mais forte, nesse mundo globalizado. Porque senão, eles vão criar a idéia que o Zebu não é gado, portanto o Brasil não pode exportar carne; vão criar a idéia que o Brasil está plantando cana na Amazônia e que, portanto, ninguém pode comprar álcool; vão criar a idéia que o suco de laranja do Brasil talvez não seja de qualidade, ou que o café brasileiro não seja de qualidade, ou que outros produtos brasileiros não sejam de qualidade.

E o que está escondido atrás desse debate? A manutenção da velha política dos países ricos, de manterem seus subsídios aos produtos agrícolas para os seus agricultores, e nós estamos sentindo agora, na Rodada de Doha, para não flexibilizar a entrada dos produtos agrícolas dos países pobres no seu mercado. E, para isso, vale até financiar agricultores lá dentro para não produzir.

Nós estamos convencidos de que a Embrapa pode jogar um papel extremamente importante. A Embrapa, que é a responsável pela revolução da agricultura brasileira. E, agora, com esse sistema de trabalhar junto com as entidades estaduais, e muitas de muita competência, mas que trabalhavam isoladas, cada uma para si, Deus para todos. Sistema de integração que a Internet pode promover e, sobretudo, depois do Centro da Embrapa em Campinas, vai permitir que a gente tenha acesso com mais velocidade às informações e torná-las mais ou menos homogêneas para todos os pesquisadores, seja nas entidades, seja nas próprias universidades. E eu estou convencido de que a Embrapa precisa ocupar um espaço maior no cenário mundial.

Nós fomos à África, fomos a Gana inaugurar um escritório da Embrapa. O fato de a Embrapa ter dois pesquisadores em Gana, na cidade de Acra, já permitiu que esses pesquisadores da Embrapa visitassem 17 países africanos



e que já tivessem feito consulta à distância em mais 10 países. Isso significa, pelo menos é a esperança que eu tenho e olho muito no mapa mundi para perceber, é que possivelmente a savana africana tem muito a ver com o cerrado brasileiro. E, possivelmente, com um pouco de trato na terra, a gente pode transformar o continente africano não no continente da fome, mas em um continente altamente produtor de comida, de álcool e de biodiesel, coisa que os europeus e os americanos, se forem inteligentes, ao invés de serem contra e ao invés de ficar fazendo álcool de beterraba ou de canola, ou de milho, contratam parcerias com os países africanos e dão àquele povo o direito de trabalhar, o direito de comer, o direito de ter renda e fazer com que essa parte do mundo que foi esquecida durante todo o século XX tenham chance no século XXI.

A mesma coisa vale para a América Latina. Aqui tem vários companheiros que já foram à Venezuela e eu há muito tempo ando preocupado com a Venezuela, dizendo ao Chávez que é preciso que a Venezuela comece a se transformar em auto-suficiente na área de alimentação. Nenhum país tem soberania se ele não tiver segurança alimentar e não for capaz de produzir boa parte daquilo que o seu povo come. E para isso a Embrapa montou um escritório lá. E nós queremos, a partir de Caracas, transformar não apenas a Venezuela, mas todos os países da América Latina até o Caribe, em países que possam se utilizar do avanço tecnológico da Embrapa para se transformarem em centros de excelências na agricultura tropical.

Por isso, eu tomei a iniciativa de propor um PAC. De vez em quando, quando as coisas dão certo, a gente vai pegando moda. Então, foi o PAC da Saúde, PAC da Segurança e aí, um dia eu encontrei com o Silvio... Teve um tempo que a Embrapa só vinha aqui pedir aumento de salário, aumento de salário. Aí, quando foi um dia o Silvio veio me comunicar que tinha feito um acordo com a Embrapa e que já fazia dois anos que o pessoal estava tranqüilo. E eu falei: “Silvio, então vamos aproveitar a tranqüilidade, falta você me



apresentar uma proposta para que a gente coloque mais dinheiro na Embrapa para melhorar as pesquisas na Embrapa, os investimentos na Embrapa”. Vamos criar o PAC da Embrapa. Esse PAC, na verdade, está pronto já há algum tempo. É que nós ficamos esperando o dia do aniversário da Embrapa para a gente lançar.

Então, eu queria dizer Reinhold Stephanes, Sílvio e companheiros governadores, ministro Cirne Lima, homenageados e pesquisadores da Embrapa, que o desafio é a coisa mais extraordinária na vida de um ser humano. Não tem nada mais importante para a gente viver o dia seguinte do que um desafio. E a Embrapa e o Brasil estão desafiados. Desafiados a fazer com que o Brasil se transforme em uma grande potência econômica, desafiado a fazer com que o Brasil prove ao mundo que é plenamente compatível ser uma grande potência na produção de biocombustíveis e, ao mesmo tempo, ser uma grande potência na produção de alimentos e, ao mesmo tempo, ser um país que sabe preservar o meio ambiente, que sabe cuidar das suas águas. O que nós não podemos aceitar é que as pessoas que já tiveram todo o seu território devastado venham dizer para o Brasil o que a gente tem que fazer. É uma questão de orgulho, não é uma questão de bravata, Guedes, é uma questão de orgulho. É de a gente andar pelo mundo de cabeça erguida.

Eu nunca pensei, ministro Cirne Lima, em defender usineiros. Durante a minha vida inteira eu sempre achei que os usineiros trabalharam para eu nunca ganhar nada na vida, para eu nunca ser eleito. Aí, depois eu virei presidente da República e comecei a ter noção da importância que esse setor tem para o desenvolvimento deste País, do que significa a segunda geração de produção de etanol, do que significa a produção de energia do bagaço da cana, do que significa o mundo começar a consumir álcool para misturar com a gasolina. E comecei a descobrir a importância que a gente tem, dentro do Brasil e que, muitas vezes, por falta de seriedade nossa mesmo, a gente não ganhava os espaços internacionais que nós temos que ganhar.



Por isso, é com muito orgulho que, de vez em quando as pessoas falam: “O Lula defende, elogia o governo Geisel, o Lula elogia não sei das quantas e tal”. Pois eu agora, veja a contradição, Requião: um dos presidentes que permitiu que a gente vivesse o momento político mais crítico da história do País, o presidente Médici, foi o homem que assinou a Embrapa e foi o homem que assinou Itaipu. Em uma demonstração de que cada um de nós tem uma coisa boa para oferecer, tem coisas ruins dentro da gente, e que nós não poderemos ficar julgando eternamente as pessoas por um gesto, ou dois gestos, sem compreender os outros gestos que as pessoas fizeram, que permitiram que o Brasil encontrasse o seu rumo.

Cada um de nós será julgado um dia. Cada um de nós será julgado por aquilo que fez, por aquilo que deixar de fazer, pelos nossos erros e pelos nossos acertos. Esse PAC da Embrapa é para permitir que a geração de hoje da Embrapa, coordenada pelo companheiro Sílvio, seja lembrada, daqui a 20 ou 30 anos, como a geração que definitivamente reconheceu que ou este País investe em pesquisa, em pesquisa e em pesquisa, ou este País será superado por qualquer outro país do nosso continente.

Eu quero dar uma sugestão, viu, Sílvio? O PAC, ele só dá certo se tiver um conselho gestor para acompanhar o gasto do dinheiro. Porque neste País todo mundo sabe que não basta ter dinheiro. Pode ser que o governador tenha dinheiro, o prefeito, o presidente da República. Pode ser que a gente anuncie um programa para gastar milhões e milhões e, no final do ano, não se gaste um centavo daquele 1 milhão, porque ele fica emperrado nos entraves, nas gavetas da burocracia.

Você tem que criar um conselho gestor, ter reunião mensal de cada centavo que foi aplicado e cada centavo que não foi aplicado, saber porque não foi aplicado. Se for preciso afastar alguém que não sabe gastar corretamente o dinheiro, afaste, isso aqui não é uma ação de amigo, isso aqui é uma ação do Estado brasileiro, portanto, as coisas têm que acontecer, não



há tempo a perder. Cada ano que a gente perde, a gente fica um ano atrasado.

E o mundo, neste momento, sobretudo na questão de alimento, não pode esperar. As pessoas agüentam crise econômica, as pessoas agüentam crise política, mas na hora que o mundo se deparar com o problema de falta de alimento, nós vamos ter problema sério.

Eu fui, agora... O Sílvio sabe quantos países vieram pedir, para saber se o Brasil tinha arroz para vender. Arroz. Todo mundo quer comprar arroz. E o Brasil não tem um estoque que possa permitir abrir mão do seu estoque. Já tinha até vendido umas 500 mil toneladas e foi obrigado a parar porque nós não podemos vender e deixar o Brasil correndo risco.

Então, companheiros, o desafio não é do Sílvio, o desafio não é do Reinhold Stephanes, o desafio não é meu. O desafio é de todos nós, brasileiros, trabalhadores e pesquisadores, governos, Poder Legislativo, porque nós temos 3 anos para que a gente prove que valeu a pena acreditar em pesquisa. Porque a Embrapa é uma coisa, mas o Sérgio Rezende tem 41 bilhões de reais para gastar até 2010. É muito dinheiro. Se não for ágil, termina o mandato e o dinheiro está aí sem gastar. Não fica aí, porque tem superávit primário, tem tantas outras coisas que vão consumindo esse dinheiro. E nós não queremos isso.

Eu vim agora, na escada, perguntando para o Sérgio: “Sérgio, está bem? Está funcionando o PAC? Tem conselho gestor?” Ele me disse que criou até um ouvidor, dentro do Ministério, para poder acompanhar.

Então, hoje é um dia de alegria para mim. Alegria pelos 35 anos da Embrapa, alegria pelo PAC, e alegria pelo que o Brasil pode fazer, nesse momento, para ajudar os países em desenvolvimento e para ter uma boa demanda com os países ricos, para que eles possam entender as necessidades dos países pobres.

E, certamente, a Embrapa vai ter problema. Vai ter um monte de gente que não vai gostar que a Embrapa se meta a ajudar a África, a ajudar a



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

América Latina, a ajudar o Caribe, porque eles gostam muito de nós, desde que nós não saíamos do nosso terreiro. E nós queremos visitar outros quintais.

Um abraço, boa sorte e parabéns à Embrapa.

(\$211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a
cerimônia de inauguração da unidade industrial da Braskem**

Paulínia-SP, 25 de abril de 2008

Senhor governador do estado de São Paulo, companheiro José Serra,
Companheiro Edison Lobão, ministro de Minas e Energia,
Senhora deputada Aline Corrêa,
Deputados federais Michel Temer e Doutor Ubiali,
Senhor José Carlos, presidente da Braskem,
José Sérgio, presidente da Petrobras,
Companheiros e companheiras deputados estaduais,
Meu caro Edson Moura, prefeito de Paulínia,
Prefeitos e prefeitas da região,
Senhor Pedro Novis, presidente do Conselho de Administração da
Braskem,
Senhor Emílio Odebrecht, presidente do Conselho da Odebrecht,
Senhor Itamar Sanches, coordenador-geral do Sindicato dos Petroleiros,
Companheiros e companheiras trabalhadores da Braskem,
Senhores e senhoras empresários,
Meus amigos da imprensa,
Companheiros e companheiras,
Direção da Petrobras,
Direção da Braskem,

Esta inauguração é mais um passo importante na estratégia de crescimento do Brasil e na reorganização da indústria petroquímica brasileira. O setor está prestes a atingir o estágio já alcançado por outros ramos da indústria nacional, ou seja, a consolidação.



Desde os anos 60, o Brasil tenta estruturar a indústria petroquímica para que o setor atinja toda a sua potencialidade e avance na competição internacional. Foram dados passos importantes. Dentre eles, a criação da Petroquisa, em 1967, que impulsionou a indústria e levou o Brasil a deixar de ser apenas importador para se tornar também exportador de produtos petroquímicos já na década de 1980.

Mas ocorreram equívocos na década seguinte. O programa de privatização do setor petroquímico, com a alienação de parte das participações da Petroquisa em empresas controladas e coligadas fez com que a Petrobras se recolhesse e cessassem os investimentos significativos no setor. Conseqüentemente, a indústria brasileira não se desenvolveu como poderia e deveria, apesar dos esforços do empresariado.

Com a pulverização do setor em vários grupos de pequeno porte, o País perdeu em competitividade para disputar um espaço de fornecimento de produtos petroquímicos, interna e externamente. A situação começou a mudar quando a Petrobras decidiu voltar ao setor de forma ativa, com forte apoio do governo. Desta vez, não apenas como fornecedora de insumos, mas com participação decisiva na definição dos rumos do segmento no País.

A Petrobras promoveu rearranjos acionários que levaram o setor a ganhar escala para gerar sinergias e obter poder de investimento, viabilizando projetos, como esta fábrica de polipropileno.

Esse processo faz com que, em termos de bens intermediários – um produto crucial para o desenvolvimento sustentável do País, nos próximos anos – a indústria petroquímica nacional agregue muito mais valor na cadeia do petróleo. Com a reestruturação, nós teremos uma indústria com fortes condições de crescer, de atender à demanda brasileira e de competir no exterior.

O crescimento do parque petroquímico brasileiro garante mais valor ao petróleo produzido no Brasil e fortalece os clientes internos para a produção de



suas refinarias. Em vez de vender o petróleo cru, que tem baixo valor no mercado externo, vamos vender resinas plásticas. Imagina, se o petróleo tem baixo valor no mercado externo, imagina o que tem alto valor? Deve ser água de coco, então, que tem alto valor no mercado externo.

Nós temos, hoje, uma janela de oportunidades que está sendo aproveitada e não desperdiçada, como ocorreu em outros tempos no Brasil. O esforço que a Petrobras vem implementando, desde a criação do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, o Prominp, em 2003, tem sido enorme.

Com isso, a empresa criou um ambiente econômico altamente propício para que toda a cadeia produtiva de combustíveis possa atender plenamente ao mercado nacional e, também, alcançar vãos maiores no mercado externo. O produto que vocês fabricarão aqui, como se sabe o polipropileno, vem sendo cada vez mais procurado. A elevação da demanda no ano passado foi de 10% e a tendência é que cresça ainda mais, da indústria automobilística ao agronegócio, a aplicação dessa resina se universaliza. O governo tem plena consciência da importância dessa planta industrial, por isso, quando lancei a pedra fundamental, em fevereiro de 2007, afirmei que gostaria de inaugurar um ano depois. E, felizmente, estamos aqui hoje festejando os resultados obtidos com a inclusão desta obra no contexto do PAC.

O BNDES liberou um financiamento de 566 milhões de reais, o equivalente a 62,8% do orçamento do projeto. Geramos aqui mais de mil empregos para trabalhadores na construção civil e de outros serviços e serão criados, aproximadamente, 120, 150 postos de trabalho e outros mil ou mil e quinhentos indiretos na região, com a entrada em operação desta empresa.

Vou ressaltar alguns aspectos importantes deste empreendimento. A tecnologia que será utilizada na produção foi desenvolvida pela própria Braskem com o objetivo de gerar impacto ambiental mínimo. Além disso, todos os edifícios da indústria foram projetados segundo o conceito de



sustentabilidade. A Braskem também – preste atenção nisso – se comprometeu a investir 7 milhões de reais em projetos sociais e ambientais na região de Paulínia, a doar à Cetesb equipamentos para monitoramento da qualidade do ar e do regime de água da região e a criar um parque de convivência para a população da cidade. Registrado, Emílio, agora é só o prefeito cobrar. Por isso, a Replan e a Revap produzirão não apenas matéria-prima de plástico para a Petroquímica Paulínia, produzirão também maior prosperidade e crescimento econômico para toda a região.

Estamos em festa, soubemos superar as adversidades com muito esforço e muita negociação e comemoramos não apenas a inauguração desta fábrica, mas a consolidação de um período da história deste País, em que o diálogo e a negociação substituíram a criminalização e a repressão pura e simples aos movimentos sociais.

Meu caro governador, José Serra,

Meu caro Emílio Odebrecht,

Meus companheiros e companheiras da Braskem,

Eu quero dizer para vocês que o hábito muda... o traje que uma pessoa usa muda a fisionomia da pessoa. A gente vê aqui Braskem e Petrobras, todos simpáticos, se abraçando, se beijando, você não sabe, Serra, a quantidade de brigas que eu tive... Já começaram a produzir ali, rapidamente... Espero que todo o sistema de segurança funcione bem agora, que a sala de controle funcione maravilhosamente bem... Eu acho, Emílio, que o ar estava preparado só para o meu discurso por escrito, não estava prevendo improvisado aí, montaram um esquema de disparar. Mas, veja, o que eu vou dizer aqui é uma coisa que me orgulha profundamente. Primeiro, porque o setor petroquímico brasileiro finalmente se reestruturou. E essa reestruturação do setor petroquímico vai permitir que o Brasil possa se transformar em um país de grande importância no setor petroquímico.

Ao mesmo tempo, nós vivemos momentos difíceis. Eu dizia, aqui, que a



gente vê hoje todo mundo sorrindo e se elogiando, mas no começo do governo, Serra, o que a Braskem falava mal da Petrobras, o que a Petrobras falava mal da Braskem, o que a Suzano falava mal das duas... A verdade é que o setor não se entendia, e havia a desconfiança concreta se nós queríamos ou não nos transformar em uma nação com uma forte indústria, no setor petroquímico.

E eu acho que o último ano foi um ano primoroso para o setor. Acho que a Petrobras deixou de ser aquele caramujo sem o molusco, porque o caramujo sem o molusco é aquela coisa grande e importante, mas que não se mexia. E a Petrobras começou a se mexer, porque começou a descobrir que sem ela o setor não teria chance de crescer neste País. E a Petrobras cumpriu com a obrigação que ela tem que ter com o Brasil: de ser não apenas a indústria mais bonita do País, a indústria brasileira mais conhecida no mundo, a indústria brasileira que mais tem venda nas ações, mas de ser a indústria brasileira indutora do desenvolvimento de vários setores industriais neste País.

E eu quero te dar os parabéns, meu caro José Sérgio Gabrielli, e à diretoria da Petrobras. É bem verdade que tivemos brigas homéricas com a Petrobras. Brigas homéricas. Se eu não fosse companheiro do José Sérgio Gabrielli, eu diria: o governo teve que impor determinadas coisas. Mas entre companheiros, a gente não impõe, a gente discute e convence. E a Petrobras se convenceu que a grandeza dela não pode ser a grandeza de um caramujo sem o molusco, ela tem que colocar a cara para fora para disputar internamente, não para disputar espaço com a iniciativa privada, para disputar a idéia de fazer as parcerias necessárias, para disputar com empresas estrangeiras, para disputar no mercado estrangeiro e para fazer os investimentos onde tiver oportunidade de a Petrobras fazer.

Essa é uma mudança muito importante na Petrobras, meu caro petroleiro. A Petrobras está deixando de ser uma empresa com uma ótica eminentemente corporativista de que era só dos petroleiros, para ser uma empresa do povo brasileiro, uma empresa multinacional, de importância



excepcional. É esse o papel que a Petrobras tem que ter. E ainda sabe que eu tenho um pouco de divergência porque não estou contente com a participação da Petrobras no continente africano. E é importante lembrar à Petrobras que aquilo que a gente não fizer, outros farão.

Então, temos que aproveitar a nossa competência tecnológica, o nosso conhecimento, a nossa expertise, para que a gente dispute cada milímetro quadrado do Oceano Atlântico, ou cada metro cúbico de água do Oceano Atlântico. Nós não temos que ter medo.

A segunda coisa que eu considero importante nesse momento, e queria repetir um pouco o que eu já disse lá em Campinas, é pedir o apoio dos empresários brasileiros. Certamente o governador José Serra pensa igual a mim, os deputados. É que o Brasil está ganhando muita importância no mundo. Quem viajar o mundo, hoje, vai perceber que a admiração pelo Brasil não é apenas mais pelo carnaval ou pelo futebol, de que a admiração que se tem pelo Brasil é pela seriedade com que nós estamos – empresários, trabalhadores, governo – administrando o futuro deste País.

Mas, sobretudo, é pela demonstração de competitividade e de vantagens comparativas que o nosso País tem se apresentado em vários segmentos produtivos do mundo. Sobretudo quando o Brasil deixa de ser aquele artista coadjuvante e passa a ser quase que um artista principal, no cenário da economia mundial. Não porque sejamos já uma economia consolidada, mas porque temos uma participação política muito definida, porque temos lado e porque temos estratégia de integração internacional.

O papel que o Brasil exerce, na Organização Mundial do Comércio, poderia ser exercido pelos Estados Unidos, poderia ser exercido pela China. Mas não é. É exercido pelo Brasil, porque nós temos uma estratégia de mudar a política comercial no mundo. E a mudança na política comercial no mundo passa pelos países ricos reconhecerem que, ou eles mudam a sua política de subsídios internos, na área da agricultura, para permitir que os países em



desenvolvimento tenham condições de produzir e vender o produto no mercado deles, ou nós vamos ter, durante o século XXI, uma repercussão do século XX: os países que eram ricos continuarão ricos, e os países que eram pobres continuarão pobres.

E por isso estamos atuando na Organização Mundial do Comércio para concretizar a Rodada de Doha. Eles querem que a gente flexibilize na política industrial e no setor de serviços. E nós estamos dispostos a flexibilizar, desde que essa flexibilização não signifique a gente matar o potencial de industrialização que nós temos e, muito menos, matar o potencial de países latino-americanos que começaram, depois de 20 ou 30 anos de atrofiamento da economia, a se desenvolverem e a crescerem. Nós não poderemos estancar isso em favor dos países ricos, mas eles podem flexibilizar nos preços agrícolas para que países, não o Brasil, que é competitivo com eles, mas para que países como africanos tenham chance de produzir um pouco mais e vender para eles.

Nesta discussão toda, aconteceram duas novidades importantes. Primeiro, o Brasil apresenta ao mundo a possibilidade de uma nova matriz energética na área de combustível que atende a todos os requisitos do Protocolo de Quioto. Nós estamos esperando há 50 anos alguém inventar o carro a hidrogênio, não conseguiram inventar. Há 30 anos, a gente detém a tecnologia da produção do álcool e ela está consolidada com a produção do carro flex fuel no Brasil, em que 100% dos carros vendidos no mercado interno são carros que podem andar com 100% de álcool, 100% de gasolina ou com a mistura que eles bem entenderem. Qual é a vantagem? A vantagem é que nós estamos dizendo ao mundo desenvolvido: nós temos um combustível que, em primeiro lugar, gera muitos empregos, em segundo lugar, quando a planta está nascendo, seqüestra o carbono que a indústria dos países ricos e a gasolina deles jogam no ar e, ao mesmo tempo, não emite a quantidade de CO₂ que os carros deles emitem. A União Européia, há três meses, aprovou que, até 2020,



eles vão ter que fazer uma mistura de 10% do álcool na gasolina. E aí começa a competitividade. No primeiro momento, o etanol brasileiro era uma coisa muita charmosa. No segundo momento, os Estados Unidos, um pouco que atropela, inventando de produzir etanol do milho, criando uma outra discussão no mundo, que é a substituição da produção de alimentos pela produção de combustíveis. E, obviamente que, em sua consciência, não é recomendável, do ponto de vista econômico e do ponto de vista de segurança alimentar, sobretudo se a gente pensar também na ração animal, não é recomendável produzir álcool de milho. Ainda mais, governador, quando esse milho é subsidiado. Ora, seria muito mais lógico que os Estados Unidos fizessem parcerias com países da América Central e do Caribe e que eles pudessem produzir uma parte do etanol que os Estados Unidos precisam. Da mesma forma que seria melhor que a União Europeia fizesse até parceria com o Brasil para a gente produzir etanol em terceiros países, sobretudo no continente africano. Quando parecia que as coisas estavam andando mais ou menos certas, aparece a idéia, que eu chamaria de falácia, de tentar dizer que a produção de biocombustível é a responsável pelo aumento dos alimentos que está acontecendo no mundo inteiro.

Vocês sabem, e é importante dizer, que há o início de inflação que vai do Chile à China e um dos setores que está causando inflação é um pouco o do alimento, alimento que está um pouco escasso no mercado. O que está acontecendo, de verdade? O que está acontecendo de verdade não é que o biodiesel aumentou o preço do alimento. Porque o Brasil, que produz mais biocombustíveis, é o país que mais produz alimento, é o que mais produz grãos. Então, não tem esse problema.

O problema é que as pessoas não querem discutir algumas coisas que estão no ar. Por exemplo, meu caro Gabrielli, quanto implica no custo do alimento, o fato de o petróleo ter saído de 30 dólares o barril para 120 dólares o barril. Segundo, quanto implica, no custo do alimento – sobretudo na área de



insumos, fertilizantes – o preço do petróleo hoje.

Ora, ao mesmo tempo em que o petróleo teve esse aumento absurdo, nenhum país importador de petróleo coloca sobretaxa, tarifa, sobre a importação. Mas sobre o etanol brasileiro, eles impõem. Sobre o etanol brasileiro, cada litro que a gente exporta, eles metem uma tarifa para tornar o nosso etanol mais caro, para eles justificarem não comprarem.

O que nós estamos dizendo para eles? A nossa experiência de etanol já evitou jogar no ar 644 milhões de toneladas de CO₂ nesses últimos 30 anos. O plantio de cana seqüestra carbono quando a cana está crescendo, e evita jogar no ar o CO₂ quando nós utilizamos o álcool como combustível.

Ora, essa briga é uma briga comercial. É uma briga de alguém que não se conforma de o Brasil virar o maior exportador de carne do mundo, o maior exportador de café, o maior exportador de suco de laranja, o maior exportador de minério de ferro, o maior exportador de tantas outras coisas. Já não é mais o país do carnaval, ou o país do samba. Ainda gostamos de samba e de carnaval. Mas também já é o terceiro exportador de avião do mundo, é um dos maiores exportadores de telefone. Essa semana, nós chegamos a 126 milhões de telefones celulares neste País.

E isso tudo começa a incomodar países que tinham hegemonia. Começa a incomodar muito mais quando a Embrapa começa a montar escritório na América Latina, e começa a montar escritório na África. Porque nós queremos ajudar tanto a África quanto a América Latina a ter a mesma performance que o Brasil tem na chamada “agricultura tropical”, agricultura essa em que o Brasil é invencível.

Eles vão ter que aprender que esse debate falso de dizer que a inflação é por conta do etanol vai ficar muito mais difícil, Emílio, quando você anunciar que daqui a uns dias os carros estarão sendo fabricados com um material de plástico, que hoje é subproduto do petróleo, subproduto da cana. Eu terei um prazer de viajar para os Estados Unidos ou para a Europa com o primeiro



“carro verde”, cheirando a cachaça – não vai cheirar a cachaça não, vai? Porque é capaz de eles começarem a lamber o nosso carro lá fora. Eu terei imenso prazer em chegar em um país com o nosso primeiro “carro verde”, com plástico produzido do álcool, para eles perceberem que o etanol veio para ficar.

Eu estou dizendo isso, Serra, porque nós vamos precisar que os empresários brasileiros, os políticos brasileiros e a imprensa brasileira comprem essa briga. Essa briga não é uma briga pequena, não. É uma briga grande. É uma briga... A gente não pode permitir, e não queremos, que quem tiver a sua agricultura ajeitada desmonte a sua agricultura.

Eu acho que todos nós seríamos chamados de insanos se a gente não tivesse terra e falássemos: “Olha, a gente não quer produzir alimentos. Vamos produzir álcool, álcool e mais álcool. Vamos produzir biodiesel e biodiesel”. Ora, Deus fez do ser humano seu único animal racional que passou pela terra. E por sermos racionais, nós sabemos que o primeiro tanque que a gente tem que encher é o nosso próprio “tanque”, porque se o nosso “tanque” estiver vazio, a gente não tem nem força para breicar o carro, a gente não tem nem força para acelerar. Então, imaginar que a gente vai trocar a produção de alimentos por álcool é uma decisão medíocre, pobre de espírito e, eu diria, vergonhosa, para quem não sabe fazer uma briga comercial ou uma briga tecnológica no nível que ela precisa ser feita.

Vocês sabem que eu tenho pautado a minha vida na Presidência da República por respeitar a relação internacional. Eu trato bem do Chile à China, do Japão ao Paraguai, nunca faltei com respeito à soberania de nenhum país, nunca destratei nenhum presidente da república, porque a relação de Estado permite que a gente seja muito civilizado. Entretanto, nós não ficaremos quietos se continuar as mentiras deslavadas sobre o etanol brasileiro ou sobre o biodiesel brasileiro. Não é uma briga do presidente da República. Nós não podemos aceitar que eles digam que a cana-de-açúcar tem trabalho escravo. Pode ter empresários que não pagam corretamente. E nós vivemos um drama:



quando queremos mecanizar a agricultura da cana, os sindicatos são contra, porque vai gerar desemprego. Mas isso, nós resolveremos aqui dentro. A pergunta que eu faço é a seguinte: os trabalhadores no corte de cana sofrem, hoje, menos do que sofriam os trabalhadores na mina de carvão, no século XIX, na Inglaterra? Não. Certamente o corte de cana é infinitamente melhor do que trabalhar na mina de carvão e foi assim que eles se industrializaram. Aí, dizem: “Ah, vai invadir a Amazônia”. Qual é o conhecimento que eles têm para dizer que a gente vai ocupar a Amazônia? Eles não têm nem noção do que é a Amazônia. Se eles gostassem tanto de árvores em pé, eles não teriam desmatado o seu continente no século XX, eles não teriam feito o que fizeram e não estariam emitindo tanto CO2. Nós queremos preservar a Amazônia, mas é importante que eles saibam que não tem hoje nenhum país no mundo que tenha as condições de terra, de sol e de água para produzir produtos agrícolas e para produzir biocombustíveis. São 400 milhões de hectares fora da Amazônia de terras agricultáveis. Desses, apenas 1% planta cana-de-açúcar.

Então, meu caro Emílio, a Braskem que vai produzir o plástico verde aí, com sabor 51, com sabor Velho Barreiro ou com sabor sei lá o que é, nós precisamos comprar essa briga enquanto nação brasileira e obrigá-los a dizerem qual é a verdadeira razão pelo aumento do alimento em alguns países do mundo. Seria mais fácil serem honestos e dizerem: Está faltando alimentos porque os subsídios na Europa não incentivam os africanos a produzirem. Está faltando na Europa ou está faltando no mundo, porque os Estados Unidos deveriam incentivar os países da América Central a produzirem. Não é nem por isso: está aumentando o alimento porque tem mais chinês comendo, porque tem mais indiano comendo, porque têm mais africanos comendo e porque tem mais gente no Brasil comendo, porque tem mais gente no Nordeste comendo. E essa é uma causa boa. Se está faltando alimentos porque aumentou o consumo... E Deus queira que o povo queira cada vez comer mais, porque só tem uma solução: é a gente plantar mais. E nós sabemos que plantar mais é



uma coisa que o Brasil sabe fazer, tem disposição e tem sol, terra, água e tecnologia como nenhum outro país.

Eu tenho lido a imprensa internacional, Serra, tenho acompanhado viagens de empresários e o que eles tentam fazer com o Brasil é achar que a gente ainda é aquele paizinho tacanho, em que um gringo falava grosso e a gente baixava a cabeça. Eles não compreendem o seguinte: este País tem auto-estima, este País tem soberania e este País não quer pedir licença para crescer, este País tem o direito de crescer, este País tem o direito de utilizar a sua inteligência para se transformar em uma grande nação.

O Serra certamente tem a mesma idade que a minha, metade do século passado a gente passou acreditando que era a vez do Brasil, é agora. Depois, inventaram que o Brasil ia ser o celeiro do mundo. Nem chegou a nossa vez e nem nós viramos o celeiro do mundo. Pois bem, outra vez eu poderia dizer para vocês: a chance é agora de o Brasil se industrializar, de o Brasil se transformar em uma economia forte e de o Brasil se transformar em um dos maiores exportadores de alimentos do mundo sem abdicar da produção de combustível renovável, limpo, gerador de empregos e gerador de riquezas. É uma briga, companheiros e companheiras, que para dar uma resposta para eles nós vamos ter que participar de fóruns internacionais cada vez mais.

Em novembro, Serra, estaremos convidando, em São Paulo, uma conferência internacional sobre biocombustíveis. Queremos trazer governantes, queremos trazer ONGs, queremos trazer todos aqueles que ousam falar insanidades contra o Brasil e contra a produção de alimentos.

E, para terminar, eu quero dizer para todos vocês que essa é uma briga extremamente importante para nós. O mundo vai precisar utilizar etanol e eles não têm muita escolha. Na Alemanha, ou produzem etanol de beterraba, que é muito mais caro, ou compram o etanol do Brasil, da cana-de-açúcar, que é muito mais barato. Nos Estados Unidos, ou compram do Terceiro Mundo o etanol da cana, ou vai encarecer a tortilla, lá no nosso querido México e



América Central. Esse é um debate que não tem nada de ideológico, é um debate eminentemente comercial, é um debate de ocupação de espaço na geografia comercial do mundo. Eu queria pedir a compreensão de vocês para que se nós fraquejarmos... e nós também temos que medir as nossas palavras, porque cada bobagem que a gente fala no Brasil, hoje, é logo, logo veiculada pela Internet ou pela imprensa nos países europeus. E quando a gente fala que está tendo muita queimadas no Brasil, quando a gente fala que tem não sei o quê no Brasil, eles esfregam na cara da gente, lá fora, o que nós mesmos falamos de nós.

Então, Serra, você que é governador de um estado que é o carro-chefe na produção de etanol, que é o carro-chefe na produção de carros flex-fuel e sabe que parte da riqueza de São Paulo se deve à indústria do álcool e do açúcar, tem defeito, sim, mas tem muitas virtudes. Os defeitos, a gente vai ter que consertar e as virtudes, nós vamos ter que aproveitar e o mundo não vai prescindir do etanol e o Brasil vai cada vez produzir mais, melhor e produzir muito mais por hectare do que a gente produzia há alguns anos. Eu espero que essa guerra não aconteça, mas se eles quiserem fazer a guerra tecnológica, fazer a guerra verbal, fazer a guerra ambiental, é importante eles saberem que faz muito tempo que o Brasil não quer participar de guerra, mas o Brasil dessa, certamente, nem fugirá e, tenho certeza, vencerá essa luta porque nós estamos com razão. Eu espero que os empresários assumam essa bandeira. Espero que a imprensa brasileira preste atenção no que está acontecendo no mundo, porque eu tenho certeza que o etanol e o biodiesel significam uma vantagem comparativa do Brasil neste mundo globalizado.

Um abraço e muito obrigado.

(\$211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia de assinatura de ordens de serviço do PAC em municípios da
região do Alto Tietê**

Guarulhos – SP, 28 de abril de 2008

Meus queridos companheiros e companheiras de Guarulhos e das
cidades vizinhas,

Meu querido companheiro Elói Pietá, prefeito de Guarulhos,

Meu querido companheiro Marcio Fortes, ministro das Cidades,

Fernando Haddad, ministro da Educação,

Marta Suplicy, ministra do Turismo,

Companheiros e companheiras deputados e deputadas federais: Janete
Pietá, deputada Federal; Carlos Zarattini, deputado federal e Camilo Cola,
deputado federal pelo Espírito Santo,

Meus companheiros deputados estaduais aqui presentes,

Meus companheiros prefeitos: André Luis do Prado, de Guararema;
Armando Tavares Filho, de Itaquaquecetuba; Benedito Rafael da Silva, de
Salesópolis; Genésio Severino da Silva, de Arujá; João Bosco Rezende de
Sousa, de Areias; Jorge Abissamra, de Ferraz de Vasconcelos; Junji Abe, de
Mogi das Cruzes; Marco Aurélio de Sousa, de Jacareí e Marina Lozano, de
Lavrinhas;

A nossa companheira vice-prefeita, Eneide Moreira Lima,

Companheiro Paulo Carvalho, presidente da Câmara de Vereadores de
Guarulhos,

Companheiros vereadores aqui presentes,

Secretários Municipais,

Nossa querida companheira Eliete Rodrigues Bispo, que falou em
homenagem às pessoas que estão recebendo as casas,



Companheiros e companheiras,

Primeiro, eu não tenho dúvida nenhuma, Elói, que Guarulhos está recebendo o maior programa de urbanização de toda a história de Guarulhos. Nós tomamos uma decisão de que era preciso resolver os problemas das grandes cidades brasileiras. Eu sei que muitas vezes um prefeito de uma cidade pequena pode até não gostar, mas desde 2003 que eu ficava incomodado quando nós pegávamos o dinheiro para fazer casa e o dinheiro para fazer saneamento básico e a gente pulverizava ele em quase seis mil municípios e não levava em conta que o grande problema habitacional e o grande problema de saneamento básico não está no interior, ele está exatamente nas capitais brasileiras e nas cidades vizinhas das capitais, como Guarulhos, Osasco, Santo André, Mauá, Diadema, Itaquaquecetuba, ou seja, as grandes cidades é que vão juntando as pessoas pobres morando em lugares inadequados. E isso aconteceu porque durante toda a década de 70, portanto há 38 anos, aconteceu que a economia brasileira foi deixando de crescer, a economia não crescendo, não gerava empregos, mas a população ia nascendo do mesmo jeito, ia nascendo mais gente, menos emprego, mais desemprego, mais gente que procurava morar em favelas ou lugares inadequados, nas encostas de morro, nas beiras de córrego e foram sendo construídas as grandes favelas em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba. Onde tinha uma capital, as favelas foram nascendo em volta da capital.

Então, eu tomei uma decisão de que era preciso dar um paradeiro nisso. Era quase que fazer uma reparação nos erros que tinham sido cometidos por prefeitos e governadores que governaram este País há 30 anos. Quando uma pessoa ocupa um lugar inadequado para morar, se o prefeito intervém imediatamente e tira aquela pessoa, fica fácil arrumar uma casa para uma pessoa morar. Se são 10 pessoas e o prefeito intervém, fica fácil tirar 10



peças e arrumar um local adequado para fazer 10 casas. Mas quando se transformam em 200, 300, 400 mil famílias, aí vira um problema social enorme e a gente não consegue mais mexer e as favelas vão cada vez crescendo mais.

O PAC está dando um paradeiro nisso. Nós estamos pegando as palafitas do País, as favelas do País, as maiores, e estamos urbanizando, fazendo ruas, levando casa, fazendo pronto-socorro, fazendo área de lazer, que é para a gente pensar que daqui 15 ou 20 anos, a gente vai ter um País muito mais humano, muito mais justo do que o País que nós pegamos em 2003, quando nós começamos a governar este País.

Eu fui visitar uma casa agora. Essa casa tem quantos metros, Marcio? Essa casa tem 42 metros? Quarenta metros. Obviamente que todo mundo gostaria de morar em uma casa de 100 metros, 180 metros, 200 metros. Eu, a primeira casa que comprei na minha vida, no Parque Bristol – não sei se alguém conhece – onde fica o Simba Safári, ali, em São Paulo, a primeira casa que eu comprei, Elói, eu comprei uma casa em uma rua chamada Rua Verão. Mas não era rua, era uma pirambeira que, quando chovia, eu, para ir trabalhar, tinha que ir de galocha e não tinha nem guia e nem sarjeta para pisar. Eu comprei um desgraçado de um fusquinha. Toda vez que chovia, esse fusquinha ficava guardado no fundo do quintal, porque eu não tinha garagem, porque eu não podia subir de fusquinha.

Bem, aí a casa era tão velhinha que eu vou contar um caso para vocês: em 1971, minha mulher morreu, e a gente estava no velório. Acho que entraram umas 20 pessoas na sala, sabe o que aconteceu, Marcio? O assoalho afundou. O assoalho afundou, aí caiu o caixão, ou seja, nós tivemos que mudar de quarto. Para ver a situação em que eu morava.

Depois eu mudei para São Bernardo. A primeira casinha que eu comprei tinha 33 metros quadrados, menor do que essa daqui. E lá eu tive, com a Marisa, todos os nossos filhos. Depois a gente vai ganhando um dinheirinho,



vai aumentando um quarto, vai aumentando um outro quartinho, vai fazendo um banheiro novo. É assim que o pobre constrói a sua vida. O pobre não tem uma casa grande na hora que ele tem a primeira casinha. Ele, às vezes, começa com um quarto e cozinha, e um banheiro sem reboque. Mas se a gente tiver um terreno, a gente constrói a casa com que a gente sonha.

Por isso, eu queria dar parabéns à Caixa Econômica Federal, ao Ministério das Cidades, por terem inventado esse PAR. Isso já não é do nosso governo, isso é de antes do nosso governo. E eu acho que é extremamente promissor uma pessoa poder comprar um apartamento desses e pagar 240 reais de prestação, como se fosse um aluguel, e depois fica para ele a casa. É uma coisa... Porque em alguns lugares em São Paulo, um quarto e cozinha, em uma favela, custa 200 reais por mês. E ainda tem que pagar a luz por fora.

Então, eu quero dar os parabéns à Caixa Econômica pela manutenção desse programa. E ao Ministro das Cidades pelo trabalho que tem feito aqui, em Guarulhos, construindo muitos conjuntos habitacionais. Essa é a primeira coisa que eu queria falar.

A segunda coisa que eu queria falar é a questão do emprego. Elói, as informações que eu tenho, do Ministério do Trabalho, é de que já foram criados, no nosso governo, 70 mil empregos aqui na cidade de Guarulhos. Essa questão do emprego, eu venho a Guarulhos, só para vocês terem idéia, desde 1978. Eu, naquele tempo, tinha ódio de política, não gostava de política, jamais tentei ser vereador, jamais tentei ter um partido político, mas eu vinha aqui porque a Jane era metalúrgica, era candidata à oposição, no Sindicato dos Metalúrgicos, e eu vinha aqui, como presidente do Sindicato de São Bernardo, apoiar a Jane. Pois bem, hoje... ela não foi presidente do Sindicato, mas é deputada federal e eu sou presidente da República, depois de 20 anos de labuta.

Uma outra coisa importante, Elói: eu vim aqui visitar a universidade que nós fizemos. Ela está com 10 cursos, hoje? Quatro cursos, só? Veja, essa



universidade tem que crescer, e ela vai crescer na hora em que começar a haver mais demanda de alunos. Nós vamos ter que colocar mais salas de aula, mais professores e vamos ter que fazer crescer. Porque não justifica uma cidade como Guarulhos, com mais de um milhão de habitantes, não ter uma universidade federal. Então, nós estamos começando a fazer isso, é um bom começo. Mas não é apenas a universidade.

Eu estou vendo aqui o pessoal da Ubes, estou vendo o pessoal da Une, estou vendo o pessoal da UJS, estou vendo jovens ali. Eu quero dizer o seguinte: este ano, nós tivemos inscritos no ProUni mais 110 mil jovens. Eu não sei se todos vão conseguir entrar, mas, certamente, nós chegaremos a 400 mil jovens no ProUni. E, se Deus quiser, até 2010 ou 2011, nós vamos ter mais 200 ou 300 mil jovens na universidade por conta do Reuni, que é um outro programa para colocar jovens nas universidades federais. Além disso, é importante a juventude ficar alerta, aqui em Guarulhos tem um programa ProJovem. Eu não sei quantos alunos tem, mas até 2010, nós queremos atender três milhões e meio de jovens de 15 a 29 anos no ProJovem, trazendo o jovem que abandonou a escola para a escola outra vez, garantindo para ele uma ajuda de custo e ensinando para ele uma profissão para que ele possa trabalhar, ajudar a sustentar a sua família e com o salário do seu trabalho, ele poderá voltar a estudar à noite, ou quem sabe, se Deus quiser, estudar de dia na Universidade Federal.

Companheiros e companheiras, o Brasil passa por uma transformação importante. O que está acontecendo aqui em Guarulhos, está acontecendo no Brasil inteiro. Hoje, nós temos obras do PAC em mais de 5.200 municípios brasileiros. Nós estamos gastando isso por quê? Porque nós entendemos que na medida em que a economia brasileira vai crescendo, é preciso que a gente faça crescer junto com a economia também a possibilidade de emprego, o salário do trabalhador, para que as pessoas se sintam mais orgulhosamente contempladas com a política de governo.



E eu sei que a gente ainda tem muita coisa para fazer em Guarulhos. Não pense que eu não tenho consciência de que o Elói não fez tudo aqui. O Elói, eu sei que não fez tudo aqui ainda. Ninguém consegue fazer tudo em oito, nove ou 10 anos. É preciso que a gente tenha uma quantidade de pessoas que vão assumindo compromissos e cada um faça mais do que o outro. Nós, agora, temos que trabalhar para que quem vier no lugar do Elói possa fazer mais do que o Elói. Não pode fazer igual e nem menos, tem que fazer mais. Quem vier depois de mim... O Marcio estava me contando hoje, dia 1º de maio, vai faltar 32 meses para terminar o meu mandato. Quem vier depois de mim, eu só tenho que pedir a Deus, todos os dias e toda hora, para que seja uma pessoa até mais abençoada do que eu e que faça mais do que eu, que olhe para os pobres mais do que nós estamos olhando. Porque seria mesquinhar a gente ficar torcendo para quem vier depois de nós ser pior do que a gente, porque quem sofre não é quem está no governo, quem sofre é o povo pobre deste País que precisa melhorar de vida. É para essas coisas que a gente tem que ficar alerta, porque está cheio de gente que só gosta de pobre em época de eleição. Em época de eleição, pobre vira a coisa mais linda do mundo. Agora, nós já aprendemos quem é que gosta de pobre antes, durante e depois das eleições. Nós já sabemos. Então, a gente não pode permitir que este País sofra um retrocesso.

Essas obras do PAC são muito dinheiro, gente. Aqui para a região, são quatrocentos e poucos milhões de reais, aqui para Guarulhos. Quatrocentos milhões de reais, fazia 100 anos que Guarulhos não tinha, para fazer obras públicas.

Agora, é preciso que o povo ajude o prefeito. É preciso que o povo ajude, é preciso que o povo compreenda, ajude a fiscalizar. Porque às vezes uma obra pode parar na Câmara, às vezes uma obra pode parar no Ministério Público, às vezes uma obra pode parar no Tribunal de Contas. Então, é importante que vocês fiquem alertas. Porque só tem sentido a gente colocar



esse montante de dinheiro, se esse montante de dinheiro resultar em benefício para as pessoas, como aquela senhora magrinha que falou aqui: a alegria dela, que tem quatro filhos, de ter a sua casinha. Todo mundo sabe que não tem nada melhor para uma mãe do que uma casinha, mesmo que seja pequena. Da mesma forma que um passarinho fêmea precisa fazer o ninho para chocar o seu ovo, uma mãe precisa de uma casinha para cuidar dos seus filhos e para criar os seus filhos.

Agora, não é apenas a casa. É preciso que tenha escola, é preciso que tenha pronto-socorro. Vocês estão lembrados que eu vim aqui na campanha do Elói, e eu prometi que a gente ia fazer, lá no Pimenta, o hospital. Está feito o Hospital de Pimenta. Vai precisar fazer a segunda parte. Ou seja, já fizemos metade, falta fazer a outra metade.

A minha vinda aqui é apenas para dizer para o companheiro Elói: Elói, a minha relação com essa cidade não é uma relação de presidente da República, é uma relação que eu tenho há mais de 37 anos, é uma relação que eu tenho há muitos anos. A mesma relação que eu tenho com Guarulhos, eu tenho com Osasco, eu tenho com São Bernardo, que são cidades que tinham, naquela época, grande quantidade de metalúrgicos. Hoje já deve ter outras categorias, já deve ter muitas outras fábricas aqui. Então, eu tenho quase que um compromisso moral, um compromisso de fé.

Eu quero dizer para você que eu digo que moro em São Bernardo, mas qualquer dia desses, eu vou começar a dizer que moro em Guarulhos, de tão bonita que está ficando Guarulhos.

Queria, Elói, terminar dizendo para vocês, companheiros e companheiras, para ninguém ficar ressentido, porque de vez em quando as pessoas ficam ressentidas: nós não vamos fazer a terceira pista do aeroporto aqui, em Cumbica, por uma razão econômica. Ou seja, deixaram muita gente ocupar em volta de Cumbica e, portanto, vai ficar caro. Nós vamos fazer uma reforma, vamos fazer o terceiro terminal, vamos aumentar a pista, vamos



aumentar o pátio, para que Guarulhos possa receber muito mais gente. A obra era para estar acontecendo agora, mas houve um problema no Tribunal de Contas da União. Na sexta-feira, eu falei com o ministro Jobim. Vamos ver se a gente retoma essa obra o mais rápido possível.

Mas, de qualquer forma, eu quero que o povo de Guarulhos saiba, e dessa cidade, os que estão aqui, que não falta dinheiro para o Elói trabalhar até o dia 31 de dezembro, quando terminar o seu mandato e você tiver que dar posse para outro.

As pessoas que vão morar nessa casa, aqui, eu peço a Deus que vocês tenham muita, mas muita compreensão de que morar em uma casa que não enche d'água, que não chove dentro, que tem banheiro, que tem torneira, que tem chuveiro, não deveria ser um privilégio para ninguém. Mas para quem morou em uma favela até ontem, eu acho que é quase que chegar perto do céu a gente ter a casinha da gente, de alvenaria.

Meu companheiro Elói, parabéns para vocês, parabéns para o povo de Guarulhos e que Deus abençoe cada um de vocês. E obrigado pela paciência de esperar a gente até agora, sem almoço.

Agora eu vou descer aí para cumprimentar as pessoas, mas eu queria pedir para o pessoal que estiver atrás não fazer empurra-empurra, porque tem criança aqui na frente e mulheres, e não é importante empurrar.

Um abraço e até a inauguração das obras do PAC.

(211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia em comemoração ao Dia do Diplomata**

Palácio Itamaraty, 29 de abril de 2008

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,
Senhoras e senhores embaixadores estrangeiros acreditados junto ao
meu governo,

Embaixador Fernando Guimarães Reis, diretor do Instituto Rio Branco e
paraninfo da turma 2005/2007,

Meu caro orador, Thomaz Diniz Guedes,

Senhoras e senhores embaixadores,

Meus caros formandos do Instituto Rio Branco,

Senhoras e senhores,

Pela 6ª vez desde o meu primeiro mandato, venho ao Itamaraty para
celebrar a formatura de mais uma turma de diplomatas. Quero compartilhar
com vocês, com seus familiares e amigos a alegria deste momento, mas quero
também lhes transmitir um sentimento que acompanha a minha trajetória de
homem público.

A política externa, como toda atividade política, como quase tudo na
vida, é feita de razão e de emoção. Há poucos dias, retornei a Gana, em minha
8ª viagem à África, para participar da reunião da Unctad. Lá discutimos temas
importantes para o futuro do mundo, mas lá também vivi a emoção de visitar a
“Casa Brasil”, uma homenagem à comunidade dos Tabons, descendentes de
escravos retornados, que preservam em solo africano um pouco do Brasil que
seus antepassados conheceram. Foi um encontro que serviu para lembrar a
força dos vínculos que unem o Brasil ao continente africano e que devem fazer
da diplomacia essa mistura de razão e emoção que acabo de mencionar.

Inaugurei em Acra, o escritório regional da Embrapa na África. Em



breve, a Fiocruz deverá abrir uma representação em Moçambique, onde também vamos instalar uma fábrica de antiretrovirais.

Nos últimos anos, o comércio do Brasil com a África quadruplicou. Aumentaram os projetos, a recuperação e o investimento. Nosso relacionamento com a África é parte da renovação de nossa política externa. Buscamos aliar a solidariedade aos benefícios de uma relação densa nos campos político e econômico. Nessa interação, brasileiros e africanos saem ganhando.

É assim que vemos a cooperação Sul-Sul. O interesse é recíproco e as vantagens também. Estamos reforçando nosso relacionamento com os países árabes e com os parceiros da Ásia. Iniciativas como a Cúpula América do Sul/Países Árabes, a Cúpula África/América do Sul ou IBAS, que nos une à Índia e à África do Sul, são fatos novos na política internacional.

É evidente, que tudo começa aqui na nossa querida América do Sul, na nossa casa. Começa no trabalho que estamos fazendo no Mercosul e na Unasul. É o que buscamos ao intensificar as parcerias na América Central e no Caribe. Em todas essas iniciativas, temos sempre procurado favorecer, sem abrir mão dos nossos princípios, o diálogo e o entendimento.

Na recente crise entre o Equador e a Colômbia, o Brasil agiu com serenidade e firmeza para que prevalecesse a justiça e a moderação. São posturas equilibradas que, sem perder de vista o que é certo ou errado, permitem apaziguar as tensões e encontrar o caminho justo para resolver as controvérsias.

A paz e o entendimento devem guiar o projeto comum que nós, sul-americanos, queremos para a região. Para isso, temos que demonstrar maturidade política.

O Brasil sediará uma cúpula extraordinária da União de Nações Sul-Americanas. Vamos consolidar a Unasul, concluir seu acordo constitutivo e dar passos seguros na criação de um conselho de defesa sul-americano. Com



vontade política, desejo de cooperação e respeito às nossas diferenças, poderemos avançar em nossa integração.

Todos os líderes da América do Sul estão determinados a cumprir a vocação regional de viver em paz e alcançar níveis mais altos de desenvolvimento econômico e social. Só assim, teremos presença forte no mundo multipolar que está se desenhando. Nada conseguiremos sozinhos.

O mundo em que vivemos nos oferece um espetáculo paradoxal. Vemos mudança por toda parte. Novas descobertas da ciência, maravilhas da tecnologia, invenções que transformam nossas vidas e abrem perspectivas para milhões e milhões de pessoas. Mas, ao mesmo tempo, persiste a fome, a miséria, a exclusão e a desesperança. Aí está a maior ameaça à paz. Esse é o terreno propício para o surgimento dos fundamentalistas. Não basta combater as conseqüências da iniquidade, é preciso atacar as causas das desigualdades. Os frutos da globalização não podem ser privilégio de alguns. Homens e mulheres precisam, em todas as partes, perceber no seu dia-a-dia que o progresso conquistado tem reflexo na qualidade de suas vidas. Os países em desenvolvimento precisam colocar os seus problemas no centro do debate, devem participar da elaboração da agenda internacional. O Brasil está disposto a atuar sem arrogância, sem megalomania, sem pretensões hegemônicas, mas com o sentimento de que somos um grande país e que temos o que dizer ao mundo. Por essa razão, estamos presentes na estabilização do Haiti. Por essa razão, aspiramos reformar a ONU e seus mecanismos de segurança coletiva.

Tomemos um caso particular, o da crise mundial de alimentos. Alguns querem atribuí-la aos biocombustíveis. Essa é, no mínimo, uma distorção absurda. A experiência brasileira demonstrou que os biocombustíveis, além de não ameaçar a segurança alimentar, geram emprego e renda no campo e ajudam a combater o aquecimento global. Há duas semanas, tratei desse tema neste mesmo auditório, durante a conferência regional da FAO. Falei, de novo,



sobre isso na África e continuarei falando onde for preciso, porque o Brasil não pode e não deve ter medo deste debate.

Se hoje mais pessoas estão comendo, deveríamos estar comemorando. Quando lancei a ação contra a fome e a pobreza, jamais pensei que o consumo de alimentos pudesse ser utilizado como argumento contra nós. Se os países ricos desejam realmente aumentar a oferta de alimentos, por que não eliminam os subsídios que dão à sua agricultura? Isso estimulará a produção nos países mais pobres que têm mais terras, mais mão-de-obra e, agora, como ficou provado no caso do Brasil, tecnologia avançada. Espero que essa discussão tenha impacto positivo na Organização Mundial do Comércio.

Continuamos empenhados em garantir que a Rodada de Doha seja concluída o quanto antes. Tenho conversado com os líderes das principais potências mundiais sobre a OMC e outros temas globais. Com os Estados Unidos, com os países da União Européia, com qualquer outro país desenvolvido, nossa atitude é a mesma: acreditamos na negociação em base de igualdade e respeito mútuo. Temos muito a ganhar expandindo nossas relações com esses países, parceiros tradicionais no processo de desenvolvimento brasileiro.

Meus caros formandos,

Na execução da política externa, tenho a satisfação de contar sempre com a competência, o conhecimento e a dedicação dos quadros do Itamaraty. Vocês pertencem a uma carreira de Estado, portanto, são os garantes do interesse nacional. O Ministério das Relações Exteriores é uma instituição estratégica para o governo, são crescentes as demandas na frente externa, a presença e os interesses do Brasil no mundo se ampliaram enormemente. Nossa presença no mundo é parte essencial de nosso projeto nacional de desenvolvimento. Para isso, a diplomacia brasileira precisa estar à altura dos desafios, precisa dispor dos meios administrativos e orçamentários para cumprir suas funções de modo adequado. O aperfeiçoamento das atividades



do Ministério requer investimentos nas áreas de cooperação técnica, de fusão cultural, promoção comercial e proteção às comunidades brasileiras no exterior. Exige, também, como já disse aqui, no ano passado, condições dignas de representação, incluindo a construção ou a compra de imóveis próprios para nossas missões no exterior. Em meu governo, não tenho medido esforços para dotar o Itamaraty dos recursos necessários para cumprir a contento a sua missão.

Vocês, caros formandos, são privilegiados por servirem a Casa de Rio Branco. Terão a chance de trabalhar pelo Brasil. Ao engrandecer o país, vocês estarão engrandecendo a si mesmos. Mas é muito importante que a indispensável maturidade que a carreira exige não arrefeça os ideais da juventude. Todos sabem que tenho lutado por uma política de solidariedade, isso nada tem de incompatível com a defesa do interesse nacional, ao contrário. Muitas vezes, o nosso interesse de longo prazo é melhor defendido com a postura de cooperação e compreensão, assim obtemos mais resultados que pela confrontação. Não importa se nosso interlocutor é de um país grande ou pequeno, o respeito tem que ser recíproco. O Brasil procura tratar cada parceiro com a mesma atitude de concórdia, abertura ao diálogo e desejo de chegar a um denominador comum. A política externa que praticamos é sem preconceito, baseia-se em valores como a democracia, a justiça e a igualdade, é pautada por um sentimento de genuína fraternidade. Essa é a herança que nos deixou o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, diplomata que vocês escolheram como patrono da turma.

Quando a Europa vivia a longa noite do Nazifascismo, Souza Dantas ousou agir segundo sua consciência. Enquanto muitos se omitiram, ajudou refugiados judeus que tentavam escapar à barbárie. Mostrou coragem e dignidade, colocou o ser humano em primeiro lugar. Isso é exatamente o que o mundo de hoje precisa: mais humanidade.

Os pais, parentes e amigos dos formandos que aqui estão podem ficar



orgulhosos. Tenho certeza de que vocês, jovens diplomatas, saberão honrar esses ideais.

Meus amigos,

Minhas amigas,

Duas coisas importantes que eu queria falar para vocês no meu tradicional improviso, que tanto preocupa o meu Ministro das Relações Exteriores: eu penso que os diplomatas brasileiros sabem que o que está acontecendo no mundo de hoje e, nesse mundo, a relação do Brasil de forma prioritária para a América do Sul, América Latina e Caribe e para o continente africano tem uma razão de ser. É como se nós tivéssemos uma artéria em que a Europa e os Estados Unidos pertencessem a uma grande parte do coração e que, durante quase que um século, o sangue dessa artéria fosse irrigado apenas por essa parte do coração que tinha União Européia e os Estados Unidos. Nós agora queremos irrigar o coração todo. E por isso, estamos olhando um pouco o que vai acontecer com o continente africano nos próximos 20 ou 30 anos, ou o que vai acontecer no Caribe, na América Latina e na América do Sul nos próximos 20 ou 30 anos. Não estamos pensando apenas no agora, apenas no hoje ou apenas no amanhã, estamos pensando em duas décadas para a frente, quando certamente a África não será tão pobre como é hoje, quando certamente a América Latina não será tão pobre quanto é hoje e, certamente, quando a nossa relação com esses continentes e, sobretudo, com os países irá permitir que a gente não esteja vulnerável na nossa balança comercial, nos acordos ou nas atividades econômicas que fazemos.

Por que isso é importante? Isso é importante pelo que está acontecendo neste momento agora. Imaginem vocês se a crise imobiliária americana que está acontecendo neste momento tivesse acontecido no Brasil há 15 anos? Certamente essa crise teria resvalado no Brasil e certamente nós teríamos tido uma crise possivelmente como tivemos quando aconteceu a crise asiática. Por que dessa vez nós estamos não tão tranquilos, mas maduramente tranquilos e



assentados com o pé no chão? É exatamente por causa da política externa brasileira, é exatamente pela diversificação que nós fizemos, é exatamente pelo equilíbrio na balança comercial que conseguimos criar com a América Latina, com a África, com o Oriente Médio e com o continente asiático. Já não dependemos mais de uma potência ou de duas potências, temos produtos para vender em vários lugares do mundo e temos dinheiro para comprar em vários lugares do mundo. Isso nos dá um pouco a sensação de liberdade, isso nos dá um pouco a sensação de poder escolher os parceiros sem relegar a um segundo plano os parceiros antigos. Não. Nós sabemos a importância que têm os Estados Unidos na vida deste País. Nós sabemos a importância que tem a União Européia na vida deste País. Mas precisamos procurar novos parceiros para que a nossa relação seja mais forte ainda com os Estados Unidos e com a União Européia. Afinal de contas, quantos mais amigos nós tivermos, mais os velhos amigos vão trabalhar para não perderem a nossa amizade, para não serem tratados como se fossem secundários.

E isso nos obriga a fazer duas coisas, que eu não sei se em algum momento o Celso já comunicou a vocês. Nós, até o final do meu mandato, vamos fazer dois gestos para provar que a nossa relação com a América Latina e com a África não é apenas comercial. Estamos construindo uma universidade para a América Latina, com currículo latino-americano, com professores latino-americanos, não apenas brasileiros, e com estudantes de todo o continente.

E agora, também, vamos fazer uma universidade para os países africanos. Já tem a cidade, que é a cidade de Redenção, no Ceará, onde foi primeiro abolida a escravidão, e lá nós queremos fazer uma universidade para trazer para cá, em um primeiro momento, estudantes que pertençam aos países de língua portuguesa da África para que, junto com brasileiros, a gente possa formar os engenheiros, os agrônomos, os médicos, os gestores públicos que tanto o continente africano precisa para dar o salto de qualidade no século XXI, que ele não teve condições de dar no século XX.



E eu acho que isso significa mais uma vitória, não do nosso governo, Celso, mas da nossa diplomacia. Eu conheço um pouco da diplomacia, porque mesmo quando era oposição, eu era recebido no mundo inteiro pelos nossos diplomatas. Mas, como ser humano, eu sei a diferença de quando a gente trabalha motivado a ideais e quando a gente trabalha apenas para cumprir uma jornada de trabalho. É como um jogador de futebol. Uma coisa é aquele que corre, se mata para não deixar a bola sair fora ou para tomar a bola do adversário. O outro é aquele que bota a mão na cintura e fica esperando os 90 minutos acabarem. Eu posso dizer para vocês que eu nunca vi tanta vontade de trabalhar e tanta dedicação como eu vejo, hoje, na diplomacia brasileira, em todos os cantos do mundo.

A renovação é necessária. De tempos em tempos, nós precisamos trocar a corda do nosso cavaquinho, quanto mais trocar os nossos diplomatas que têm postos importantes pelo mundo. O Brasil certamente nunca teve a respeitabilidade que tem hoje. Mais do que respeitabilidade, o Brasil gera expectativa. Muita gente espera que o Brasil dê a última palavra em algum assunto polêmico, em qualquer lugar do mundo.

Portanto, meus caros formandos, daqui a pouco eu me vou. Daqui a pouco, o Celso Amorim se vai. E a bola está com vocês.

Boa sorte. Que Deus abençoe cada um de vocês.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de lançamento da carteira de trabalho informatizada e do Cartão de Identificação do Trabalhador

Palácio do Planalto, 30 de abril de 2008

Eu tinha que estar às 11h no aeroporto, porque eu vou para Maceió. Quero apenas dizer para vocês o seguinte: essa carteira profissional magnética, este cartãozinho, que eu penso que vai ser muito importante, Clarisse, se a gente conseguir colocar mais informações ou quase todas as informações, porque aí nós poderíamos ter, com este cartão...

Então, eu penso que um cartão como este, pode tranquilamente ter equivalência à identidade. Pode ter a equivalência de identidade, pode ter informações sobre a questão da saúde do trabalhador, pode ter as informações, se o cidadão tiver uma doença qualquer que seja, daquelas que o cara vai ter que se tratar a vida inteira, é importante que ele tenha lá, porque em qualquer lugar do Brasil em que ele estiver, pode ser atendido.

Eu acho que nós precisamos ver, Lupi, se a gente pode colocar o máximo de informação sobre a vida do trabalhador neste cartão, porque é uma segurança para ele, tanto interna, quanto externa. O que nós precisamos fazer, na verdade, é fazer valer no País, que uma carteira de trabalho valha como qualquer documento. Deveria ter as mesmas informações do passaporte, da identidade e que ninguém seja constrangido se alguém pedir documento e ele tirar a sua carteira de trabalho e mostrar.

Antigamente, mostrar a carteira de trabalho era um quesito extremamente importante. Eu me lembro que antes de completar 18 anos e naquele tempo a gente não podia ficar em bar depois das 10h da noite. Se passasse uma batida policial e tivesse um menor no bar, você era escorraçado para casa. Eu, então, não via a hora de completar 18 anos e tirar a minha



carteira profissional. No dia em que eu tirei a minha carteira profissional, lá na rua Martins Fontes, em São Paulo, eu fiquei no bar esperando a polícia chegar. Demorou. No terceiro dia, a polícia apareceu, eu estava no balcão e a polícia chegou: “Documento”. Com muito orgulho eu tirei a minha carteira profissional: está aqui a minha carteira profissional.

A outra coisa que eu assinei aqui e que eu acho importante, é uma conquista, antiga reivindicação que a gente vem trabalhando há muito tempo, não sei se vocês prestaram atenção no anúncio do nosso mestre do cerimonial, é que eu estou mandando ao Congresso Nacional, um projeto de lei, em homenagem ao dia 1º de maio, que é amanhã, garantindo a participação dos trabalhadores em todos os conselhos das empresas pública brasileiras, autarquias e empresas de economia mista.

Resolvemos mandar por projeto de lei para que tenha mais tempo para os deputados poderem discutir, mas eu acredito que é uma coisa importante. Nós estamos tendo cuidado, Medeiros, de permitir que o trabalhador que participe do Conselho, ele tem que ser eleito pelos companheiros da fábrica, do local de trabalho, seja Banco do Brasil, seja Caixa Econômica. Tem que ser eleito pelos funcionários. Às vezes, vão ser eleitas pessoas que não pensam igual à corrente sindical majoritária, mas o que é importante é que ele seja o representante dos trabalhadores lá dentro.

Na lei, nós estamos tendo o cuidado de não permitir que o trabalhador utilize o fato de ele estar no Conselho da empresa, para ajudar a gerenciar a empresa, para levar as reivindicações específicas da sua categoria. Nós não queremos um porta-voz para reivindicar. Lá dentro, no conselho, ele é administrador da empresa, ela não vai poder votar decisões pertinentes à especificidade da sua categoria que é para a gente não permitir vícios, como nós já tivemos em 1982.

Então, eu acho que esse é um projeto de lei que atende à aspiração dos dirigentes sindicais, é uma reivindicação antiga, não sei por que isso não foi



feito há mais tempo. A verdade é que o companheiro Marinho, quando ministro do Trabalho, queria fazer para o 1º de maio de dois anos atrás e somente agora o Ministério do Planejamento preparou. Eu estou convencido de que no ano que vem, nós já teremos muitos trabalhadores eleitos para o conselho da Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e de todas as outras empresas públicas do governo.

Eu quero dizer que eu vou sair correndo, desejar a vocês um bom feriado, um bom 1º de maio.

Na verdade eu fui convidado para ir nos três 1º de maio e eu não posso ir a nenhum porque não dá para ir aos três e eu não posso privilegiar uma Central. De qualquer forma, Lupi, fale bem de mim no palanque.

Gente, um abraço aos deputados, quando esse projeto chegar lá, vocês serão parceiros para aprovar. Parabéns Lupi, parabéns Caixa Econômica Federal e boa sorte aos trabalhadores no dia 1º de maio.

(\$211A)